

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Com ou sem vandalismo? *Black bloc*, acontecimento e disputa de sentido

Raquel Dornelas

BELO HORIZONTE
2015

RAQUEL DORNELAS

Com ou sem vandalismo? *Black bloc*, acontecimento e disputa de sentido

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora: Prof^ª Dra. Vera Regina Veiga França

**BELO HORIZONTE
2015**

301.16 Dornelas, Raquel
D713c Com ou sem vandalismo? [manuscrito] : black bloc,
2015 acontecimento e disputa de sentido / Raquel Dornelas. -
2015.
155 f. : il.
Orientadora: Vera Regina Veiga França.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1.Comunicação – Teses. 2.Violência - Teses. 3.
Movimentos de protesto - Teses. I. França, Vera Veiga,
1951- II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Ata da Defesa de Dissertação de Raquel Dornelas da Costa Silva
Número de Registro na UFMG 2013651656

As nove horas do dia três de março de 2015, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, reuniu-se a comissão examinadora, constituída pelos professores doutores: Vera Regina Veiga França (orientadora – Universidade Federal de Minas Gerais), Marta Regina Maia (Universidade Federal de Ouro Preto), Paula Guimarães Simões (Universidade Federal de Minas Gerais). A comissão reuniu-se para julgar o trabalho final da aluna do mestrado Raquel Dornelas da Costa Silva, intitulado “**Com ou sem vandalismo? Black bloc, acontecimento e disputa de sentido**”, requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, área de concentração Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Abrindo a sessão, a orientadora e Presidente da Comissão, Professora Vera Regina Veiga França, apresentou a banca e em seguida passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho final. Após a apresentação, seguiu-se a arguição pelas examinadoras, com a respectiva defesa de Raquel Dornelas da Costa Silva. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão Examinadora julgou a candidata **apta a receber o grau de Mestre em Comunicação Social**. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão que encerrou a sessão, lavrando assim, o presente documento, que será assinado por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 03 de março de 2015.

Prof. Dra. Vera Regina Veiga França
(orientadora - UFMG)

Prof. Dra. Marta Regina Maia
(UFOP)

Prof. Dr. Paula Guimarães Simões
(UFMG)

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos não cumprem apenas uma formalidade. São, de fato, um reconhecimento a pessoas sem as quais certamente eu não teria chegado até aqui.

Mãe e pai, obrigada pelas renúncias, pelo trabalho árduo e por terem dado o melhor de vocês para que eu pudesse estudar. Tio Jandir, obrigada por ter me proporcionado a conclusão da graduação, sem a qual esse mestrado jamais seria realidade. Obrigada, meus irmãos amados, meu porto seguro. Obrigada, minhas cunhadas, minha sogra e meu cunhado. Obrigada, meus amados três sobrinhos que nasceram no meio do curso. Vocês me trouxeram paz e momentos de alegria nos últimos dois anos.

Vera França, não sei como agradecer por tudo o que você fez por mim. Desconheço alguém que consiga conciliar tanta autoridade intelectual com tamanha humanidade, humildade e caráter agregador. Você é professora no sentido mais profundo da palavra: faz do ensino um sacerdócio, inspira e motiva seus orientandos. Instrui-nos e nos mostra como ganhar asas para voar.

Obrigada, professores e egressos do PPGCOM Priscila Martins Dionízio, Paula Guimarães Simões, Nicoli Tassis e Thaíse Valentim. Lá atrás, vocês já me ajudavam a dar os primeiros passos. Obrigada, alunos do PPGCOM, especialmente Fabi (como retribuir?), Maíra, Daniel, Gilvan, Leandro. Obrigada, Ana Karina, Vanrochris e Clauras por me ouvirem e compartilharem os momentos difíceis. Colegas e pesquisadores do Gris e do Grispop, obrigada pelo aprendizado.

Obrigada, professores do PPGCOM que contribuíram para minha formação, especialmente Elton Antunes e Ângela Marques. Obrigada, professores Carlos Alberto de Carvalho e Ricardo Fabrino: suas preciosas leituras na qualificação fizeram minha pesquisa dar uma guinada e encontrar novos rumos. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) por me proporcionar a dedicação exclusiva à pesquisa.

Obrigada, Tia Sueli e amiga Larissa Ciríaco – minhas inspirações docentes. Obrigada, amigos Dani Costa, Ívina, Sabrina, Henrique, Amanda, Ana Paula, Luciane, Liliane e especialmente Hugo, Grazi e Dani Garcia, pelo ombro amigo.

Obrigada, meu esposo e amor Leno, minha maior torcida.

Por fim, mas não em último lugar, agradeço e dedico a conclusão desse mestrado ao meu Mestre: Jesus, meu norte, meu Senhor e Salvador. Meu melhor amigo, você foi fundamental. Muito obrigada!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a disputa de sentido que se instaurou em torno da tática *black bloc* a partir de seu aparecimento na cena pública brasileira durante a onda de protestos que ficou conhecida como “Jornadas de Junho” em 2013. Até então estranha à maior parte da população do país, a prática suscitou um intenso debate dentro e fora do ambiente midiático, que visava atribuir um sentido às ações: ora tachadas como baderna, ora legitimadas como ato político. Para a investigação, nos apropriamos de uma exploração teórica sobre os conceitos de acontecimento, violência, política, violência política e poder simbólico/discurso. Para a análise, reunimos diversos fragmentos discursivos em quatro conjuntos de enunciados que se referem a momentos nucleadores da disputa de sentido. Tais enunciados foram extraídos de textos jornalísticos, blogs e redes sociais da internet, além de uma entrevista com um adepto à tática da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: acontecimento; violência; *black bloc*; disputa de sentido.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the dispute of meaning about the black bloc tactic since its appearance in the Brazilian public scene during the wave of protests that became known as "June Journeys", in 2013. Until then, the practice was little-known by the country population, what led to an intense debate inside and outside the media environment in order to assign a meaning to the actions: sometimes labeled as vandalism, sometimes legitimized as a political act. For our research, we make use of a theoretical exploration of the concepts of event, violence, politics, political violence and symbolic power. For the analysis, we gathered several discursive fragments in four sets of statements that refer to core moments of dispute of meaning. Such statements were collected from newspaper articles, blogs and social media on internet, alongside an interview with a black bloc activist from São Paulo.

Key-words: event; violence; black bloc; dispute of meaning.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – ativista publica foto no momento de doação de sangue em Belo Horizonte	15
Figura 2 – cartazes exibidos durante o movimento grevista da classe docente.....	17
Figura 3 – ativistas questionam identidade do rapaz que colocou fogo em uma viatura.....	19
Figura 4 – ativistas acusam a Rede Globo de manipular as informações sobre os atos	22
Figura 5 – ação de ocupantes <i>Autonomen</i> em 1982.....	24
Figura 6 – capa do Jornal Hoje em Dia.....	100
Figura 7 – capa do jornal Meia Hora	101
Figura 8 – duas cenas do programa Profissão Repórter.....	103
Figura 9 – imagens que ilustram a matéria da revista Veja	109
Figura 10 – imagem única que ilustra a matéria do jornal O Dia.....	109
Figura 11 – imagens que ilustram a matéria da revista Carta Capital	110
Figura 12 – capa da revista Veja e sua releitura confeccionada por ativistas <i>black bloc</i>	111
Figura 13 – quadros extraídos da matéria da TV Brasil.....	119
Figura 14 – professores demonstram apoio aos ativistas <i>black bloc</i>	119
Figura 15 – capa do jornal Correio Braziliense	124
Figura 16 – capa do jornal Tribuna da Bahia	124
Figura 17 – publicação da página “ <i>Black Bostas</i> ” no Facebook.....	125
Figura 18 – publicação na página “ <i>Black Bloc RJ</i> ” no Facebook aborda a questão da morte de Santiago	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – <i>corpus</i> da análise	94
Tabela 2 – descrição das categorias analíticas	96
Tabela 3 – descrição dos conceitos operadores	97
Tabela 4 – enunciados referentes à morte do cinegrafista revelam valores socialmente aceitos no Brasil	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 – “QUEM SÃO ESTES TAIS <i>BLACK BLOCS</i>?”	12
1.1 – Um perfil histórico da tática	22
1.2 – O que diferencia a tática?	26
1.3 – <i>Black Bloc</i> no Brasil	27
2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
2.1 – O ACONTECIMENTO E SEU PODER HERMENÊUTICO	29
2.1.1 – Afinal, o que está acontecendo?	36
2.1.2 – A surpresa causada pela tática <i>black bloc</i> no Brasil	41
2.2 – VIOLÊNCIA	45
2.2.1 – Violência, linguagem e sentidos	56
2.3 – POLÍTICA	59
2.3.1 – A política em Hannah Arendt: pluralidade, discurso e ação	59
2.3.2 – A política em Rancière: irrupção e questionamento	62
2.3.2.1 – Dano e política	64
2.3.2.2 – Polícia	65
2.3.2.3 – O <i>logos</i> e os nomes	68
2.4 – VIOLÊNCIA POLÍTICA	71
2.5 – PODER SIMBÓLICO E DISCURSO	79
2.5.1 – Luta pela legitimidade	80
2.5.2 – Credibilidade	81
2.5.3 – Poder simbólico e discurso	81
2.5.4 – Discurso, verdade e poder	83
2.5.5 – O jornalismo como campo legitimado para nomear	84
2.5.6 – Brechas virtuais	90
3 – METODOLOGIA	92
3.1 – Definição e coleta do corpus	92
3.2 – Instrumentos de Análise	95
3.3 – Categorias analíticas e conceitos operadores	95
4 – LEITURAS QUE SE CRUZAM; SENTIDOS EM DISPUTA	98
4.1 – O surgimento	98

4.2 – A identificação	105
4.3 – A greve dos professores.....	116
4.4 – A morte do cinegrafista	121
5 – PARA ALÉM DA DISPUTA DE SENTIDO	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
APÊNDICE	145

INTRODUÇÃO

Não dá para negar. Tem um movimento (e bem organizado) dentro do movimento. No protesto de ontem, ao lado do lindo grito pacífico dos belo-horizontinos, tinha uma galera muito estranha. Encapuzada. Conversando baixo. Afastada do espírito da passeata. Talvez os mesmos que quebraram a Praça Sete na segunda-feira. [...] Minha esperança é que a verdadeira voz do movimento não se cale com isso tudo.

O texto acima foi publicado no Facebook por uma moradora de Belo Horizonte no ápice dos protestos que ficaram conhecidos em todo o Brasil como as “Jornadas de Junho”. Nessas poucas linhas, a internauta relata que conseguiu detectar a existência de dois grupos bem distintos nas manifestações. Ela chama o primeiro de “o movimento” para se referir à grande massa que foi às ruas, protestando por um sem fim de causas, de forma não violenta, ordeira e com um “lindo grito pacífico” na boca. Já o outro grupo foi percebido por ela como uma galera “estranha, encapuzada, afastada do espírito da passeata”. Manifestantes pacíficos *versus* manifestantes violentos. A dicotomia utilizada pela internauta se tornou uma das expressões mais ouvidas nos relatos a respeito da onda de protestos que tomou conta do Brasil a partir de junho de 2013.

A autora da postagem no Facebook é também autora dessa dissertação de mestrado. Sim, eu era uma “coxinha”¹, para utilizar outro termo que se tornou popular nas Jornadas. Naquele momento, eu seguia o pensamento da grande maioria dos brasileiros: deslegitimava o uso da força para protestar e acreditava que existia apenas um sentido para qualificar esse tipo de ação: violência e vandalismo.

À medida que as Jornadas de Junho foram se desenrolando, novos pensamentos passaram a povoar a mente da autora dessa publicação no Facebook. Interrogações foram surgindo e ela sentiu a necessidade de se aprofundar teórica e sociologicamente sobre o fenômeno. Pontos de vista começaram a ser abalados – mas não é isso mesmo que um acontecimento causa em nossas vidas?

Não foi apenas na mente da autora que o acontecimento suscitou perguntas. De fato, as Jornadas de Junho e a aparição dos manifestantes adeptos à tática *black bloc* – modalidade de ação que se caracteriza pelo ataque ao que os ativistas denunciam como símbolos da

¹ Refere-se, em linhas gerais, a pessoas de postura política mais conservadora e pouca tradição em movimentos sociais. Uma das explicações mais difundidas sobre o termo encontra-se em <<http://poucodeprosa.wordpress.com/2012/06/26/o-coxinha-uma-analise-sociologica/>>. Acesso em 1º de dez. de 2014.

opressão— causou um estremecimento na sociedade brasileira. Por todo o país, instaurou-se um debate público sobre a legitimidade da prática, de seus autores e sobre o que realmente seria violência ou vandalismo no atual contexto nacional.

Mediante o intenso debate instaurado, elegemos como objeto para nossa investigação “a disputa de sentido em torno da tática *black bloc* a partir de seu aparecimento na cena pública brasileira”. Paralelamente a esse objetivo geral, não poderíamos escapar de observar o embate simbólico acerca de questões que tangenciaram o surgimento da modalidade de ação direta, a saber, as noções de violência e de vandalismo.

Nossa pesquisa será uma tentativa de analisar a disputa pela nomeação de uma prática até então praticamente inédita no cenário nacional. Os esforços por parte dos diferentes atores sociais de simplesmente classificar o que já nasceu complexo mostravam-se um terreno fértil para a dissertação.

No calor das manifestações, percebemos a predominância de certa dicotomia nas análises do fenômeno. De um lado, a imensa maioria das narrativas rotulava as ações como “baderna” e “arruaça”. Na contramão desse argumento, havia quem defendesse a tese de que o próprio Estado brasileiro é o grande vândalo da contemporaneidade. Obliquamente a essas duas posições, os próprios grupos que utilizam a prática tentavam encontrar espaço para explicar o sentido político de suas intervenções. Do nosso lugar, buscamos iluminação para trazer um novo viés: por que não procurar por limites tênues entre as camadas de significação que fossem para além da simples polarização? Era possível ultrapassar os significados automaticamente acionados? No espaço de sentidos enevoados, nas incertezas que fomentavam ainda mais a discussão, o que poderíamos também descobrir sobre sentidos atribuídos às noções de violência e vandalismo? Foram algumas das possibilidades de pesquisa que motivaram nossa investigação.

Gostaríamos de destacar a relevância deste trabalho dentro do Gris (Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade da UFMG), do qual fazemos parte. Há alguns anos, o grupo tem trabalhado com as Teorias do Acontecimento e já conta com diversos artigos, teses e dissertações que partem desse marco teórico. Em 2011, o grupo realizou o II Colóquio sobre Imagem e Sociabilidade (CIS), com o tema “Acontecimento: Reverberações”. De nível internacional, o evento reuniu pesquisadores da própria UFMG e de universidades parceiras do Brasil, da França e de Portugal. Recentemente, um projeto específico foi implementado

para intensificar a análise e as pesquisas sobre essa temática – o GrisLab (Laboratório de Análise de Acontecimentos). Acreditamos ainda que este trabalho dialoga com o atual projeto de pesquisa² da orientadora dessa dissertação e coordenadora do Gris, professora Vera França, também voltado para os discursos e representações produzidos pelos recentes acontecimentos que vêm abalando a sociedade brasileira – panorama no qual se encaixa a disputa de sentido que nos propomos a analisar.

Nosso percurso investigativo inicia-se com uma caracterização, uma apresentação do que seria a tática *black bloc*: suas origens históricas, suas diferentes formas de expressão ao longo do tempo e como essa modalidade de ação direta chegou em terras brasileiras. Este é o nosso capítulo 1.

Apresentada tal tática, partimos, no capítulo 2, para uma exploração teórica de conceitos e perspectivas que nos ajudam a entender o objeto e a disputa de sentido que se instaurou em torno dele. Primeiramente, realizamos uma discussão a respeito do conceito de acontecimento, recorrendo às perspectivas trazidas por Hannah Arendt, José Augusto Bragança de Miranda, Paul Veyne, Michel Foucault, George Herbert Mead, Cristina Ponte, Adriano Duarte Rodrigues, Louis Quéré e Vera França. Nosso eixo central é a abordagem que trata o acontecimento como um fenômeno que promove uma ruptura na vida social, descortina novos possíveis e convoca os sujeitos a buscarem resoluções para um quadro problemático instaurado.

Ao irromper como acontecimento, a tática foi inscrita recorrentemente na cena pública como uma forma de violência. Por isso mesmo, realizamos uma exploração de abordagens que tratam tal noção, notadamente as reflexões de Yves Michaud, Slavoj Žižek, Walter Benjamin, Hannah Arendt e Michel Maffesoli. Percebemos como a violência pode ser entendida para além do sentido imediato do senso comum, ou seja, mais do que atos que utilizem da força física para causar danos a objetos e a pessoas.

Como algumas abordagens de violência tratam do que os autores chamam de violência estrutural ou sistêmica, era preciso falar de ações que almejassem mudar uma configuração de mundo. Nesse sentido, as leituras políticas de Hannah Arendt e Jacques Rancière foram bastante propícias, pois tais teóricos partem de uma perspectiva que resgata a ideia de um agir

²Intitulado “Cristalização e embates no cenário social: leituras pelo viés dos acontecimentos e da intervenção pública dos sujeitos”, o projeto tem financiamento do CNPq e se iniciou em 2013.

político mais como modificador da vida social e menos como algo restrito aos âmbitos institucionais e governamentais.

Após discutirmos violência e política sucessivamente, foi preciso explorar a forma com que alguns autores conciliam as duas temáticas. Nesse sentido, Yves Michaud, Hannah Arendt, Slavoj Žižek, Franz Fanon, Luis Felipe Miguel, Shane O’Neill e Francis Dupuis-Déri trazem abordagens distintas, mas enriquecedoras que ora legitimam, ora condenam, ora estabelecem parâmetros para o uso da violência com fins políticos.

Fechando nossa fundamentação teórica, não poderíamos, ao investigar uma disputa de sentido, prescindir de uma exploração conceitual a respeito das noções de poder simbólico e discurso. Pierre Bourdieu nos mostra como o poder simbólico age pela linguagem e pela imposição de sentidos, constituindo o dado pela enunciação e exercendo a função política de integração social. Michel Foucault nos revela que, antes da posse pelo poder, ou como um dos principais mecanismos da luta pelo poder, os sujeitos lutam pela posse do discurso e esses mesmos discursos usam de estratégias para se tornarem válidos, ao mesmo tempo em que tentam excluir aqueles que consideram ilegítimos. Discutiremos, a partir de Christa Berger, Braga & Gastaldo, Berger & Luckmann, Vera França, Carlos Alberto de Carvalho e André Lemos, como o ambiente midiático – notadamente o jornalismo e a internet – estão implicados nesse entrecruzamento de discursos, nomeações e lutas por legitimidade.

No capítulo 3, apresentamos nossa metodologia. Nosso *corpus* foi composto por episódios ou momentos emblemáticos da disputa de sentido reunidos em quatro conjuntos de enunciados que se cruzaram nessas ocasiões. Debruçamo-nos sobre tal material empírico por meio de uma análise do conteúdo, uma análise do discurso e uma tentativa de reconstrução das narrativas centrais. Após esse tratamento da empiria, definimos cinco categorias analíticas: narradores; ações; agentes; imagens; avaliação. Elas são apresentadas no capítulo 4, no qual observamos como os enquadramentos presentes em cada conjunto de enunciados se inseriram nas categorias propostas.

Por fim, o capítulo 5 resgata os achados da análise anterior por meio da aplicação dos conceitos operadores trazidos pela nossa exploração teórica. Eles nos ajudam a entender o que esteve implicado nessa disputa de sentido e o que ela diz de nosso país, de nossa formação valorativa, de nossas interações como sujeitos sociais, enfim, o que diz de cada um de nós.

1. “QUEM SÃO ESTES TAIS *BLACK BLOCS*?”

No fim do primeiro semestre de 2013, uma onda de protestos começou a tomar conta do Brasil. Concentradas no período de realização da Copa das Confederações, as chamadas “Jornadas de Junho” reuniram uma multidão predominantemente jovem por mais de 300 cidades do país. O recorde de mobilização ocorreu no dia 20 de Junho, quando cerca de 1,5 milhão de brasileiros foi às ruas para lutar pelas mais diversas causas.

A imensidão do movimento e a intensa mobilização suscitada causaram surpresa em todo o país e até mesmo no restante do mundo. Levantou dúvidas, discussões e uma intensa cobertura jornalística. Em todos os veículos, direcionados aos mais diversos segmentos, surgiu a tarefa de tentar desvendar o elemento que passou a fazer parte do cotidiano dos brasileiros. A luta pela revogação do aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo foi o ponto de partida dos protestos, mas as manifestações ganharam uma pauta de reivindicações quase tão grande quanto o número de pessoas que foram às ruas.

Após as Jornadas de Junho, os protestos continuaram acontecendo, mas em menor escala, por todo o país. Ao término da Copa das Confederações, a mobilização passou a se concentrar nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Seja no pico das manifestações ou nas ações pontuais posteriores, um fato chamou a atenção: um grupo passou a se destacar em meio aos manifestantes por protagonizar episódios de depredação e sérios confrontos com as forças policiais do Estado – sempre ao fim dos protestos. A princípio, não se sabia muito a respeito deles. Não se tinha ideia do que queriam aquelas pessoas com rostos encobertos e vestimentas pretas que destruía concessionárias de veículos, agências bancárias, lojas de empresas de telefonia e fachadas de prédios governamentais. Mas logo chegou à cena pública a explicação de que a maior parte delas não agia de forma aleatória: suas intervenções tinham alvos bem definidos (ícones do universo financeiro) e eram uma maneira simbólica de demonstrar oposição ao capitalismo. O fato das intervenções também atingirem bens públicos (lixeiras, prédios administrativos municipais, estaduais e federais, placas de sinalização) era uma clara demonstração de insatisfação com as instâncias governamentais vigentes.

Tais intervenções foram protagonizadas pelos adeptos de uma tática de ação direta denominada “*black bloc*” [do inglês, bloco negro]. Não se trata de um movimento, mas de uma maneira de agir coletivamente. Os grupos que dela se utilizam estão espalhados por inúmeros países. Agem prioritariamente vestidos de preto e com os rostos cobertos, para

evitar identificações e possíveis repressões por parte da força policial, bem como para conferir unidade aos adeptos.

Os praticantes dessa modalidade de ação não constituem um grupo. São sujeitos difusos, pertencentes a diversos movimentos (ou não) e que muitas vezes nem se conhecem (ou que não conhecem todos os presentes em um ato). Quando não são totalmente estranhos uns aos outros, formam pequenos conjuntos de pessoas conhecidas, denominados grupos de afinidade que, em meio a um ato, se unem formando uma pluralidade de ativistas. Esse caráter diversificado dos usuários da tática pode ser observado no relato de um dos participantes. O rapaz, de pseudônimo Raphaël scalp/reflex, conta o que viu nos protestos de 2001 em Gênova, na Itália, na ocasião do encontro do G-8 (o grupo dos oito países mais industrializados do mundo):

[...] não existia ‘um’ Black Block, mas Black Blocks. [...] de acordo com os contextos históricos ligados a cada país europeu, os grupos denominados Black Blocks designam entidades políticas muito distantes: anarquistas, marxistas-lenistas, maoístas, etc., e as implicações políticas e sindicais ou associativas de seus membros variam enormemente. (LUDD, 2002, p. 207-208)³

Portanto, em um ato *black bloc* percebe-se certo traço de tolerância a causas diversas. Um ativista que esteve em Quebec, no Canadá, durante um encontro da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em 2001, confirma essa característica. Segundo ele, na ocasião, diversas pessoas coordenaram ações diferentes entre si, mas compartilhavam uma filosofia antiglobalização e declaravam oposição à criação da Alca. A partir desse exemplo, entendemos que o bloco negro funciona, portanto, como um “espaço de convergência para ações diretas” (*idem*, p. 134). O cientista político e estudioso da prática, Francis Dupuis-Déri, também destaca esse caráter de pluralidade dos atos *black bloc*:

Nem todos os participantes de Black Blocs são anarquistas autodeclarados. No Egito, por exemplo, podem ser ativistas políticos ou torcedores de futebol, ou fãs de bandas de *heavy metal*. Entretanto, como diz o professor Mark LéVine, ‘a Tahrir [praça pública central no Cairo, que protagonizou ajuntamentos a partir de 2011 de milhares de pessoas contra o novo governo da Irmandade Muçumana] continua sendo em muitos aspectos o símbolo das ideias de horizontalismo e auto-organização que estão no centro da teoria e da prática do anarquismo moderno’. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 55)

³ Este e outros depoimentos estão no livro “Urgência Nas Ruas”. Trata-se de uma coletânea de textos (anônimos ou não) que fornecem um panorama do ativismo anticapitalista ao redor do mundo. Os relatos falam de iniciativas de diferentes naturezas, mas semelhante veia política, como *Reclaim the Streets*, Dias de Ação Global e *Black Blocs*. A obra foi organizada pelo tradutor Léo Vinícius, que utiliza o pseudônimo Ned Ludd. Este nome é uma referência ao fundador do ludismo, movimento de operários que se opunha à mecanização do trabalho e aos efeitos da Revolução Industrial, considerados danosos pela classe de trabalhadores.

Portanto, é possível identificar certa predominância no pensamento político dos adeptos à tática, como os traços de horizontalismo e auto-organização citados acima. De fato, a maior parte dos adeptos ao *black bloc* compartilha ideais de uma sociedade mais livre, igualitária e progressista. Muitos dos que praticam a modalidade de ação realizam uma crítica radical ao sistema político-econômico, defendem a plena igualdade e se inserem em uma perspectiva anarquista, anticapitalista e antiglobalização, ou então se alimentam dos principais ideais que sustentam essas posturas. Para a maioria desses ativistas, o sistema capitalista gera exploração e é responsável pelas mazelas atuais do mundo. Já o Estado é encarado como uma figura opressora, que auxilia as corporações e está submetido às regras e à coerção do capital. Um dos participantes dos atos em Quebec justifica essa motivação para suas ações:

Convictos que somos vítimas crônicas da injustiça flagrante do capitalismo, que domina, mata, massacra, estupra, reduz à escravidão... [...] Convictos de que o Estado não foi jamais outra coisa além do gestor dos conflitos de classe, quer através da sua polícia [...] ou pelas suas técnicas de gestão da pobreza e da miséria... [...] Nós anarquistas (nem todos destruidores e destruidoras apesar de tudo!), revoltados, ou muito simplesmente cidadãos responsáveis, quebramos tudo no nosso caminho. E logo de manhã varremos os pedaços de vidro e as mercadorias que transformamos em projéteis, dando-lhes utilidade pelo menos uma vez, sendo também as ruínas da opressão que serão assim varridas. (LUDD, 2002, p. 137)

No depoimento acima, é preciso atentar para o trecho “nem todos destruidores e destruidoras”. Isso se deve ao fato de que a tática *black bloc* nem sempre intervém de forma incisiva, apesar da modalidade ter ficado conhecida no Brasil por meio da ação direta de depredação. Francis Dupuis-Déri cita exemplos de ativistas que resolveram se expressar recolhendo lixos em bairros mais pobres, realizando passeatas ou apenas caminhando ao lado de manifestantes. No caso brasileiro, houve registro, ainda que sem muita repercussão, de atuação dos ativistas sem o uso da força. Adeptos da tática no Rio de Janeiro, em parceria com diversos outros ativistas *black bloc*, *Anonymus* Brasil e alguns coletivos realizaram a “Operação Mais Pão Menos Opressão”, a fim de “aproximar a população de rua dos movimentos populares da região, promovendo debate e visibilidade às pessoas em situação de rua, além da distribuição de alimentos, roupas e utensílios de higiene pessoal”⁴. Em outubro de 2013, ativistas também participaram da invasão ao Instituto Royal, em São Paulo, com o intuito de auxiliar no resgate de cães da raça *beagle* que seriam utilizados em experimentos científicos. Já em novembro do mesmo ano, na cidade de Belo Horizonte, outros adeptos à

⁴ Disponível em <www.youtube.com/watch?v=npNr_6_Ln5g>. Acesso em 1º de dez. de 2014.

tática realizaram um mutirão de doação de sangue, denominado “Black Blood BH 2013”, que pode ser traduzido como “Sangue Negro BH 2013”, como mostrado pela figura abaixo:

Figura 1 – ativista publica foto no momento de doação de sangue em Belo Horizonte. Ele exibe um cartaz irônico com os dizeres: “Atenção. Sangue com alto teor black block”.



FONTE: Página do Facebook “Black Bloc SP Fase II”, que não se encontra mais no ar.

Apesar da existência das intervenções sem o uso da força, o que chama mais atenção e promove visibilidade à tática são os atos de depredação – e isso é inegável até para quem participa dos protestos. Outra característica do bloco negro é sua natureza efêmera. Mesmo que os atos sejam agendados, até mesmo publicamente, um *black bloc* pode surgir nas ruas de forma súbita. Ou seja, existem *black blocs* “com hora marcada” e que contam com certo traço de formalidade, mas há também aqueles totalmente espontâneos. Outro ponto importante a ser destacado é que, em vez de realizarem ajuntamentos independentes e ocuparem sozinhos as ruas, os ativistas também podem ingressar em manifestações de grupos ou movimentos institucionalizados e previamente agendadas. Nas palavras de Dupuis-Déri, “um Black Bloc é como uma grande bandeira negra formada por pessoas no centro de uma manifestação. Como afirmou um ativista, ‘o Black Bloc é o nosso estandarte’” (2014, p. 10).

É por isso mesmo que não faz sentido falarmos de um líder *black bloc*. A efemeridade, o estímulo à pluralidade, a difusão e o caráter contingente da tática impedem a ascensão de qualquer figura de liderança. Além disso, o forte traço de horizontalidade afasta qualquer pretensão dos ativistas de elencarem um personagem de referência. O depoimento de um participante explica os benefícios desse caráter descentralizador da tática:

Esse modo de funcionamento permite uma relativa autonomia, no lugar de uma organização global muitas vezes sufocante (e ainda mais propícia a expressar relações de poder). A organização em grupos de afinidade permite tomadas de decisão bem mais rápidas e igualitárias e, deste modo, facilmente, as mudanças e evoluções instantâneas desorientam a polícia. [...]

[Além disso], uma massa de pessoas interdependentes são mais facilmente controláveis pela polícia do que um conjunto de pessoas organizadas em pequenos grupos autônomos e móveis, suscetíveis de tomar decisões rápidas e de surpreender. (LUDD, 2002, p. 82)

É claro que, como no caso das Jornadas de Junho, alguns ativistas assíduos acabaram se tornando mais conhecidos do que outros. Além disso, em meio ao calor dos atos, é natural que alguns assumam a postura de organizadores, que tragam para si os gritos de união e de direcionamento. Também nos atos programados pelas redes sociais da internet encontramos ativistas que encabeçam os eventos, realizam os convites, promovem a divulgação e tiram dúvidas dos internautas. No entanto, mesmo nesses cenários ainda está muito longe a ideia de existir qualquer tipo de “chefe *black bloc*”. Do mesmo modo, também é incorreto reivindicar a existência de lugares-sede, de “quartéis-generais” selecionados para promover o encontro dos ativistas.

A tática também não pode ser entendida como algum movimento de reivindicação. Os adeptos não almejam nenhum tipo de reforma no atual sistema econômico e político. Em princípio, não buscam melhorias. Sim, é claro que o anarquismo aparece como ideal de sociedade para muitos deles. Mas o que precisa ser entendido é que, quando vão às ruas, a intenção não é que, dessa iniciativa, saia alguma medida concreta, que governantes sejam comovidos ou até mesmo depostos. Não há aspirações reformistas. A ocupação das ruas é uma forma de tornar explícitos seus ideais, bem como suas críticas, de mostrar que as grandes instituições capitalistas ou as instâncias governamentais não são intocáveis. Sendo tática e não movimento, o *black bloc*

[...] não envolve uma revolução global. Isso, porém não implica em renunciar à ação e ao pensamento políticos. Uma tática como a dos Black Blocs é uma forma de se comportar nos protestos de rua. Ela pode ajudar a dar voz às pessoas que protestam na rua, oferecendo-lhes a oportunidade de expressar uma crítica radical ao sistema, ou fortalecendo sua capacidade de resistir aos ataques da polícia contra a população. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 11)

E é justamente por estarem nas ruas não para reivindicar, mas para tornar manifestos seus ideais, que a realização de um *black bloc* pode abarcar outras causas além das anarquistas, como já dissemos. O que precisa ficar claro é que os adeptos costumam, sim, agregar manifestantes de diversas categorias e com distintas reivindicações, mas para que isso ocorra tais agregados precisam ser reconhecidos como classe oprimida. Muito dificilmente os ativistas vão concordar que um grupo de *skinhead's* ou que membros da Federação Brasileira dos Bancos participem de seus atos.

Por isso mesmo, a greve dos professores no Rio de Janeiro em 2013 recebeu total apoio dos adeptos à tática. O bloco negro teve uma atuação intensa no movimento docente, no sentido de isolar os grevistas dos policiais que tentavam dissipar a concentração de manifestantes em locais públicos, como a Câmara Municipal. Em outubro do mesmo ano, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe) chegou a declarar apoio formal aos ativistas *black bloc* em função da defesa frente às ações policiais nas manifestações. Um grito de guerra chegou a ser criado para expressar esse apoio: “O Black Bloc é meu amigo. Mexeu com ele, mexeu comigo”.

Figura 2 – cartazes exibidos durante o movimento grevista da classe docente. Eles comprovam o apoio dado pela categoria aos ativistas *black bloc* no Rio de Janeiro. O cartaz à esquerda exibe os dizeres “43 anos de magistério! Sou vândala”. Já o cartaz à direita traz a mensagem “Quando a polícia me bateu o black bloc me defendeu. Fora Cabral!!! E vá com Paes”, em uma referência a Sérgio Cabral e Eduardo Paes – respectivamente, governador e prefeito do Rio de Janeiro na ocasião.



FONTE: Página do Facebook “Black Bloc BR” – que não se encontra mais no ar.

De fato, essa atuação junto ao professorado fluminense explica, em parte, o fato de os adeptos à tática no Rio de Janeiro manterem visibilidade na cena pública após as Jornadas de Junho, se comparados com os ativistas de outros estados brasileiros. A proteção aos professores e a consequente repercussão parecem ter dado ainda mais motivação para a realização de novos atos do bloco negro. Em São Paulo, as atuações também persistiram, mas por razões diferentes.

Apesar dos episódios em que os ativistas agem com o intuito de blindar manifestantes, como no caso dos docentes fluminenses, é um erro acreditar que o pilar de sustentação da tática *black bloc* seja a ação defensiva ou a mera resposta às ações policiais. Apesar de atuarem com esse traço protecionista, o foco dos adeptos é a intervenção ativa. O seguinte depoimento comprova isso; ele foi divulgado pelo coletivo ACME em razão dos atos em Seattle, Estados Unidos, em 1999, durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

[...] devemos evitar a tendência de estabelecer uma relação causal entre a repressão policial e as formas de protestos, quer envolva a destruição da propriedade ou não. [...] Recusamos ser erroneamente interpretados como uma força puramente reativa. Embora a lógica dos Black Bloc possa não fazer sentido para alguns, ela é em todos os casos uma lógica pró-ativa. (LUDD, 2002, p. 61)

Em função da natureza muitas vezes circunstancial, pela ausência de líderes, pela ocultação de identidades, pelas vestimentas semelhantes e consequente homogeneização das aparências, a tática pode contar com participantes que não comungam com os ideais da maioria dos ativistas. A ação direta pode sair do controle em meio ao calor dos episódios, frente às repressões policiais ou mesmo por intenção deliberada de alguns participantes, abrindo margem para ações que confrontam as raízes políticas da tática. “Muitos críticos aos Black Blocs apontaram que, em meio à confusão, pequenas empresas independentes foram atacadas” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 98).

E foi justamente isso que ocorreu na cidade de Belo Horizonte. Durante as Jornadas de Junho de 2013, ativistas entrevistaram em várias concessionárias de veículos localizadas na avenida Antônio Carlos, uma das principais vias de acesso ao Estádio Governador Magalhães Pinto – o Mineirão – local de realização de alguns jogos da Copa das Confederações. No entanto, alguns pequenos comerciantes sem ligação com as grandes redes multinacionais também tiveram seus estabelecimentos atacados. Já em 12 de junho de 2014, durante o ato “12J – Ato Nacional: Copa sem povo. Tô na rua de novo”, um grupo de manifestantes teria jogado pedras nas vidraças do Cinema Belas Artes, localizado na região centro-sul da capital mineira. Segundo depoimentos de alguns presentes, as pessoas que atiraram pedras nem sabiam do que se tratava aquele espaço. De acordo com os relatos que circularam pelas redes sociais, as pedras foram lançadas por garotos e garotas que “encontraram no protesto uma oportunidade para expressarem certo ódio acumulado por vivenciarem anos de mazelas sociais e violência policial”.

Essa atração, seja por razões semelhantes às dos adeptos ou não, pela tática pode resultar em certo fetichismo desse tipo de ação direta. Nas próprias Jornadas de Junho, uma expressão surgiu para qualificar determinados participantes dos atos: vândalo de ocasião – pessoas sem uma clara identificação com o pano de fundo político dos ativistas, mas que se inserem no protesto para expressar suas próprias reivindicações ou até mesmo para praticar crimes deliberadamente. Dupuis-Déri menciona também o “turismo de ativismo”, como uma das queixas dos ativistas alemães:

A fetichização do Black Bloc também explica o incômodo que muitos [...] sentem em relação a ‘turistas de ativismo’ que aparecem todo Primeiro de Maio, sem ligações com a rede militante local, querendo apenas participar de um ‘grande’ Black Bloc e de um bom protesto, sem pensar no significado de sua ação para a comunidade. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 144)

Ademais, os fatores já mencionados acima não apenas podem atrair pessoas sem claros objetivos políticos como também indivíduos que se opõem à tática, mas se infiltram nos atos aproveitando-se do anonimato e do fato de muitos ativistas não se conhecerem. Um exemplo claro são os integrantes da polícia militar disfarçados de ativistas. “Além disso, agentes provocadores podem cometer atos ilegais e talvez até violentos para manipular manifestantes genuínos e a mídia, justificando, assim, intervenções policiais mais agressivas” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 192). Essa possibilidade de “infiltração” foi amplamente abordada por ativistas no caso dos protestos do Brasil. Na imagem abaixo, veiculada em outubro de 2013, adeptos à tática sugerem que um agente da P2 (divisão de inteligência da polícia militar) teria atado fogo em um carro para, posteriormente, atribuir o fato aos manifestantes. Nos comentários, internautas engrossam o coro de questionamento.

Figura 3 – ativistas questionam identidade do rapaz que colocou fogo em uma viatura. Seria um manifestante ou um agente da própria polícia militar? Os comentários destacados são de seguidores da página e trazem, respectivamente, as seguintes perguntas: “Porque [sic] a porta desta viatura estava aberta? meio estranho isso”; “e pq [sic] o manifestante iria olhar para a câmera logo no momento em que ele iria atear fogo na viatura? estranho isso...”.



FONTE: Página do Facebook "Black Bloc RJ".

A ação direta *black bloc* suscitou um intenso debate dentro e fora do ambiente midiático sobre como podemos classificar tais intervenções. Por um lado, a maioria das falas rotulou as ações como “baderna”, “arruaça” e responsáveis por transformar nossas cidades em “verdadeiras praças de guerra”. Em praticamente todas as ocasiões nas quais esses grupos agiam, a cobertura jornalística recorreu a uma frase que acabou se tornando clichê: “os protestos de

hoje começaram pacíficos, mas terminaram em pancadaria e depredação, provocadas por uma minoria de vândalos”. Estava assim lançado o dualismo que tomou conta de quase todos os relatos sobre o acontecimento: manifestantes pacíficos *versus* vândalos.

Na contramão desse argumento, há quem defenda a tese de que o próprio Estado brasileiro é o grande vândalo da contemporaneidade, uma vez que a população não teria serviços públicos de boa qualidade e que seríamos obrigados a conviver com uma polícia sanguinária e abusiva. Além disso, os próprios sujeitos que utilizam a prática tentam encontrar espaço para explicar o sentido simbólico de suas intervenções: tais ações diretas seriam um ato político e não uma pura e simples depredação.

Certamente, a ação *black bloc* é um prato cheio para os holofotes midiáticos. Mesmo que uma manifestação não seja, *a priori*, pauta para o noticiário do dia, ela passa a ser no momento em que conta com a presença (e, claro, a ação) dos ativistas mascarados. Em consequência disso, não é raro que muitas coberturas jornalísticas negligenciem as reivindicações, os números e o alcance dos protestos em seu “estágio pacífico”, canalizando a narração do evento apenas à aparição e às intervenções dos ativistas adeptos à tática.

O tipo de ação dos Black Blocs entra dentro do espetáculo midiático, na medida em que busca introduzir um contra-espetáculo, ainda que, de certa forma, este dependa do espetáculo oficial, e da mídia pública e privada. Um participante de um Black Bloc em Toronto, em 2010, afirmou: ‘O Black Bloc não vai fazer a revolução. Seria ingênuo pensar que, por si só, o ataque seletivo contra a propriedade privada poderia mudar as coisas. Isso continua sendo propaganda’. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 12)

De fato, os ativistas já vão às ruas sabendo que suas ações atrairão o interesse jornalístico. Segundo o depoimento de um ativista postado na página já excluída do Facebook “*Black Bloc SP Fase III*”, eles utilizam “da propaganda pela ação para desafiar o *establishment* e as forças de ordem”.

Apesar de utilizarem o espaço jornalístico para difundirem suas performances, a relação entre ativistas *black bloc* e mídia sempre perpassou o viés do conflito. Desde os atos mais antigos, os adeptos à tática acusam a cobertura da imprensa de esvaziar a pluralidade dos protestos e de tentar rotular a diversidade de manifestantes em poucas e rasas categorias. O seguinte depoimento foi feito por participantes do bloco negro em protesto contra a Alca no Canadá em 2001:

O esforço da mídia consiste em denunciar aquilo que ainda não aconteceu, em nomear os ‘maus’ [...] Ocultando a fonte do problema: o capitalismo.

Sempre demagógica e ávida por informações, a imprensa, com seu sabor de atualidade espetacular, fala do Encontro sem parar de repetir a verborragia das forças policiais e de modo a nos intimidar. É uma verdadeira operação psicológica. [...] Assim, nós o aconselhamos a não acreditar nesses jornais sem pesquisar: o espírito crítico certamente continua sendo um valor. Deve-se examinar por si mesmo para conhecer a verdade. (LUDD, 2002, p. 133)

Também no Brasil, ativistas comungam com esse olhar de crítica radical ao jornalismo e enxergam nos relatos da imprensa apenas manipulação e distorção dos fatos. Prova disso foram os inúmeros ataques a automóveis e a fachadas de sedes de emissoras, ocorridos durante as Jornadas de Junho. Não foi à toa que muitos repórteres foram às ruas sem identificação nos microfones, gravadores ou crachás profissionais, com medo de sofrerem represálias por parte do bloco negro.

Na figura abaixo, retirada da página do Facebook “*Black Bloc RJ*”, uma foto com os apresentadores do Jornal Nacional da Rede Globo, Patrícia Poeta e William Bonner, aparece junto a uma legenda que os acusa de manipular os fatos. Não é incomum, portanto, encontrarmos, nas próprias redes sociais dos ativistas, expressões como “lixo midiático”, “inimigos da causa”, “máfia da grande mídia” em referência aos grandes veículos noticiosos do Brasil, com nítido destaque para a emissora de televisão Rede Globo e para a revista semanal *Veja*.

Figura 4 – ativistas acusam a Rede Globo de manipular as informações sobre os atos. No quadro superior, imagens de policiais militares aparecem com a seguinte legenda: “A gente se infiltra, incita, reprime, forja situações e depois prende!”. No quadro inferior, William Bonner e Patrícia Poeta, então apresentadores do Jornal Nacional, aparecem em imagem com a seguinte legenda: “Aí então a gente corta, edita, manipula e transmite!”.



FONTE: página do Facebook “Black Bloc RJ”.

Até este ponto, esperamos que tenham sido esclarecidas as principais características, raízes políticas e pontos de interseção entre os adeptos à tática *black bloc*, tanto no Brasil quanto no restante do mundo. A seguir, para aprofundarmos no conhecimento dessa modalidade de ação direta, destacamos suas origens históricas.

1.1. Um perfil histórico da tática

Para continuarmos falando sobre a tática *black bloc*, é preciso antes esclarecermos uma questão relativa ao significado e à grafia do nome. Com relação ao primeiro ponto, é possível encontrar diversos sentidos para a expressão. Em “comunicados oficiais”, os ativistas reforçam que a expressão não se refere a um movimento, mas sim a uma performance. No entanto, os próprios praticantes acionam uma pluralidade de significação em suas falas e a expressão aparece das mais diversas maneiras:

- no sentido original ou “oficial”, ou seja, nomeando uma tática ou estratégia: “Identificam-se como Thomas, Andreas e Raph, e foram usuários da estratégia Black Block” (LUDD, 2002, p.201).
- nomeando um evento, um encontro de adeptos à tática: “Esperávamos cerca de 10 mil pessoas no Black Block...” (*idem*, p. 180); “A passeata continuou e um Black Block

menor com cerca de trezentos de nós se formou no fundo” (*idem*, p. 182); “Formamos black blocs, tomamos o poder nas ruas” (*idem*, p.141).

- referindo-se a um movimento: “... de um modo que pouco tem a ver com a própria teoria do Black Blocs”(*idem*, p. 199); “Aqueles de nós que foram atacados pelos assassinos federais foram soltos pela agilidade de pensamento e por membros do Black Block” (*idem*, p.59).
- nomeando os próprios membros do “movimento”: “... os black blocks praticam uma desobediência civil ativa e a ação direta, afastando assim a política do teatro virtual perfeitamente domesticado” (*idem*, p. 78).

Já com relação à grafia do nome, é comum encontrarmos a palavra *block* no lugar de *bloc* para se referir à tática. No entanto, essa alteração muda o sentido da expressão. Traduzimos *block* como bloqueado ou como um bloco genérico. Mas, a palavra sem a letra *k* se refere especificamente a um agrupamento de pessoas em torno de uma causa comum: “Bloc: 1. Um grupo de nações, partidos, ou pessoas unidas por uma ação comum: o bloco comunista. 2. Uma coalizão frequentemente bipartidária de legisladores atuando juntos para um propósito ou interesse comum: a bancada rural no senado americano” (FREE DICTIONARY, tradução nossa)⁵.

Apesar dessa regra, optamos por não alterar as formas originais de grafias encontradas em sites, depoimentos e livros. Nas citações, manteremos a forma como foi publicada. Já em qualquer texto de nossa autoria, a expressão aparecerá em minúsculo e sem a consoante final no segundo termo: *black bloc*, nomeando a tática ou o ajuntamento dos seus adeptos. Vamos nos alinhar ao que foi publicado por esse ativista na página do Facebook “*Black Bloc* SP Fase III”, que atualmente não se encontra mais no ar:

Black bloc (do inglês black, preto; bloc, agrupamento de pessoas para uma ação conjunta ou propósito comum, diferentemente de block: bloco sólido de matéria inerte) é o nome dado a uma tática de ação direta, de corte anarquista, empreendida por grupos de afinidade que se reúnem mascarados e vestidos de preto, para protestar em manifestações de rua [...]

⁵ “Bloc: 1. A group of nations, parties, or persons united for common action: the Communist bloc. 2. An often bipartisan coalition of legislators acting together for a common purpose or interest: the farm bloc in the U.S. Senate”. Disponível em <www.thefreedictionary.com/bloc>. Acesso em 1º de dez. de 2014.

Lembramos que essa é uma escolha meramente aleatória e realizada apenas para fins de padronização de nosso texto. Feita essa ressalva com relação à grafia do termo, voltemos à história da prática.

Até chegar ao cenário atual, a tática *black bloc* percorreu um longo caminho, que começou na Alemanha Ocidental da segunda metade do século 20. Segundo o pesquisador Francis Dupuis-Déri, naquela época, havia em Berlim um movimento denominado *Autonomen*. Basicamente, seus integrantes lutavam pela garantia de liberdade, em prol de políticas igualitárias e participativas, zelando pela autonomia coletiva e individual. Entre as frentes de batalha, destacamos a oposição à energia nuclear, a defesa ao meio ambiente, aos direitos feministas e o enfrentamento ao neonazismo.

Uma das ações de tais grupos autônomos alemães eram as ocupações de imóveis que, posteriormente, eram transformados em espaços culturais, políticos e de lazer. O movimento também “ocupou universidades e enfrentou neonazistas que perseguiram imigrantes, assim como policiais que protegiam usinas nucleares. Nessas ocasiões, os *Autonomen* usavam capacetes, escudos improvisados, bastões e projéteis” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.42). Nos confrontos, os ativistas também passaram a se apresentar em público vestidos de preto.

Figura 5: Ação de ocupantes *Autonomen* em 1982.



FONTE: Manfred Kraft / Umbruch Bildarchiv (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 45).

Portanto, podemos ver que, desde aquele momento, os ativistas já realizavam ações mais incisivas, como a ocupação de usinas nucleares. Outra característica era a formação de linhas de frente que protegiam os manifestantes da repressão policial: a composição de verdadeiros blocos negros de blindagem. A tática era, então, aplicada pela primeira vez nesse contexto da

Berlim Ocidental antes da queda do muro que separava os regimes capitalista e socialista. Com a aproximação da virada do século, a estratégia chegou à América do Norte. Conforme Dupuis-Déri:

A tática dos *black blocs* se disseminou nos anos 90, sobretudo através da contracultura punk e de extrema esquerda ou ultraesquerda, via fanzines, turnês de bandas punks e contatos pessoais entre ativistas em viagens. Acredita-se que tenha surgido pela primeira vez na América do Norte em janeiro de 1991, durante manifestação contra a primeira Guerra do Golfo. O prédio do Banco Mundial foi alvejado e janelas foram quebradas (2014, p. 50).

Nessa época, a expressão *black bloc* já estava sendo associada a uma modalidade de protesto. Ao longo da década de 90, outros atos aconteceram e a estratégia começou a ficar ainda mais conhecida nos Estados Unidos. No entanto, a ação que conferiu repercussão internacional à tática ocorreu em novembro de 1999, com a participação de cerca de cinco mil manifestantes na reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, no estado norte-americano de Washington. Na ocasião, várias corporações foram alvos das depredações, como lojas do *McDonald's*, *Starbucks* e *Nike*, além de instituições financeiras, como o *Bank of America* e o *US Bancorp*.

A ação em Seattle ganhou grande repercussão na mídia e a tática ocupou as capas dos principais jornais mundiais. No ano seguinte, em abril de 2000, um novo bloco negro chamou a atenção internacional. Dessa vez, aconteceu na reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Contou com cerca de mil participantes e concentrou-se basicamente na defesa à repressão policial para permitir que os manifestantes avançassem.

Como era de se esperar, as intervenções sofreram críticas. E, desde aquela época, já era possível ver as tentativas desses ativistas de defenderem a modalidade de ação. Em nove de outubro de 2000, um comunicado de adeptos à tática tentava explicar o porquê de suas atitudes:

Atacar a propriedade de empresas é, antes de mais nada, romper com as clássicas manifestações-desfile que ‘o poder’ assimila perfeitamente. É dar um passo e atacar frontalmente as multinacionais e outras indústrias movidas a lucro num terreno que as afeta diretamente, aquele dos interesses econômicos. Causar danos materiais que se contabilizem em dólares é dizer claramente às pessoas que falam apenas a língua do dinheiro que eles não são intocáveis, é sabotar um centésimo de seus lucros e lhes retribuir um milésimo de violência que suas atividades geram. (LUDD, 2002, p. 79)

Ao longo dos anos 2000, outros protestos utilizando a tática *black bloc* ocorreram pelo mundo. Nas recentes manifestações do Egito, a estratégia também marcou presença: em 2013, na capital Cairo, ativistas depredaram a sede da Irmandade Muçulmana, grupo que governava o país por meio de um dos seus membros – o então presidente Mohammed Morsi.

1.2. O que diferencia a tática?

Após esse panorama sobre as características e as raízes históricas da tática *black bloc*, um questionamento precisa ser esclarecido: o que de fato podemos considerar como uma marca do bloco negro? O que difere esses ativistas dos demais? Poderíamos rapidamente responder: o uso de máscaras e a depredação de bens públicos. Mas o pesquisador Dupuis-Déri nos ajuda a entender que ambas as respostas estão equivocadas.

Em primeiro lugar, não se pode afirmar que a ocultação de identidade em passeatas e protestos seja uma característica exclusiva do bloco negro. De fato, em toda a história mundial, não foram poucos os episódios em que manifestantes escolheram cobrir o rosto para protestar ou para expor um dano. Para exemplificar esse argumento, Francis Dupuis-Déri relembra os jovens palestinos que cobriram os rostos com os *keffiyehi* (espécie de lenços tradicionais) em confrontos, além de outros episódios semelhantes com manifestantes da Espanha e do Chile (2014, p. 18).

Outro ponto que não pode ser ligado apenas ao bloco negro são os ataques a bens privados e públicos. O uso da força ou a ação mais incisiva não é privilégio desses ativistas, “ainda mais porque muitos Black Blocs já protestaram pacificamente sem qualquer equipamento” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 40). Também já relatamos acima aparições dos ativistas em intervenções sem qualquer cunho violento, como o mutirão de doação de sangue em Belo Horizonte. Dupuis-Déri ainda argumenta que, se comparamos a ação *black bloc* a outras modalidades de protesto do passado, a tática pode ser considerada até mesmo contida. Um dos exemplos fornecidos pelo pesquisador é o das *suffragettes*, movimento do início do século 20, na Grã Bretanha, que lutava em prol do direito ao voto feminino e se expressava por meio de depredações, adotando o slogan “Ações, não palavras!”.

O pesquisador também relembra o episódio conhecido como “Revolta do Chá” nos Estados Unidos do século 18 – quando o país ainda era uma colônia da Grã-Bretanha. Na ocasião, colonos de Boston invadiram portos e jogaram os carregamentos de chá na água. Dupuis-Déri destaca que, na época, os responsáveis foram tachados como vândalos pela Coroa, mas,

posteriormente, passaram a ser vistos como heróis que ajudaram no processo da independência estadunidense. Podemos aqui também rapidamente nos lembrar do movimento ludista que promoveu a destruição de máquinas e fábricas para protestar contra a Revolução Industrial no começo do século 19.

Portanto, mediante o exposto, é um erro associarmos a ação direta de destruição apenas aos ativistas do bloco negro. Também não podemos tratar como sendo uma exclusividade *black bloc* crítica radical aos sistemas econômico e político, posto que há outras iniciativas de mesma natureza.

Dupuis-Déri cita, porém, dois traços que caracterizariam de forma exclusiva a tática: o vestuário, inteiramente preto e originado na filosofia anarcopunk, e a já mencionada raiz histórico-política derivada dos *Autonomen* da década de 1980.

1.3. *Black bloc* no Brasil

E no Brasil? Quando os primeiros atos ocorreram no país? Para entender como a tática chegou aqui, precisamos voltar à década de 90. Em 1998, surgiu um movimento internacional denominado Ação Global dos Povos (AGP) que contava com a participação de grupos anticapitalistas e antiglobalização. O objetivo era formar uma rede mundial de luta contra a economia global. De 16 a 20 de maio daquele ano, ações coordenadas ocorreram em todo o planeta em torno da filosofia da AGP. A iniciativa também encontrou apoiadores no Brasil. Em Brasília, cerca de 50 mil integrantes do Movimento dos Sem Terra e trabalhadores desempregados foram às ruas na ocasião.

Em 18 de junho de 1999, uma nova ação AGP teve reflexos no Brasil. Em Florianópolis, o relógio comemorativo aos 500 anos do Brasil foi pintado de vermelho, para simbolizar um “planeta sagrando”. Em setembro do mesmo ano, ativistas intervieram em um prédio da Bolsa de Valores de São Paulo. Ainda em 1999, o episódio ocorrido em Seattle repercutiu no Brasil e um grupo chegou a depredar uma loja do *McDonald’s* na cidade em São Paulo em novembro.

Em 20 e 21 de abril de 2001, outra ação coordenada pela AGP ocorreu. Dessa vez, o protesto era contra uma reunião em Quebec (Canadá) que discutiria a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O movimento mundial também encontrou coro no Brasil.

“Em São Paulo, dois mil estudantes e libertários se manifestaram na Avenida Paulista, com destaque à repressão policial” (LUDD, 2002, p.155).

Até aí, foram apenas poucas aparições pontuais no Brasil de ativistas que, ligados à Ação Global dos Povos, utilizaram a estratégia *black bloc*. A tática de fato só ganhou a cena pública brasileira a partir das Jornadas de Junho em 2013. O que se viu, de lá para cá, já é um quadro conhecido pela maioria de nós. Os ativistas vestidos de preto causaram grande espanto na população que conheceu, pessoalmente ou pelos meios de comunicação, ações até então inéditas para a maioria. Susto, medo ou simpatia: diferentes sentimentos juntaram-se a diferentes opiniões que começaram a ser formuladas a respeito da modalidade de ação.

O aparecimento da prática *black bloc* na cena pública brasileira foi definitivamente uma surpresa e nos fez parar, repensar, discutir. Trata-se de um novo fato que pode ser tratado conceitualmente como um *acontecimento*. É o que exploraremos a seguir, juntamente com outros aportes conceituais, dentro da nossa fundamentação teórica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nosso trabalho de investigação sobre o fenômeno que acabamos de apresentar se firma sobre os seguintes eixos teóricos: as contribuições que o conceito de *acontecimento* fornece para a análise da disputa de sentido; uma discussão acerca dos conceitos de *violência* e de *violência política*; o entendimento do jogo *político* que tangencia o debate; as conceituações de *poder simbólico* e *discurso* que nos ajudam a entender as diferentes categorizações. Estes cinco tópicos formam o aporte conceitual que nos auxiliará na formulação das questões em torno do problema central de investigação. Apresentaremos cada um deles a seguir.

2.1. O ACONTECIMENTO E SEU PODER HERMENÊUTICO

Como podemos definir um acontecimento? Em nosso dia a dia, tratamos o vocábulo como sinônimo de eventos, de ocorrências do mundo. Na maior parte das vezes, recorremos à palavra para nos referirmos a momentos marcantes: “aquela festa foi um acontecimento” ou “os últimos acontecimentos mexeram muito comigo”.

Para além do uso cotidiano, a palavra tem sido tratada conceitualmente por diversos ramos do saber: Teorias do Jornalismo, História, Filosofia, Psicologia, Sociologia.

Em Hannah Arendt, encontramos uma noção de acontecimento ligada ao fazer político. A autora explica que cada acontecimento pode ser tratado como um fim (e, daí, demandar um entendimento do que ocorreu até então) ou como um começo (suscitando desdobramentos que também englobariam o ato de entender).

Essa ação à qual Arendt se refere é capaz de originar algo novo, e a autora se debruça especialmente sobre a categoria de ação política. Um exemplo que ilustra seu pensamento é a discussão de ação política a partir de um acontecimento específico: a ascensão do governo de Adolf Hitler na Alemanha em 1933. O governo nazista leva Arendt a argumentar que, frente às contingências (ou acontecimentos) do mundo, os sujeitos precisam confrontá-las e, a partir delas, agirem.

A convicção de que tudo o que acontece no mundo deve ser compreensível, pode levar-nos a interpretar a História por meio de lugares comuns. Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós – sem negar a sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a

realidade sem preconceitos e com atenção e resistir a ela – qualquer que seja.
(ARENDDT, 1989, p. 10)

É preciso lembrar o contexto no qual Hannah Arendt desenvolve sua relação entre acontecimento e ação política. Alemã de origem judia, a pensadora se opôs veementemente ao nazismo, chegou a ser enviada para um campo de concentração e precisou se refugiar nos Estados Unidos, onde permaneceu por dez anos sem direitos políticos. Por possuir fortes pilares libertários e pluralistas, não é difícil entender o motivo pelo qual Hannah Arendt combatia tão fortemente os regimes totalitários e porque ficou conhecida como a “teórica do inconformismo”. Por isso mesmo, ela insistia na convocação de seus leitores para uma resistência e uma ação frente aos acontecimentos, frente à realidade.

A noção de acontecimento também é tratada por José Augusto Bragança de Miranda. Segundo o pensador português, o acontecimento seria uma invenção necessária para a história da humanidade. Miranda explica que, anteriormente, contávamos com poucos e escassos eventos, os chamados hiperacontecimentos. Entre eles, estavam o juízo final (teologia) e a revolução (política), ambos bastante esperados, ligados à ideia da solução de um desequilíbrio e teleologicamente distribuídos entre um começo e um fim. Desses eventos maiores, derivariam todos os outros: “Tudo o que ocorria eram simples manifestações desses hiperacontecimentos, ou da sua falha [...]” (MIRANDA, 2005, p. 113). O autor explica que, nos últimos séculos, os grandes acontecimentos perderam sua potência e passamos a assistir ao surgimento de uma multiplicidade de eventos.

José A. Bragança de Miranda ainda recorre a Deleuze, para quem o acontecimento aproxima-se do trágico e do fim. No entanto, Miranda mostra que a morte não configura a essência do acontecimento, mas que o “acontecimento humano” foi criado para ser uma resposta ao “acontecimento absoluto”. Tal cenário não estava presente na pré-história e é justamente o desejo de suspensão da morte que o autor classifica como o acontecimento que marca a inauguração da história. “A passagem da pré-história para a história passa, necessariamente, pela vontade de exercer algum controle humano sobre as forças letais da natureza” (MIRANDA, 2005, p. 118). É nesse cenário que o autor destaca a criação dos mitos humanos, que agiriam como proteção da sociedade, “tornando o real habitável” (*idem*, p. 119).

Bragança de Miranda não deixa de destacar que essa intervenção acontecimental do ser humano na história nos tira de uma postura de impotência perante as forças letais do *cosmos*.

Porém, o autor lamenta que esse deslocamento nos leve também para o lugar da potência destruidora dos próprios homens e mulheres:

As potências da *physis*, as forças que se desencadeiam são reduplicadas pelos humanos que podem desferir a morte, aos quais tudo serve de instrumento para matar: uma pedra, as mãos, a água, e outros virão. [...] Se a neutralidade do acontecimento absoluto da natureza, a indiferença dos maremotos ou dos continentes que desaparecem é aterradora, não o é menos quando os humanos ocupam o lugar do *factum*. (MIRANDA, 2005, p.118)

O autor conclui ressaltando que o acontecimento é pré-histórico e marcado pela ação da *physis* na vida humana. Na era histórica, o que encontraríamos são eventos que, mesmo inumeráveis, não conseguem reduzir o acontecimento a si. Em outras palavras, presenciariamos apenas derivações que não alcançariam a potência daqueles acontecimentos maiores, absolutos, fundadores e que estavam presentes na pré-história – os acontecimentos escassos sobre os quais o homem não podia agir e, conseqüentemente, exercer controle.

Já para o francês Paul Veyne (1971), o acontecimento é o objeto da História. Os fenômenos tratados assim pelas narrativas históricas são singulares pelo componente da temporalidade: é porque ele irrompeu naquele determinado momento que podemos tratá-lo como acontecimento dentro de uma perspectiva própria da História.

Em Michel Foucault, encontramos várias nuances na definição do conceito de acontecimento⁶. Esta multiplicidade se justifica pela própria complexidade do pensamento do autor e pelo fato de sua obra ser dividida em diversas fases. Para o nosso trabalho, vamos nos ater ao tratamento que o filósofo presta ao termo, aproximando-o do conceito de discurso. De acordo com essa abordagem, os acontecimentos devem ser entendidos a partir de determinadas lógicas (excluindo outras) de uma formação discursiva que institui o mundo tal qual devemos conhecê-lo. A potência acontecimental dos fenômenos seria enquadrada nas formações discursivas em voga, em detrimento de outras. É nesse sentido que podemos entender porque o autor fala de acontecimento discursivo e de acontecimento não discursivo.

Apesar dessa divisão binária, Foucault não corrobora com a noção de que só haja acontecimento no âmbito do discurso. Ele não negligencia a dimensão da existência de uma contingência:

Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos.

⁶ Para mais, ver CASTRO, E. Vocabulário Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Entretanto, ele não é ponto imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que ele é efeito; ele possui o seu lugar e consiste na relação, na coexistência, na dispersão, no recorte, na acumulação, na seleção de elementos materiais; ele não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se com efeito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo incorporal. (FOUCAULT, 2001, p. 57)

Assim, resguardando a existência dessa materialidade, o autor deseja que nós olhemos para “os discursos como séries regulares e distintas dos acontecimentos” (*idem*, p. 59) e nos convida a entender como as formações discursivas realizam um recorte da multiplicidade dos acontecimentos. Por isso mesmo, Foucault propõe um caminho inverso ao da história tradicional (que linearmente acoplaria os acontecimentos). O filósofo diz que é preciso revigorar o caráter de acontecimento ao discurso, compreendendo-o como algo que se estabeleceu a partir de determinadas condições.

George Herbert Mead fala de um acontecimento emergente, “[...] ou seja, a ocorrência de algo que vai além do conjunto dos processos que o haviam produzido[...].” (1932, p. 52). Com fortes bases pragmatistas e, conseqüentemente, contextualistas, Mead trata o acontecimento como fenômeno emergente no presente, mas atendo-se às transformações posteriores que ele acarretará/sofrerá. “O que torna um evento distinguível de outro é um vir a ser que afeta sua natureza interna” (*idem*, p. 49).

Bastante influenciado por Mead e pelos pressupostos do pragmatismo, outro teórico que trabalha o conceito de acontecimento é o francês Louis Quéré, pensando o mesmo a partir de uma visada sociológica. Para o autor, acontecimentos podem ser entendidos como aqueles fenômenos que “rompem a seriação da conduta ou a do correr das coisas” (QUÉRÉ, 2005, p.61). Provocam uma ruptura em nossa rotina. Podem ser planejados (como um casamento; a viagem dos sonhos) ou não (a morte de um ente querido; a sorte de ganhar um prêmio milionário). Estes últimos, os não planejados, teriam maior importância em nossa vida, segundo o autor:

Os acontecimentos importantes são, em grande parte, inesperados. Quando se produzem, não estão conectados aos que os procederam nem aos elementos do contexto [...] excedem as possibilidades previamente calculadas. [...] Esta descontinuidade provoca surpresa e afecta a continuidade da experiência porque a domina. (QUÉRÉ, 2005, p.61)

Essa noção de “poder de afetação” é central para entendermos o conceito na abordagem proposta por Quéré. O acontecimento pode ser entendido como algo que faz quebrar a normalidade, mas ele é medido realmente pelo grau com que esta ruptura tem a capacidade de

nos afetar e, pelo nosso lado, de responder-lhe. Ele está, portanto, inserido em um contexto experiencial. Na verdade, é dentro da esfera da experiência⁷ (pelo grau que o evento consegue nos afetar e que conseguimos transformá-lo através da nossa apropriação) que o acontecimento pode ser definido como tal. Ele não somente acontece, acontece a alguém:

Porque o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. [...] Quer dizer que ele afecta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reacções e respostas mais ou menos apropriadas [...] a principal origem da compreensão do acontecimento está no próprio acontecimento. (QUÉRÉ, 2005, p. 61)

Portanto, não se pode falar do poder de afetação de um acontecimento de forma igual para todos os sujeitos. Ou como algo pré-definido, intrínseco ao fenômeno. Por exemplo, um evento pode se tornar acontecimento para uma comunidade, mas não para outra, à medida que ele tem um poder de ruptura somente a partir de experiências específicas e contextuais. Quéré explica melhor como os acontecimentos podem irromper de formas diferentes, mediante a apropriação dos indivíduos em suas respectivas experiências:

[O acontecimento] Terá podido atingir sujeitos, individuais ou colectivos, fazer vítimas e sobreviventes, provocar, nos indivíduos e nas colectividades, sensações, emoções e reacções, satisfazer ou desiludir, alegar ou horrorizar, satisfazer ou desesperar, aterrar ou traumatizar, alterar as ‘vivências’ para o bem ou o mal, resolver a situação das pessoas ou colocar-lhe novos problemas. (QUÉRÉ, 2005, p. 67)

Afetando nossas experiências, o acontecimento instaura uma temporalidade própria. A partir de sua ocorrência, passamos a resgatar o passado que o precedeu e a reformular o futuro. Por um lado, o acontecimento promove um reposicionamento perante os fatos anteriores (que passamos a evocar para entender porque aquilo aconteceu) e um abalamento de pontos de vista. Reconstruímos o histórico de ocorrências que precederam o acontecimento e o comparamos a eventos similares. Por outro lado, o fenômeno nos leva a reprogramar o futuro, a reformular projeções e a reordenar nossas condutas. É, segundo Quéré, a força que o acontecimento tem de dar o ‘o tempo a ver’, mais que se produzir somente no tempo:

Não pode, por isso, ser enclausurado no momento e nas circunstâncias de sua ocorrência: transborda-os espacial e temporalmente. Espacialmente, porque seus efeitos podem estender-se a lugares muito distantes daquele em

⁷ “Só há experiência quando há transacção entre duas coisas que são exteriores uma à outra, por exemplo, entre um organismo e um meio que o rodeia, em que cada um é afectado pelo outro e reage segundo a sua constituição” (QUÉRÉ, 2005, p.68).

que ocorreu. Temporalmente, porque se alonga para o futuro e para o passado. (QUÉRÉ, 2005, p. 69)

Com relação a este novo olhar sob o passado, é importante frisar que o tempo pretérito só ressurgiu para nós *após* o acontecimento. Antes, não se tratava de algo assim tão importante. “É, portanto, o acontecimento que acaba de se verificar que faz aparecer a dimensão do passado; porque antes de ele se verificar não há passado. É preciso que se produza o acontecimento para que haja um passado do acontecimento” (QUÉRÉ, 2005, p. 69).

Essa visão de Quéré encontra raízes no pensamento de Hannah Arendt: “O sentido real de todo o acontecimento transcende sempre suas ‘causas’ passadas que lhe podem ser associadas [...] mas, além disso, esse mesmo passado apenas emerge graças ao acontecimento” (ARENDR, 2001a, p. 75).

Para ilustrar essa temporalidade própria do acontecimento, tomemos como exemplo um recente evento que abalou uma considerável coletividade: a vitória da Alemanha por 7 x 1 sobre o time de futebol brasileiro e a consequente eliminação do país-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Totalmente inesperada, a goleada deixou torcedores desolados, jornalistas atônitos, jogadores perdidos e uma nação quase inteira sem entender o ocorrido. A cada gol (praticamente sucessivos), o acontecimento agia com mais intensidade na experiência de cada um que foi aos estádios ou que assistiu à transmissão pelos veículos de comunicação. Ao fim da goleada, ainda pasmos, nós, brasileiros, só tivemos tempo de respirar e fazer a pergunta que percorreu praticamente os quatro cantos do país: “O que foi isso que acabou de acontecer?”. E é justamente isso que o acontecimento faz: ele nos pega desprevenidos e nos incita a formular questionamentos. O que nos levou até esse fracasso? O que será da seleção agora?

Com a derrota vergonhosa, começamos a realizar uma retrospectiva de tudo que tinha acontecido até ali, não só acionando as falhas e ‘avisos’ que o time estaria emitindo, mas também relembrando a preparação intensa da seleção alemã. Nossos pontos de vista foram imediatamente abalados: não somos mais os favoritos; não somos mais os campeões de 2014.

Ao mesmo tempo, o futuro do futebol brasileiro começa a ser reprogramado. Não só o futuro próximo (como vamos terminar essa Copa? Como o time vai conseguir entrar em campo novamente para disputar o terceiro lugar?), mas também tempos mais longínquos: é preciso uma mudança drástica no esquema tático da seleção brasileira? Quem será o novo técnico? Deixaremos de ser o país do futebol?

Portanto, falar da temporalidade do acontecimento é falar sobre o presente, o passado e o futuro que ele convoca. É falar de tempos que até então não haviam se transformado em pauta para as conversas na tessitura da vida social.

Outra característica importante do acontecimento é o fato de que, à medida que ele nos afeta, instala um novo cenário, suscita interpretações, pede para ser compreendido. Quéré fala do “poder hermenêutico” do acontecimento, ou seja, o poder de abrir para o novo, de descortinar horizontes. O acontecimento é criador, e não apenas dotado de sentidos. Quando ocorre, não é suficiente apenas explicarmos o que aconteceu, mas necessitamos compreendê-lo. O fenômeno de caráter acontecimental nos convoca a interpretá-lo e a agir a fim de “reduzir as discontinuidades e socializar as surpresas provocadas” (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

Essa ação pode ser realizada por todo um ajuntamento de indivíduos – e o é especialmente nos acontecimentos públicos, ou seja, aqueles que alcançam uma coletividade. Ao se transformar em problema público, o acontecimento demanda uma ação também pública que pode ficar a cargo de grupos institucionais ou não. E todos os esforços se concentram na tentativa de responder as questões e solucionar a situação problemática instaurada pelo evento.

Portanto, após tudo o que foi explicitado acima, podemos concluir que o surgimento da tática *black bloc* na cena pública brasileira pode ser perfeitamente tratado conceitualmente como acontecimento. É evidente que seu poder de afetação variou de intensidade e alcance. Mas não podemos negar que o fenômeno se caracterizou como um elemento inesperado para a grande maioria dos brasileiros – inclusive para quem esteve nos protestos. A presença daqueles manifestantes “exaltados” e mascarados em meio às manifestações causou grande estranhamento. Convocou uma coletividade e suscitou um debate dentro e fora dos espaços midiáticos: os brasileiros sentiram a necessidade de entender quem eram aqueles ativistas, de onde eles surgiram, a mando de quem agiam e o que de fato almejavam. A aparição do bloco negro instaurou uma situação problemática: “alguém precisa dar um jeito nesse quebra-quebra”; “gente, o que está acontecendo nas ruas do Brasil?”; “nossas ruas viraram uma praça de guerra. Ninguém vai tomar uma providência?” – foram alguns dos questionamentos ouvidos durante e após as Jornadas de Junho.

Rapidamente, as forças institucionais começaram a reagir na tentativa de normalizar a situação: pelotões da polícia militar passaram a rever estratégias; a presidente Dilma Rousseff,

em pronunciamento transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 21 de junho de 2013, afirmou, utilizando tom convocatório, que “todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública têm o dever de coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo”⁸. A ação coletiva também foi mobilizada por atores não institucionais. O ex-jogador de futebol Ronaldo Nazário revelou, em entrevista, qual seria sua sugestão para lidar com o fato durante os protestos: “... tem que baixar o cacete neles, tem que tirar esses vândalos das ruas e prender todos eles”⁹. Em mídias digitais e aplicativos para *smartphones*, como o Facebook e o WhatsApp, muitos usuários compartilharam um pedido para que todos se abaixassem durante os protestos, assim que começassem os atos do bloco negro, para que a polícia militar identificasse facilmente os autores das depredações. Foram muitos os atores sociais que se mobilizaram na tentativa de encontrar respostas e ações que dessem conta de abarcar a potencialidade do fenômeno.

O poder hermenêutico de tal acontecimento pôde ser percebido na própria disputa de sentido que ele suscitou. O debate sobre o que seria vandalismo e sobre o que poderíamos ou não considerar como violência circulou na cobertura jornalística, nas conversas de bar, no jantar em família, durante o almoço com os amigos do trabalho, enfim, por diversas instâncias da vida social. Alguns defendiam e outros acusavam o bloco negro. Outros preferiam não opinar e só desejavam ficar à parte do debate. A aparição daqueles mascarados que vimos na TV e nas capas da revista abriu novas possibilidades de discussão. Trataremos melhor disso no decorrer do presente trabalho.

Por ora, é preciso entender que as tentativas de encontrar definições, respostas e soluções para um fenômeno como este pode se desenrolar por meio de um processo denominado “individuação do acontecimento”, conforme explica Louis Quéré, e do qual trataremos a seguir.

2.1.1. Afinal, o que está acontecendo?

Vimos anteriormente que, afetados pelo acontecimento, os sujeitos partem em busca da redução das discontinuidades instauradas pelo fenômeno. É preciso apreender o sentido daquilo que está ocorrendo; é necessário estruturar e organizar o elemento novo dentro de

⁸ Disponível em <www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em 1º dez. de 2014.

⁹ Disponível em <www.youtube.com/watch?v=-RgK0bwLa9E>. Acesso em 1º dez. de 2014.

nossas práticas sociais. E isso se dá por meio de um processo denominado individuação do acontecimento (QUÉRÉ, 1995).

Individuar um fenômeno é encontrar aquilo que o difere dos demais: sua identidade, sua unidade, sua coerência. Individuar é tematizar, inscrever em um registro particular. É retirar de um conjunto e fornecer uma singularidade que destacará um determinado evento. É responder à pergunta: afinal, o que é isso que está ocorrendo?

Mas essa distinção, esse reconhecimento não é feito de forma automática. Exige um encadeamento de ações, que pode ser mais ou menos demorado, com etapas que vão resultar na ipseidade do fenômeno.

Quéré enumera alguns aspectos essenciais do trabalho de individuação de um acontecimento – chamado por ele de percurso interpretativo (1995, p. 100). Para o autor, tais operações ocorrem articuladas umas com as outras. O sociólogo também cita três elementos ordenadores de tal processo – a matriz de individuação (QUÉRÉ, 1995, p. 101). Aqui, será bastante útil a leitura que França (2013) realiza desse texto, ao sistematizar aspectos tanto do percurso interpretativo quanto da matriz de individuação nas seguintes etapas do processo de individuação: descrição; *mise en intrigue* (construção de uma narrativa); articulação com um pano de fundo pragmático; caracterização como um problema público; normalização. Falaremos um pouco sobre cada uma delas abaixo.

O processo de individuação começa no domínio da experiência dos sujeitos. É na dimensão mais empírica e sensível que começamos a categorizar o que ocorre à nossa volta. Tocados pelo acontecimento, o primeiro passo dos indivíduos é iniciar a tarefa de descrição, ou seja, de nomeação e categorização do novo fato. É apreender o ocorrido dentro de uma descrição simbólica.

Além de descrever, os sujeitos inserem o acontecimento em uma narrativa (*mise en intrigue*), em um encadeamento de fatos. É uma costura dos vários momentos do evento, a configuração de seu fio temporal. “Na maioria das vezes, baseia-se no acontecimento final para ordenar a história de modo que o encadeamento de eventos apresentados conduza, de maneira provável, ao resultado final” (QUÉRÉ, 1995, p. 100, tradução nossa¹⁰). A narrativa é geralmente dada

¹⁰ “Le plus souvent, elle s'appuie sur la connaissance de l'issue finale de l'événement pour ordonner le récit de telle sorte que l'enchaînement des faits qui y est présenté conduise de façon vraisemblable à cette issue finale”.

ao fim do evento, mas também pode ocorrer durante seu desenrolar, quando esquemas narrativos pré-definidos são acionados (FRANÇA, 2013).

O acontecimento também adquire uma identidade ao se articular a um pano de fundo pragmático. O fenômeno suscita ações e reações junto aos sujeitos. “A construção simbólica de um acontecimento [...] convoca maneiras habituais de se comportar. E este pano de fundo pragmático é alimentado por um conhecimento advindo do senso comum, das estruturas normativas de uma cultura” (*idem*, p. 67). Portanto, o pano de fundo pragmático apresenta-se articulado a práticas instituídas.

Essa individuação do acontecimento também ocorre à medida que o evento configura um problema público. Alçado à cena pública, o evento revela uma situação problemática, convoca o interesse de uma coletividade e suscita uma ação pública, ou seja, o movimento de diferentes atores na busca por uma solução. Especificamente estes dois últimos passos do processo de individuação podem ser ilustrados pelos exemplos já citados acima. A revisão de estratégias da polícia militar, a corrente com sugestões para identificação dos “vândalos” que circulou pelas mídias digitais e a declaração do ex-atleta Ronaldo mostram como de fato um problema público foi instaurado pelo surgimento da tática *black bloc* e como o acontecimento se ligou a um pano de fundo pragmático, suscitando ações que pudessem sanar a surpresa e o incômodo por ele trazidos.

Já a última fase da individuação, a normalização do acontecimento, refere-se ao momento em que sua indeterminação é reduzida, em que o evento se torna mais explicável. Passa de imprevisível para provável. Não menos arrebatador, mas fortemente possível. Quéré resume bem como as etapas anteriores tornam possível a chegada ao nível da normalização:

Ela [a normalização] é guiada e conformada pela descrição sob a qual o acontecimento foi identificado, quer dizer, essencialmente pelo conteúdo semântico dos termos utilizados na categorização dos acontecimentos (seja na frase que formula o acontecimento em algumas palavras, seja na nomeação promovida por esta frase). A ideia importante deste ponto de vista é que a descrição sob a qual o acontecimento foi identificado organiza a maneira como ele será analisado: ela circunscreve o domínio no qual se pode manifestar sua tipicidade, encontrar acontecimentos comparáveis, identificar as causas e efeitos, construir um passado e um futuro, definir a situação e, *last but not least*, estruturar o campo prático associado ao acontecimento. (QUÉRÉ, 1995, p. 104, tradução de Vera França)

É preciso ressaltar que a normalização não significa a pacificação do acontecimento, mas sim a chegada a um ponto tal de sua compreensão que permite aos sujeitos afetados lidarem com o

evento, apropriá-lo à experiência de suas vidas. A fase da normalização mostra para onde o fenômeno vai apontar, conforma a união de forças em busca da solução do problema público posto. E é justamente a partir da instauração do campo problemático que o acontecimento consegue abrir a interpretação para novas leituras.

Nesse ponto, fica mais claro entender porque Louis Quéré fala de uma dupla vida do acontecimento. O autor cunha essa expressão para explicar que os acontecimentos são encontrados em diferentes regimes da nossa experiência: o imediato e o investigativo.

O primeiro regime da nossa experiência é confrontado pelo que Quéré denomina acontecimentos existenciais, aqueles com os quais nos deparamos, somos afetados, e enfrentamos na dimensão sensível da nossa vida. Os acontecimentos são existenciais porque se chocam com nossa experiência direta, trazem suas qualidades imediatas e sua força brutal. Podemos pensar naquele momento da nossa vivência em que somos surpreendidos pelo acontecimento, apanhados por ele, sentimos sua contingência nos afetar e o vemos desestabilizar nossa vida.

Existem mudanças e emergências que enfrentamos em suas qualidades imediatas e sua força brutal – elas são abordadas pela experiência direta. Estamos submetidos às suas condicionantes, à sua insistência e resistência; vamos ‘avaliá-las’ positiva ou negativamente. E vamos adaptar-nos a elas. Trata-se então de reações espontâneas, baseadas nos hábitos, na percepção direta e na emoção. Em regime de experiência imediata, elas não estão isoladas do entorno, nem observadas por si mesmas, ou seja, são constituídas como objetos a conhecer. (QUÉRÉ, 2012, p.24)

Essa é, portanto, a primeira vida do acontecimento – aquela referente ao seu impacto e às nossas reações mais imediatas. Em razão de seu impacto, passamos a realizar conexões e relações entre os acontecimentos a fim de fornecer uma resposta plausível a ele. Nesse momento, iniciamos a sua simbolização, enfrentando o acontecimento existencial, a fim de individuá-lo e de conhecer sua significação, transformando-o em acontecimento-objeto – objeto do nosso conhecimento. É nessa “segunda vida” que é atribuída uma temporalidade própria ao acontecimento: o passado e o futuro advêm do nosso ato de pensar sobre ele, bem como o começo, o meio e o fim do fenômeno de caráter acontecimental.

Podemos, no entanto, desenvolver o componente de simbolização e transformá-las [as mudanças] em objetos de pensamento e julgamento. [...] Os acontecimentos deixam de ser, assim, simples mudanças existenciais. [...] Ele se torna não só um objeto e uma fonte de inferências e de raciocínios, mas também um meio de ação controlada. Com efeito, servimo-nos desse tipo de objeto cognitivo-discursivo para intervir no curso dos

acontecimentos, a fim de canalizá-los ou atenuar sua brutalidade. Os acontecimentos tornam-se, assim, agentes da história que faz. (QUÉRÉ, 2012, p. 30-31)

E é justamente nessa segunda vida que o jornalismo assume um papel importante, pois é por meio dele que o acontecimento se torna apreensível na maioria das vezes. O relato da imprensa nos ajuda a minimizar os impactos dos acontecimentos, nos ajuda a entender o que fazer e para onde ele nos levará – especialmente aqueles eventos que não presenciamos na dimensão mais imediata dos nossos sentidos.

Apesar dessa diferenciação, Quéré explica que as duas vidas não estão separadas – e é justamente nesse ponto que ele se afasta de uma abordagem construtivista. De acordo com a perspectiva construtivista, os acontecimentos midiáticos seriam resultado do processo regulado de encenação, de formatação da informação. Em outras palavras, o acontecimento não existiria em si, mas seria produto final de uma construção midiática. Neste sentido, considera-se a existência do acontecimento somente dentro do campo dos *media*, resumindo seu todo ao seu relato – o que para Quéré não é suficiente para compreender a complexidade do que se passou, pois este processo esvaziaria a totalidade do fenômeno.

Entretanto, esta ideia de uma construção ou de uma modelagem mediática dos acontecimentos é [...] uma ideia falsamente simples e muito pouco conceitualizada. Ela está sempre tentando, por um lado, tirar parte da polissemia dos termos ‘construção’ e ‘acontecimento’, ou de entender metaforicamente sua significação; por outro, reduzir os processos de construção simbólica dos acontecimentos aos seus dispositivos e práticas mediáticas que, claramente, construiriam ou produziram ‘news’. (QUÉRÉ, 1997, p.416, tradução nossa¹¹)

Seguindo essa premissa, o autor argumenta que a primeira vida do acontecimento ainda pode ser detectada na segunda, alimentando a narrativa sobre ele. É na segunda vida que o eco da primeira vida do acontecimento continua a atuar fortemente.

Como podemos perceber, Louis Quéré insiste em tratar o acontecimento inscrito na experiência dos sujeitos. Para além da construção discursiva, o autor explica que os eventos se desdobram por meio da apropriação dos indivíduos. A perspectiva do sociólogo trata os fenômenos de natureza acontecimental pela via pragmatista. Isso significa dizer que, além da

¹¹ “Cependant cette idée d’une construction ou d’un façonnement médiatique des événements est [...] une idée fausement simple et trop peu conceptualisée. Il est toujours tentant, d’une part, de tirer parti de la polysémie des termes ‘construction’ et ‘événement’, ou d’étendre métaphoriquement leur signification, d’autre part, de réduire le processus de constitution symbolique des événements aux seuls dispositifs et pratiques médiatiques, qui, à l’évidence, construisent ou produisent les ‘news’”.

inscrição na experiência, o acontecimento abre perspectivas de ação e ganha significado a partir das consequências que pode ter para os diversos sujeitos por ele afetados.

É notável como o acontecimento “surgimento da tática *black bloc* na cena pública brasileira” abriu novas perspectivas. A partir da chegada dos mascarados às ruas, opiniões foram divididas e uma disputa de sentido foi instaurada. Novas possibilidades de discussão foram abertas – especificamente sobre o que podemos considerar como violência, quais tipos de violência podem ser justificados e ainda se é possível legitimá-los.

2.1.2. A surpresa causada pela tática *black bloc* no Brasil

Certamente, antes das discussões sobre a tática *black bloc*, um acontecimento afetou primeiramente os brasileiros: as Jornadas de Junho. As gigantescas passeatas irromperam no cotidiano do país e se espalharam com a mesma velocidade com a qual buscavam ser compreendidas. Totalmente inesperadas, chegaram como um verdadeiro terremoto, como bem pontua Raquel Rolnick, provocando uma reviravolta em nosso passado, nosso presente e até em nossas previsões para o futuro.

Podemos pensar essas manifestações como um terremoto [...] que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. Mas, sobretudo – e isso é o mais importante –, fez renascer entre nós a utopia. (ROLNICK, 2013, p. 8)

De fato, esse terremoto veio abalar um país que, em teoria, vivia um período de bonança: economia estável, considerável aprovação dos governos Lula e Dilma, diminuição da desigualdade social, boas relações internacionais, aproximação da tão aguardada Copa do Mundo FIFA em solo brasileiro.

Os protestos se tornaram um fenômeno tão voluptuoso que foi possível observar vários outros acontecimentos dentro do mesmo acontecimento “Jornadas de Junho”. A ocorrência das manifestações pelo país trouxe, na correnteza, vários outros fenômenos de caráter acontecimental que, se observados separadamente, também carregaram consigo seus próprios elementos de surpresa, de surgimento de debates, de estremecimento de opiniões. A aparição da tática *black bloc* foi um desses acontecimentos dentro do fenômeno maior, até mesmo por questionar nossa imagem de país cordial, de povo não violento.

Como já dissemos na caracterização de nosso objeto, a tática não era inédita no país. No entanto, por aparecer até então muito esporadicamente, só veio a ganhar o status de

acontecimento nas Jornadas de Junho. Foi só a partir da ocorrência das manifestações de 2013 que a modalidade de ação *black bloc* pode descortinar novos sentidos e suscitar novas formas de se olhar para a prática e para a temática da violência – o poder hermenêutico já mencionado.

No instante de abertura para novas possibilidades, os discursos em voga já não se mostram suficientes para compreender o acontecimento. Ele pede, portanto, o acionamento de novos elementos simbólicos, como aponta França:

O acontecimento é importante porque ele anuncia – ele pode anunciar – o novo [...]. Por isso, ele rompe com todo o passado (o passado lhe é indiferente), e se coloca para além da Lei (do estabelecido). Ele não pode ser dito pelos discursos existentes, pois os ultrapassa na sua novidade e deve provocar o surgimento de outros discursos. [...] O acontecimento suscita a não conformação, a renovação. (FRANÇA, 2012b, p.50)

É o que ocorreu a partir do momento que a tática *black bloc* começa a ganhar visibilidade no Brasil. O próprio fato dessa modalidade de ação passar a ter seu sentido questionado já é algo que merece nossa atenção. Até então, no cenário contemporâneo do país, não se viam discussões mais abrangentes sobre a legitimidade ou não de uma intervenção como essa. Seu sentido já estava praticamente dado, ligado ao termo violência que, por sua vez, estaria sempre associado à conotação criminal. Com a instauração dos atuais debates, fizeram-se necessários novos discursos. Dá-se a ver um outro lado da moeda (ou da violência). Mesmo que as definições ainda não estivessem totalmente clarificadas, o simples fato de se discutir tal assunto e de buscar novos elementos simbólicos já demonstra uma abertura da sociedade brasileira para debater algo que parecia cristalizado na opinião da maioria das pessoas.

Esse embate de classificações certamente ocorreu nas esquinas, nas escolas e nas conversas da família em frente à televisão. A mídia não foi a única instituição a contribuir para a elaboração do sentido do acontecimento. No entanto, nossa pesquisa vai privilegiar a análise deste espaço como arena de formulação do sentido. Podíamos elencar outros, como os fóruns de movimentos sociais, o debate acadêmico ou até mesmo jurídico, mas direcionaremos nosso olhar para o ambiente midiático – tanto a cobertura jornalística de grandes veículos de comunicação quanto os espaços midiáticos ocupados por atores informais ou desprovidos de reconhecimento social para informar, relatar e analisar os fatos do mundo (mídias digitais, *blogs*).

Seria muito ingênuo de nossa parte negar que, hoje, a imprensa é o grande lugar no qual circulam as tentativas de compreensão dos eventos, especificamente aqueles que afetam toda uma coletividade. Um exemplo emblemático foram os atentados às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Pegos de surpresa pelo ocorrido, jornalistas de todo o mundo tentaram, como todas as ferramentas que tinham em mãos, entender o que se passava, reduzir as incertezas, interpretar o que era aquele quadro de ruptura que se apresentava a nós – e apresentá-lo ao mundo.

Por permitir essa visibilidade dos grandes acontecimentos, o relato jornalístico pode privilegiar, de certa forma, uma ou algumas visões dos fatos. A seu modo de tentar entender o mundo, a imprensa acaba por individualizar os acontecimentos seguindo algumas lógicas específicas, alguns valores determinados e seguindo particulares modos de fazer. É possível perceber certo grau de simbolização ritualizada do acontecimento. A “segunda vida” do acontecimento perpassa as notícias da imprensa muitas vezes de uma forma tão pausterizada, roteirizada, que acaba se afastando da natureza pulsante da “primeira vida” do fenômeno. Por isso mesmo, o relato jornalístico dos acontecimentos pode ser alvo de questionamentos, tensões e disputas de sentido. Como afirma Ponte:

Os modos como os *media* configuram eles próprios os acontecimentos, pelo enquadramento (*framing*) que lhe atribuem, e como se constituíssem como arenas de acesso diferenciado têm sido das mais recentes e proffucas linhas de investigação, convidando a reflectir quer sobre as possíveis influências dos *media* nos modos de passivação ao acontecimento experimentados pelos sujeitos, por sua via, quer sobre a desigualdade e a disputa de significados entre vozes hegemônicas e vozes minoritárias. (PONTE, 2005, p. 102)

Por isso mesmo, apesar de olharmos para o espaço midiático, continuamos nos afastando de uma perspectiva construtivista. Defendemos que o acontecimento, mesmo quando passa pelo relato da mídia, não perde seu “realismo pragmatista”. Em outras palavras, o acontecimento midiaticizado não se desrealiza, não deixa de ser real, porque ele se realiza apenas enquanto experienciado pelos diversos sujeitos sociais, na dimensão sensível de cada um:

Insisti na ideia de que a experiência não se desenvolve no universo da representação ou do discurso, sendo uma questão de transações com o entorno. [...] A recepção desses acontecimentos configurados no universo do discurso não deixa de ocorrer no domínio da experiência. (QUÉRÉ, 2012, p. 37)

Sabemos que existem importantes pesquisadores que tratam a questão do acontecimento dentro do âmbito do jornalismo, tendendo para uma abordagem mais construtivista. Entre eles, podemos citar Charaudeau (2006), Dayan (1999; 2009) Traquina (1993), Tuchman

(1972; 1973), Mouillaud (1997), Sodré (2009) e Rodrigues (1993). Adriano Duarte Rodrigues, por exemplo, realiza uma oposição entre “acontecimentos referenciais” e “meta-acontecimentos”. Estes últimos seriam os acontecimentos perpassados pela construção discursiva e por determinadas regras simbólicas. O autor explica que os meta-acontecimentos são os acontecimentos discursivos que passam pelo âmbito do jornalismo.

O meta-acontecimento não é, por isso, regido pelas regras naturais dos acidentes da natureza que atingem os corpos físicos cósmicos, como os cataclismas ou as inundações, nem os corpos individuais, como o nascimento e a morte, nem os corpos institucionais, das religiões, dos exércitos, das famílias, da produção, do Estado. É regido pelas regras do mundo simbólico, o mundo da enunciação. (RODRIGUES, 1993, p. 30)

Dessa forma, percebemos que o autor prefere pensar em uma separação entre a lógica dos acontecimentos que ocorrem no mundo sensível e a lógica daqueles que habitam o cenário discursivo.

Damos total crédito aos estudos que se esforçam por entender as lógicas de construção do discurso sobre os acontecimentos e acreditamos que eles são de extrema importância para entendermos, principalmente, o papel do jornalismo como ator social. No entanto, nossa abordagem (que, inclusive, se deterá prioritariamente à análise do discurso midiático) busca suplantar essa separação e entender o discurso midiático tensionado pela afetação dos fatos e pelas diferentes perspectivas assumidas pelos diversos públicos¹² do acontecimento. Por isso mesmo, vamos buscar propositadamente os contradiscursos (e as contradições) desses mesmos relatos; as tensões decorrentes das diferentes apropriações do acontecimento por diversos atores sociais – e não apenas pelo jornalismo; e o que a reverberação do acontecimento diz da nossa composição enquanto sociedade, enquanto coletividade que se dispôs a debater o que é violência; que tipos de violências são aceitos e que respostas eles suscitam.

Portanto, olharemos sim para a mídia, mas encarando-a não como um ambiente totalizador do acontecimento e sim como uma esfera catalisadora, potencializadora do debate. Muitas pessoas não foram aos protestos e não tiveram contato presencial com os ativistas, porém

¹² Entendemos a noção de público nos moldes da abordagem pragmatista, especificamente, em John Dewey – a quem Louis Quéré também é devedor. Segundo Dewey, o público não é algo que existe *a priori*, mas refere-se a uma coletividade constituída quando é afetada e, conseqüentemente, discute, reflete e aprende. O público é o lugar do estar junto; é o espaço da discussão. Portanto, a noção de público encontra-se intimamente ligada ao conceito pragmatista de experiência.

puderam acompanhar o debate, emitir opiniões e interferir na própria discussão que se instaurou pela esfera midiática (principalmente via mídias digitais).

Esse debate que esteve presente no jornalismo, em *blogs* e em mídias digitais girou em torno da tática *black bloc* e, conseqüentemente, da temática da violência. Não se pode negar que esse acontecimento se inscreveu para a maioria dos brasileiros enquanto violência – para uns, uma violência gratuita; para outros uma violência política. Arriscaríamos até mesmo dizer que, pela primeira vez na história do Brasil (pelo menos em grandes proporções), ocorreu um debate público sobre o sentido de tal palavra. Com certeza, foi a primeira vez que algumas pessoas pararam para pensar no termo para além dos sentidos ligados à criminalidade urbana ou aos atos físicos contra o ser humano.

Por isso mesmo, antes de observarmos mais de perto essas disputas de sentido, faz-se necessário refletir sobre o que, de fato, podemos entender como violência. Em torno de quais matrizes gira o debate teórico-reflexivo sobre o tema? O que algumas perspectivas conceituais têm a dizer sobre a noção de violência? Falaremos um pouco sobre isso agora.

2.2. VIOLÊNCIA

Como podemos definir o termo violência? No dicionário, o vocábulo apresenta os seguintes significados:

1 Qualidade de violento. 2 Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade. 3 Ação violenta. 4 Opressão, tirania. 5 Intensidade. 6 Veemência. 7 Irascibilidade. 8 Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. (MICHAELIS, 2014)¹³

O dicionário ainda explica que, no âmbito do Direito, a palavra se refere a “constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação”. Na mesma referência, encontramos as palavras brandura e doçura como antônimos de violência. Já a etimologia do vocábulo revela que sua origem latina *violentia* remete ao caráter violento ou bravo, à força. No entanto, ao se aproximar do sânscrito, violência também pode significar dominação que prevalece (MICHAUD, 1989, p.8).

Em nosso dia a dia, quase sempre acabamos associando a palavra violência a atos de agressão – física, verbal ou psicológica. Também costumamos recorrer ao termo para fazer referência a

¹³ Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=viol%EAncia>>. Acesso em 1º dez. de 2014.

ações que infringem a lei e que normalmente causam danos às pessoas e às suas posses: um assassinato, um espancamento, um assalto, um assédio moral, um incêndio proposital a uma residência etc. Uma pesquisa rápida ao site de buscas Google¹⁴ comprova essa associação quase automática. Ao digitar a palavra “violência” e filtrar a pesquisa por notícias relacionadas ao termo, são apresentados 1,5 milhão de resultados. Na primeira página, a mais relevante do site, observamos manchetes ligadas à violência contra a mulher (física), dentro das universidades (física ou psicológica) e à criminalidade urbana (violência física e material) – nada muito diferente do sentido que estamos acostumados a dar ao termo.

Portanto, parece-nos óbvio o que podemos entender como violência – mas apenas parece. O filósofo francês Yves Michaud explica que associar violência somente aos atos visíveis, que deixam marcas perceptíveis, procede de um tratamento normativo do termo. Assim, se entendermos a palavra dessa forma, seu sentido pode variar conforme variam as normas.

Tornando mais complexa tal noção, Michaud diz que, entre as diversas significações de violência, é possível identificar um traço material (um elemento de força identificável) e também um imaterial (a transgressão à norma e, sendo assim, ampliando-se demasiadamente o sentido da palavra). Seguindo essa premissa, o autor arrisca uma definição própria que abarque tanto os *atos* quanto os *estados* associados à violência:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou mais atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p. 11)

Note que, para entender a violência, Michaud explica que é preciso olhar para o caráter situacional das interações, dos instrumentos em causa, da distribuição temporal e dos diferentes tipos de danos que a violência pode proporcionar. O autor não quer dizer com isso que a violência seja algo inclassificável; apenas quer chamar a atenção para o componente perspectivístico do termo. “É preciso estar pronto para admitir que não há discurso nem saber universal sobre a violência: cada sociedade está às voltas com a sua própria violência segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menos êxito” (*idem*, p. 14).

¹⁴ Em outros computadores, os dados obtidos podem ser diferentes. Isso porque o Google leva em consideração algumas variáveis para calcular e oferecer os resultados de buscas, como a localização e o histórico de navegação do usuário.

Recorrendo a Georges Bataille, Michaud também argumenta que o próprio fato de sermos animais com capacidades inventivas configura um ato de violência. Nossa própria intervenção no estado da natureza pode ser considerada violenta. Essa violência se dá exatamente no momento em que nós transformamos o meio em que vivemos, conquistando, explorando, modificando o mundo ao nosso redor.

Há aí uma primeira violência, fundadora, que o arranca da continuidade e da imediaticidade, que o arranca da natureza e o faz entrar no excesso e na transgressão. O mesmo G. Bataille viu muito bem que essa primeira renúncia à animalidade não para de suscitar a nostalgia de um impossível retorno a ela, que então desemboca numa outra violência, aquela que, na festa, no sacrifício, na crueldade, na orgia guerreira da destruição, procura incessantemente transgredir a humanidade através de outros excessos ainda mais radicais. (MICHAUD, 1989, p. 76)

Portanto, o autor explica que, após essa primeira violência fundadora – aquela da inventividade humana – nós somos capazes de realizar atos ainda mais violentos. Essa segunda violência se aproxima do que, no senso comum, estamos acostumados a adotar como sentido geral do termo, ou seja, atos que requerem o uso de força, ações de transgressão das normas, enfim, atitudes que causam danos à própria humanidade.

Walter Benjamin, em seu texto “Para uma crítica da violência”, classifica a violência como mítica ou divina e também toca na questão da violência fundadora e/ou impositiva. A violência mítica, segundo o autor, diz respeito à natureza impositiva do Direito, da lei que violentamente se instituiu, impôs suas normas e que conta com estratégias (também violentas) para assegurar obediência e submissão. Por outro lado, a violência divina em Benjamin não tem em si esse caráter instrumental, não se configura como meio para nenhuma finalidade, ou seja, não pretende instaurar nada nem nenhum domínio. Ao invés disso, deseja aniquilar os limites e culpas instauradas pelo Direito; pretende retirar o arbitrário sobre os sujeitos em favor desses mesmos indivíduos. A violência divina, para o autor, possui um caráter de pureza e de libertação.

A violência mítica é a violência sangrenta exercida, em favor próprio, contra a mera vida; a violência divina e pura se exerce contra toda a vida, em favor do vivente. A primeira exige sacrifícios, a segunda os aceita. Esta violência divina não é atestada apenas pela tradição religiosa, mas encontra-se também na vida presente em pelo menos uma manifestação consagrada. O poder que se exerce na educação, que em sua forma plena está fora da alçada do Direito, é uma de suas formas manifestas. (BENJAMIN, 2011, p. 151-152)

É preciso ressaltar que Walter Benjamin não se refere à violência divina como sendo aquela realizada por Deus ou por qualquer outra divindade, mas pela ausência de instauração do

Direito e pelos momentos de livramentos da culpa humana. No pensamento do autor, é perceptível a ligação entre essa noção de violência divina e a ideia de ruptura e de espaço para criação de algo novo no seio da vida social.

O filósofo Slavoj Žižek realiza uma leitura interessante desses conceitos de Benjamin. De cunho fortemente comunista, o esloveno reforça o traço revolucionário da noção benjaminiana de violência divina: “Walter Benjamin e muitos outros chamaram a atenção para o necessário excesso da violência do Estado. [...] Não existe poder sem esse excesso. E, para mim, o que Benjamin chama de violência divina é um tipo de contraviolência a esse excesso” (ŽIŽEK, 2009)¹⁵.

Assim, para Žižek, a violência divina faz justiça, mesmo que essa justiça esteja para além da lei – lembrando-nos aqui da violência mítica, justamente aquela do âmbito do Direito.

Ao versar sobre o conceito de violência divina, Žižek não entende que qualquer ação de ruptura possa ser justificada. O autor toma cuidado com essa questão ao alertar que não podemos considerar como violência divina os atos terroristas levados a cabo pelos fundamentalistas religiosos, aqueles que dizem agir em nome de Deus. Žižek menciona, por exemplo, os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Slavoj Žižek reconhece a dificuldade em definir as ideias reguladoras da violência divina, na concepção de Benjamin. Recorrendo a Badiou, ele dá uma pista interessante para tentarmos sanar a questão conceitual, alinhando a violência mítica à ordem do Ser e a violência divina à ordem do Acontecimento:

Não existem critérios ‘objetivos’ que nos permitam identificar atos de violência como divino; o mesmo ato que, para um observador de fora, não passa de uma explosão de violência, pode ser divino para os que nele participam – não há Grande Outro que garanta sua natureza divina. O risco de interpretar e assumi-la como divina cabe plenamente ao próprio sujeito: a violência divina é o trabalho do amor do sujeito. (ŽIŽEK, 2014, p. 158)

Neste ponto, é interessante observarmos como o pensamento de Žižek vai ao encontro da discussão que realizamos no capítulo anterior. Ora, como vimos, o poder hermenêutico de um acontecimento revela um horizonte de possibilidades, uma variedade de interpretações e atribuições de sentidos que variam de acordo com os sujeitos afetados, suas experiências individuais e sociais. Ao irromper como acontecimento, a tática *black bloc* levanta um debate

¹⁵ Em entrevista concedida ao programa brasileiro Roda Vida, da TV Cultura. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=YRLkt5uadWA>. Acesso em 1º de dez. 2014.

sobre o que é ou não violência, acionando inclusive sentidos próximos ao da violência divina de Benjamin: os ativistas desejam expor o que consideram injustiças do Estado e do capitalismo, mesmo que para isso seja preciso ultrapassar a lei, ir além das fronteiras instituídas pelo Direito. E, como não existem critérios objetivos para acatar essa conceituação da tática e essa apropriação da violência, outras interpretações inevitavelmente surgiram – instaurando todo o debate que temos proposto como análise neste trabalho.

Retornando a Žižek, vemos que não é coincidência, portanto, que o autor utilize a noção de violência divina de Benjamin para cunhar sua própria definição de violência. E não é também aleatório o fato de que ele aproxima tão fortemente a violência de um âmbito acontecimental. Para Žižek, a violência vai além dos danos físicos: é algo que abala o ritmo natural da vida, altera radicalmente o funcionamento básico da ordem existente, se materializa em “um ato que perturbe violentamente os parâmetros fundamentais da vida social” (2014, p. 161).

Seguindo essa linha de raciocínio, o autor choca muito de seus leitores ao afirmar que o líder pacifista do processo de independência da Índia, Mahatma Gandhi, foi mais violento do que o nazista Adolf Hitler. Mediante a surpresa, Žižek responde seus críticos, explicando que essa afirmação não deve ser entendida como um convite a atos genocidas, mas a uma mudança de ótica para se tratar a questão da violência. Vejamos o que ele diz a respeito:

A violência de Hitler, matando milhões, foi – usando o termo de Nietzsche – uma violência reativa. Ele tinha medo de que alguma coisa, de fato, mudasse. O fascismo foi uma tentativa desesperada de salvar o capitalismo. O que Gandhi fez – embora ele fosse contra a violência – foi greve, boicote, interrupção de todo o funcionamento da economia da colônia e do aparato do Estado na Índia. Sou a favor dessa violência. (ŽIŽEK, 2010)

Por isso mesmo, Žižek argumenta que é realmente muito difícil ser violento. Para ele, é raro presenciarmos um ato que venha de fato a alterar as bases da vida social.

Nesse ponto, fica mais clara a diferenciação que Slavoj Žižek busca estabelecer entre violência subjetiva e objetiva. A primeira seria aquela visível, que fartamente nutre os noticiários, com autores claramente identificáveis. A segunda estaria no âmbito do anônimo, subjacente, e se divide em violência simbólica (ligada à linguagem e à imposição dos sentidos do mundo) e sistêmica (originada pelos sistemas político e econômico). Para Žižek, a violência subjetiva não seria nada mais do que uma reação à violência objetiva.

[A violência subjetiva] é percebida como uma perturbação do estado de coisas ‘normal’ e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado ‘normal’ de coisas. A violência objetiva é uma

violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero [de violência] contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento. [...] Pode ser invisível, mas é preciso levá-la em consideração se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma explosões ‘irracionais’ de violência subjetiva. (ŽIŽEK, 2014, p. 18)

Para o autor, é preciso desfeticizar a violência, minimizando todo o horror que se tem dela atualmente. Esse horror, segundo Žižek, faz parte de uma ideologia liberal tolerante: começa criticando todo o tipo de violência física e direta (como extermínios) ou ideológica (como o racismo), mas acaba sendo tolerante à tortura, como uma consequência necessária desse aparente liberalismo antiviolência (o autor cita a prisão americana de Guantánamo para ilustrar seu argumento). Tal postura, para Žižek, mostra que esses mesmos liberais tolerantes são os responsáveis pela criação das condições estruturais – a saber, o capitalismo – que fazem emergir as irrupções de violência subjetiva. É nesse sentido que o autor cunha a expressão “comunistas liberais”, para se referir a atores sociais, como Bill Gates, George Sores e outros célebres bilionários filantropos que, apesar de estarem sempre preocupados com o terror fundamentalista e envoltos na caridade, apenas doam o que primeiramente já teriam tomado; realizam fartas contribuições somente para tornar completo o ciclo capitalista: “A caridade é a máscara humanitária que dissimula o rosto da exploração econômica” (ŽIŽEK, 2014, p. 32). De fato, Žižek é um crítico ferrenho ao capitalismo e vê, nesse modo de produção, um claro exemplo de violência sistêmica.

Ao final de seu percurso explicativo, Žižek nos mostra então que não é suficiente tacharmos a violência como má nem colocá-la como intrínseca a certos atos e discursos. A definição de violência não pode prescindir da relação entre as esferas objetivas e subjetivas dessa mesma violência. Assim como Michaud, Žižek também trata a violência sob uma visada relacional.

Em Hannah Arendt, também encontramos uma discussão sobre a temática da violência – mas com uma abordagem bem distinta da de Žižek. A autora adota uma postura bastante crítica do assunto e, dentro do seu pensamento, o termo aparece automaticamente ligado aos campos de batalha e aos governos totalitários – perspectiva alimentada pelo contexto do século 20 em que Arendt viveu: um período marcado pelas revoluções e pelas duas grandes guerras mundiais.

Para detalharmos o tratamento que Arendt dá à violência, é preciso, primeiramente, atenção à distinção que ela faz entre alguns termos semelhantes. A primeira diferenciação é com relação à noção de vigor. De acordo com a autora, o vigor é um atributo relacionado a uma entidade

individual, inerente a um ser, não dependendo, portanto, da conjuntura de um grupo para existir. Os grupos, inclusive, podem se voltar contra essa propriedade de um determinado indivíduo. Em outras palavras, uma coletividade pode tentar derrubar um sujeito detentor da qualidade do vigor. “Mesmo o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado por muitos, que não raro entrarão em acordo para nenhum outro propósito senão o de arruinar o vigor, por causa de sua independência peculiar” (ARENDDT, 1994, p. 61).

Hannah Arendt também deixa claro que os termos força e violência não são sinônimos. Para a autora, o emprego da palavra “força” deveria ser reservado apenas para nos referirmos a movimentos físicos ou sociais, “às forças da natureza ou à força das circunstâncias” (*idem*). Já a noção de autoridade, segundo Arendt, pode ser utilizada para falarmos de características de pessoas ou suas relações (autoridade do professor sobre o aluno) ou de cargos e postos (autoridades do Senado). Segundo a autora, a marca da autoridade “é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias” (ARENDDT, 1994, p. 62).

Com relação ao poder, Hannah Arendt adota uma visão democrática do termo. Ela o define como a habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em conjunto (*idem*, p. 60). Portanto, o poder seria o resultado do consenso de uma maioria. “É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio não é mais do que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência” (1994, p. 57). O poder governamental estaria, portanto, sempre ligado a uma comunidade política e sustentado pelo poder vivo do povo. Arendt argumenta que mesmo os regimes não democráticos, como a monarquia e a tirania, necessitam de apoiadores e de pessoas que os auxiliem e que garantam sua sustentação.

Jamais existiu governo exclusivamente baseado nos meios da violência. Mesmo o domínio totalitário, cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisa de uma base de poder – a polícia secreta e sua rede de informantes. [...] Mesmo a dominação mais despótica que conhecemos – o domínio do senhor sobre os escravos, que sempre o excederam em número – não se amparava em meios superiores de coerção como tais, mas em uma organização superior de poder – isto é, na solidariedade organizada dos senhores. (ARENDDT, 1994, p. 67-68)

Para Arendt, a violência pode ser justificada (como em casos de defesa pessoal urgente), mas nunca legitimada. Com base nessa argumentação, a autora explica que violência e poder não são a mesma coisa; a primeira não é pré-requisito para o segundo. Pelo contrário, no pensamento da autora, as duas noções se encontram em lados totalmente opostos: onde um se firma, o outro está ausente. “A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz

de criá-lo. [...] Com isso, não pretendo equiparar a violência ao mal; quero apenas enfatizar que a violência não pode ser derivada do seu oposto, o poder [...]” (ARENDDT, 1994, p. 74).

De acordo com a autora, de todos os vocábulos que mostramos acima, o que mais se aproxima do sentido de violência é o vigor, “posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo” (ARENDDT, 1994, p. 63). A violência, portanto, usaria de ferramentas para amplificar e multiplicar o vigor humano.

Com isso, vimos que, em Hannah Arendt, a violência possui sempre um caráter instrumental: é regida pela relação meio-fim e necessita de instrumentos para se materializar. A violência não depende de números para operar, visto que apenas um indivíduo pode ser responsável por um ato violento. “A forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema da violência é Um contra Todos” (ARENDDT, 1994, p. 58).

A autora não considera a violência como sendo algo da ordem do irracional e nem acredita que ela possa ser definida como a mera manifestação de um instinto humano. Pelo contrário. Segundo Arendt, a violência tem um componente de racionalidade, já que é utilizada para finalidades específicas e claras. Para ilustrar esse argumento, vamos nos ater a um exemplo fornecido pela própria autora: “A violência na luta inter-racial é sempre assassina, mas não é ‘irracional’. É a consequência *lógica e racional* do racismo, que eu não compreendo como certos preconceitos vagos de cada um dos lados, mas como um sistema ideológico explícito” (ARENDDT, 1994, p.95-96, grifos nossos).

Como já dissemos acima, essa definição de violência no pensamento da autora se refere ao contexto em que Arendt se situa: um século de guerras e horrores vividos por sua geração. Por isso mesmo, para ela, a violência sempre abriga um elemento de arbitrariedade.

Já para Michel Maffesoli, a violência é uma estrutura constante do fenômeno humano e exerce um importante papel na vida em sociedade. Bastante influenciado por autores clássicos da sociologia, como Max Weber e Émile Durkheim, o sociólogo francês se interessa especialmente pela violência social – que ele também chama de dissidência, anomia ou ilegalidade. Maffesoli admite que a violência configura-se como um assunto delicado, difícil de ser teorizado e que deve ser tratado com o máximo de serenidade. “O fato de que ela não

possa pertencer estritamente a um discurso definido, aumenta ainda mais sua monstruosidade” (1987, p. 14). Nesse sentido, o autor cunha uma definição própria para o termo:

Sendo assim, não é possível analisar a violência de uma única maneira, tomá-la como um fenômeno único. Sua própria pluralidade é a única indicação do politeísmo de valores, da polissemia do fato social investigado. Proponho, então, considerar que o termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao combate, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social. (*idem*, p. 15)

Podemos perceber, portanto, que essa definição proposta por Maffesoli sugere que a violência está associada a atos que se utilizam da força e que se desviam de um padrão normativo de ordem. Maffesoli explica que, na sociedade contemporânea, tais desvios foram categorizados para serem tratados de forma mais eficiente (pelo que ele denomina tecnoestrutura) e, conseqüentemente, garantir a manutenção de uma sociedade que ele classifica como nivelada, asséptica, monótona.

Com a emergência de tal controle, ocorreu o que Maffesoli denomina “monopolização da violência” ou sua racionalização. Esse monopólio fica a cargo de uma organização política, ou seja, o “órgão de repressão de uma espécie determinada de socialização e de comunidade concordante” (MAFFESOLI, 1987, p. 18) que estimula a obediência dos indivíduos.

Maffesoli também é um dos inúmeros autores que abordam a violência fundadora, aquela que institui os modos de vida social. Para o sociólogo, “[...] é preciso reconhecer que todos os sistemas autoritários, que se supõem sociedades perfeitas, além dos sistemas de justificação dados para especificar uns em relação aos outros, são todos fundados por um ato ou uma situação de violência” (MAFFESOLI, 1987, p. 26).

Podemos perceber que essa estrutura citada por Maffesoli é uma tipo de violência abstrata e aqui encontramos um eco com o pensamento de Michaud e de Žižek, especificamente no conceito de violência objetiva do esloveno, ou seja, aquela anônima e velada. Também como em Slavoj Žižek, Michel Maffesoli destaca a existência de outras formas de violência que ocorreriam em resposta ao que podemos entender como violência estrutural.

Dentro desse contexto, Maffesoli enumera algumas funções e características da violência. A primeira função seria a utilitarista, que forneceria o traço construtivista para a violência. Em outras palavras, os desvios são úteis para os sujeitos sociais porque têm a função de questionar a ordem estabelecida e convocar outro cenário imaginário. Nas próprias palavras do autor, haveria, entre os indivíduos violentos, um instinto de recusa: “[...] seu prazer de

destruir é sempre a garantia de um desejo de construção, pois o que está em questão para uma parte, na dissidência, é a paixão da verdade, é a passagem de uma desordem existente; ou de uma ordem degenerada, a uma ordem nova ou regenerada [...]” (MAFFESOLI, 1987, p.26). Portanto, do objetivo utilitarista, deriva a segunda função que a violência possui no pensamento do autor: a afirmativa. Os sujeitos desviantes se utilizam da violência para destruir e, assim, reafirmar a postura de recusa do *status quo*. Na concepção de Maffesoli, é a partir daí que essa violência pode também se tornar construtiva.

O poder construtivo da violência fornece o que o autor chama de sua atualização. De fato, o modelo imperfeito de vida em sociedade continua presente, funcionando como contrarreferência para o ato desviante. Na ação de violência, pretende-se reformar a ordem social. Assim, a transgressão determina-se pela norma. Segundo o autor, em todo ato de revolta, existe a esperança de uma estrutura social alternativa àquela que está em voga.

Outra característica da violência social apontada por Maffesoli é sua ligação com o tempo presente. Segundo o autor, a parcela social que realiza atos violentos inscreve-se especificamente no presente. É lutando no tempo atual que se garante um novo futuro. Essa forte ligação com o tempo presente explicaria o “gosto pelo excessivo” dos desviantes. Estar focado no hoje é dizer sim à vida. A violência e a destruição seriam formas de levar a vida cotidiana ao extremo e protestar contra o destino, o aleatório, a tudo o que não é um eterno presente. “Reconhecer como único ‘real’ o presente, não é canonizar todas suas formas provenientes das cargas do instituído, é driblar essas formas, todas essas formas, é praticar o ‘desvio’, a ilegalidade [...]” (1987, p.51).

Por isso mesmo, Maffesoli argumenta que a violência é um fenômeno que auxilia a ordem. Sim, pois enquanto a qualidade da violência for admitida, reconhecida e separada dos outros padrões sociais, a existência de todo um conjunto de atores, instituições e forças a serviço da ordem será justificada. Daí vem a importância que Maffesoli empresta ao fenômeno da violência e da destruição: de certa forma, ela tem um caráter de estruturar a nossa vida em sociedade.

Uma estruturação social vai se organizar a partir da institucionalização da violência (Estado), de sua repressão (prisão-justiça), de sua utilização (trabalho social), de sua parcelarização (meio) etc, em resumo, vai fazer da violência sua referência, tendo por corolário a atitude de rejeição e atração que se vincula a qualquer estrutura sagrada. (MAFFESOLI, 1987, p. 36)

Sendo fiel à sua recomendação de tratar a violência com cautela, Maffesoli deixa claro que, apesar de tentar explicar esse fenômeno, ele não faz uma defesa cega aos atos de irrupção violenta. Recorrendo ao teórico francês Georges Sorel, ele esclarece:

Quando, de acordo com Sorel, destacamos o papel criador da violência, não é para fazer dela uma apologia sem nuances, não é também para abstrai-la de um contexto histórico e social, é simplesmente para revelar que ela é também ‘significante’ do dado social e isso, no mais alto grau. Para tomar uma metáfora pouco usada, podemos dizer que ela pertence a essa parte sombria como o costado pertence ao navio; ela está escondida, importante, é o lugar onde o maquinário é ativado, numa palavra, é graças a ela que a embarcação (social) resiste e navega. (MAFFESOLI, 1987, p. 41)

Percebe-se que, até aqui, falamos basicamente da violência enquanto postura de recusa. Como já dissemos, a esse tipo de violência Michel Maffesoli dá o nome de anomia, ilegalidade ou dissidência – que se materializa em crimes e atos de resistência em geral. Mas, no pensamento do sociólogo francês, há também as categorias de violência totalitária e violência banal.

A totalitária seria a violência presente em uma estrutura de poder dominante. Notemos que, diferentemente de Hannah Arendt, o sociólogo francês não opõe poder a violência, mas os une quando toca nessa categoria. De acordo com Maffesoli, o poder emergido via violência totalitária promove uma divisão dos setores da sociedade (econômico, político, etc), mas oculta esse mesmo poder em uma estrutura social. O poder é homogêneo, é uno, opressor e insensível às diferenças. A violência não está só no poder. A supressão da simbolização também marca essa violência: a ausência do discurso, a ausência do sentido.

Mas esse poder pode ser ameaçado ou questionado pelo que o autor denomina de potência – oriunda do povo e irrompida sempre que os dominados veem alguma possibilidade de conflito. Ela está sempre em embate com o poder. A potência se encontra no seio da vida social e o poder está no âmbito institucional. Essa potência (ou força) é fragmentada: pode vir de diferentes locais. É na potência que encontramos a criatividade, a possibilidade do novo. Nesse sentido, o político é o que moveria a vida social (são os choques). A política seria o que move o poder no âmbito governamental.

Já a violência banal também se opõe ao instituído, mas caracteriza-se como uma resistência cotidiana: “ao invés de usar o ataque frontal, a sua estratégia é a prudência e a astúcia para enfrentar as imposições do controle social” (MAFFESOLI, 1981, p. 16). A violência banal pode, em uma primeira leitura, ser entendida como conformismo. Mas, ela dá origem à solidariedade, ao espírito de estar-junto. Está fora do controle do poder, porém alcança o

prazer do estar-com. Nesse sentido, até o próprio silêncio pode ser considerado como uma expressão da violência banal, por constituir a maioria silenciosa de um povo. Assim, também se configuram como violência banal o manter-se à distância, as calúnias, os risos e outras formas ordinárias de resistências.

Michel Maffesoli também abordou a questão da violência nas Jornadas de Junho no Brasil. Em entrevista concedida no calor dos protestos, o sociólogo francês classificou os episódios no país como um “Maio de 68 pós-moderno”, em alusão ao movimento francês nos anos 1960. Segundo Maffesoli, os atos considerados violentos ocorridos nas manifestações brasileiras não foram desnecessários:

Não se faz omelete sem quebrar ovos. Não podemos atuar como moralistas. Mesmo que os participantes se manifestem contra a violência, é algo que não é controlável. Não se pode prever, mas é quase certo que haverá algum dano. Está na natureza humana, quando ocorre algo que quebra a ordem das coisas é certo que haverá desvios. (MAFFESOLI, 2013)¹⁶

Até aqui, abordamos a definição e as nuances que perpassam a noção de violência sob a perspectiva de diversos autores. Para contemplar a visada comunicacional do nosso trabalho, não podemos prescindir de tentar entender as possíveis ligações entre violência, linguagem e sentidos. É justamente o que nos propomos a fazer no tópico a seguir.

2.2.1. Violência, linguagem e sentidos

Para falarmos de violência, linguagem e sentidos, é necessário recorrermos ao conceito de violência simbólica, que encontra fortes raízes no pensamento de Pierre Bourdieu. Inscrito na perspectiva marxista, o sociólogo francês explica que os sistemas simbólicos, ou seja, a dinâmica de significações e representações que circulam na vida social, podem cumprir uma função política ao impor ou legitimar a dominação de uma classe sobre outra. É justamente essa dominação que ele classifica como violência simbólica. Segundo o autor, na luta simbólica cotidiana,

está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinominas) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes [...]. (BOURDIEU, 2012, p. 12)

¹⁶ Em entrevista disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/michel-maffesolivejo-esses-movimentos-como-maios-de-68-pos-modernos-8786658#ixzz3HkfVDQsM>>. Acesso em 1º de dez.de 2014.

Portanto, para Bourdieu, a violência simbólica ocorre quando uma classe impõe sua visão de mundo, sua rede de significações a outra – muitas vezes de forma velada e sem que a imposição seja identificada. Nessa tarefa de impor pontos de vista, a linguagem se apresenta como fundamental, posto que por meio dela conseguimos materializar, expressar e difundir os sentidos e as representações da vida social.

É interessante observarmos essa aproximação entre linguagem e violência, posto que ela soa inapropriada para muitos teóricos. Na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, a manifestação violenta está em oposição ao debate argumentativo – esse último levaria à deliberação na esfera pública. Também Hannah Arendt (como apontaremos posteriormente) privilegia a conjugação entre ação e discurso em detrimento da violência na vida política dos indivíduos: “a violência, distinguindo-se do poder, é muda; a violência tem início onde termina a fala” (ARENDR, 1993, p. 40).

Já Slavoj Žižek faz questão de apontar a relação entre violência e linguagem. O filósofo insiste na tese de que existe uma violência no âmbito do simbólico e que ela manifesta-se com uma natureza espontânea, velando seu caráter arbitrário. Incisivamente, o autor afirma até mesmo que “a linguagem nasce infectada pela violência”:

A linguagem simplifica a coisa designada, reduzindo-a a um simples traço. Difere da coisa, destruindo sua unidade orgânica, tratando suas partes e propriedades como se fossem autônomas. Insere a coisa num campo de significação que lhe é, em última instância, exterior. Quando chamamos o ouro de ‘ouro’, extraímos *violentamente* um metal de sua textura natural, investindo nele nossos sonhos de riqueza, poder, pureza espiritual etc., ao mesmo tempo que nada disso tem relação direta com a realidade imediata do ouro. (ŽIŽEK, 2014, p. 60, grifo nosso)

De acordo com o filósofo esloveno, como mencionado anteriormente, uma das manifestações da violência objetiva se dá no âmbito do simbólico, ou seja, na atribuição de sentidos do mundo. Assim, parece-nos não ter mais motivos, se seguirmos o pensamento do autor, dizer que a violência se opõe ao discurso, à linguagem, posto que é esse mesmo nível simbólico que já nasce envolto pela violência.

Se deslocarmos essa discussão para o nível da linguagem midiática, Yves Michaud não discute a *linguagem como forma de violência*, mas a *linguagem que se refere à violência*. O autor argumenta que o registro e a avaliação de atos considerados violentos nunca são neutros e contribuem para a formação de sentidos em torno do assunto. “Os que dominam os canais de comunicação ou os processos de arquivamento têm, dependendo do caso, interesse em

exagerar ou diminuir a violência de seus adversários ou a deles próprios” (MICHAUD, 1989, p. 17). O autor ainda diz que a violência é um prato cheio para a imprensa, em função da carga de ruptura que ela traz consigo, sendo, portanto, propícia para ser tratada como acontecimento jornalístico. Com isso, Michaud ressalta que muito da experiência que temos atualmente com a violência é mediada pelo ambiente midiático e pela imagem. Adotando um tom pouco determinista, ele argumenta que

[...] as imagens são enganosas: ainda que cada uma seja autêntica, podemos selecioná-las, montá-las, legendá-las, podemos enquadrá-las e reenquadrá-las, podemos sobretudo mostrá-las ou não mostrá-las de jeito nenhum. As imagens da violência não escapam dessas distorções. Por causa delas, não são tanto as violências efetivas que contam, mas sim o que delas ficamos sabendo e imaginamos. (MICHAUD, 1989, p. 49)

Portanto, se seguirmos o pensamento de Michaud, podemos perceber como os veículos de comunicação, ao mediar os acontecimentos do mundo pela linguagem imagética, podem também fornecer sentidos a respeito do que é a própria violência, do que ela significa, como atua e como deve ser encarada em nossa vida social – especificamente entre aqueles que não tiveram a oportunidade de presenciar os atos considerados violentos.

Concluindo nossa discussão sobre violência, vimos até aqui como a questão é tratada, por diversos autores, com considerável ênfase para os âmbitos relacional, contextual, situacional, enfim, sob uma visada perspectivística da temática. Neste ponto do nosso trabalho, já podemos fazer uma afirmação: parece não existir um consenso nem um discurso pronto que abarque a totalidade do sentido da violência.

E, dentre os vários significados que a palavra pode acionar, gostaríamos de destacar um: aquele relacionado à violência objetiva (para Žižek) ou fundadora (para Michaud e Maffesoli) ou mítica (para Benjamin). Apesar de possuir algumas particularidades na abordagem de cada autor, essas noções de violência convergem para um significado em comum: referem-se a uma configuração de mundo, a um quadro instituído, a um coletivo de normas e modos de ser, ou seja, a um modelo de sociedade.

Sabemos que uma das maneiras de se interferir em uma dada configuração de mundo é por meio do ato político. A própria violência estrutural (ou fundadora ou mítica) pode ser alvo político de grupos que almejam questionar o quadro instituído. Por isso mesmo, acreditamos que será bastante útil realizar agora uma discussão sobre política. Mas não pretendemos falar da temática seguindo uma perspectiva que se resuma apenas às esferas governamentais ou

partidárias – até porque está claro para nós que, apesar de sempre reivindicarem o cunho político das intervenções, os ativistas *black bloc* não pretendem se inserir em nenhum âmbito formal. Gostaríamos de revisitar o significado do termo *política* na concepção de alguns autores que o discutem para além da arena institucional e o inscrevem na própria tessitura social – sem fins eleitorais, mas tendo como objetivo um novo projeto e uma nova configuração de vida.

2.3. POLÍTICA

Em nosso dia a dia costumamos associar a palavra *política* às esferas institucionais: governos, partidos, cargos, eleições, etc. No entanto, para alguns teóricos, o agir político em nossa vida social vai além dessa dimensão. Dois exemplos clássicos são a pensadora Hannah Arendt e o filósofo francês Jacques Rancière. Porém, antes de revermos as perspectivas trabalhadas por ambos, se faz necessária uma observação com relação à natureza do nosso trabalho.

Não é nossa intenção realizar um estudo político acerca do nosso objeto. Acreditamos que, tanto o acontecimento “manifestações brasileiras” quanto o acontecimento “surgimento da tática *black bloc* na cena pública do Brasil” se apresentam como valiosos objetos para uma análise essencialmente política. Mas não é essa a nossa intenção. Nosso olhar privilegiará o viés comunicativo da disputa de sentido. O jogo político é o conteúdo ao redor do qual circulam as interações comunicativas que discutem o sentido da tática e da violência. Assim, por não termos a pretensão de realizar uma análise política, observaremos em quais pontos os ricos pensamentos de Hannah Arendt e Jacques Rancière problematizam algumas questões que poderão contribuir com a nossa investigação.

Feitas as devidas ressalvas, partiremos para o destaque de alguns tópicos sobre o que Hannah Arendt e Jacques Rancière pensam a respeito de política.

2.3.1. A política em Hannah Arendt: pluralidade, discurso e ação

Em sua clássica obra “A condição humana”, a pensadora Hannah Arendt relaciona as três atividades humanas consideradas por ela como fundamentais: o labor, o trabalho e a ação. De acordo com a autora, o labor está ligado ao processo biológico, à própria vida e assegura a sobrevivência da nossa espécie. Já o trabalho refere-se ao mundo artificial das coisas, à “mundanidade”, à diferenciação do ambiente natural; teria como produto os artefatos e torna um pouco mais permanente nossa vida mortal. Por fim, a ação é a única atividade a ser

realizada sem a mediação da matéria; ocorre diretamente entre os sujeitos; está ligada à possibilidade de sempre começarmos algo novo; corresponde à condição humana da pluralidade.

Assim, a ação é a atividade política por excelência. Isso porque Hannah Arendt não vê ser humano como um animal político no sentido ontológico. Em vez disso, o pensamento da autora se alinha mais a um *fazer política* e a um *fazer-se político*. A vida política, segundo Arendt, é do âmbito da relação; trata-se de uma esfera criativa; surge na interação; no que ela chama de um “espaço entre os homens”. Em outras palavras, a política está no que existe *entre nós* e não *em nós*

[...] como se *no* homem houvesse algo político que pertencesse à sua essência – conceito que não procede; o homem é a-político. A política surge no entre-os-homens; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação. (ARENDRT, 2002, p. 23, grifo da autora)

Além do aspecto relacional, Hannah Arendt também destaca a importância da igualdade para a vida política. Para ela, isso significa dizer de um espaço onde todos se movem igualmente. A autora não está falando de homogeneidade, da massificação dos sujeitos, da supressão das diferenças. Pelo contrário. O fato dos indivíduos se verem como iguais refere-se ao respeito à diversidade; à eliminação de qualquer âmbito de coerção e, conseqüentemente, à possibilidade de todas as singularidades coexistirem. “O homem, tal como a filosofia e a teologia o conhecem, existe — ou se realiza — na política apenas no tocante aos direitos iguais que os mais diferentes garantem a si próprios” (ARENDRT, 2002, p. 47).

Dessa forma, aliada à ideia de igualdade, a política em Hannah Arendt também está ligada à pluralidade do ser humano. Na vida política, as diferenças convivem, como já dissemos acima. A comunidade política é o lugar do plural, da coexistência de intersubjetividades:

A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças. Enquanto os homens organizam corpos políticos sobre a família, em cujo quadro familiar se entendem, o parentesco significa, em diversos graus, por um lado, aquilo que pode ligar os mais diferentes e por outro aquilo pelo qual formas individuais semelhantes podem separar-se de novo umas das outras e umas contra as outras. (ARENDRT, 2002, p.21)

A possibilidade das diferenças coexistirem e a visão igualitária entre os indivíduos revelam a verdadeira liberdade da qual os cidadãos políticos teriam o direito de desfrutar, vivendo em

comunidade: “Sem esses outros que são meus iguais, não existe liberdade alguma e, por isso, aquele que domina outros e, por conseguinte, é diferente dos outros em princípio, é mais feliz e digno de inveja que aqueles a quem ele domina, mas não é mais livre em coisa alguma” (ARENDDT, 2002, p. 48).

A dominação esvaziaria a igualdade e, conseqüentemente, a liberdade. Mas, vendo-se como iguais, os cidadãos são livres para agir politicamente. Ao explicar seu imaginário de política, Arendt se inspira no modelo da *pólis* grega na qual, segundo a autora, havia “uma espécie de anfiteatro onde a liberdade podia aparecer” (ARENDDT, 2001b, p. 201). O sujeito político é, portanto, o sujeito livre para ter o direito à atividade política; a ouvir e a ser ouvido. É livre para distanciar-se de qualquer âmbito de dominação. Livre para falar e agir. Por isso mesmo, Arendt considera a aparição dos modelos totalitários como um esvaziamento do sentido verdadeiro de política:

O fato de a política e a liberdade serem ligadas e de a tirania ser a pior de todas as formas de Estado – ser na prática antipolítica – entende-se como uma diretriz através do pensar e agir da humanidade até os tempos mais recentes. Apenas as formas de Estado totalitárias e as ideologias correspondentes [...] ousaram cortar essa linha, mas o verdadeiro novo e assustador desse empreendimento não é a negação da liberdade ou a afirmação que a liberdade não é boa nem necessária para o homem, e sim a concepção segundo a qual a liberdade dos homens precisa ser sacrificada para o desenvolvimento histórico, cujo processo só pode ser impedido pelo homem quando este age e se move em liberdade. (ARENDDT, 2002, p. 51)

Ao falar de política, Hannah Arendt também aproxima ação e discurso – sendo a pluralidade a condição básica para ambos. É agindo e falando que as singularidades emergem; que os indivíduos se manifestam uns aos outros. Por serem diferentes, os sujeitos se valem das duas atividades para se entenderem mutuamente. A ação, como já dissemos, refere-se à potência criativa do sujeito. O discurso é o que traz à tona a distinção de cada ser humano. Ambos estão estreitamente relacionados:

Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através das palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação, física bruta, se acompanhado verbal, só se torna relevante através da palavra falada, na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer. (ARENDDT, 1991, p.191)

Além disso, Hannah Arendt mostra que o fazer político só seria viável na medida em que ocupasse um “espaço de aparência”: a esfera pública; o mundo comum. Em outras palavras, a ação e o discurso precisam ser testemunhados; estar expostos em um espaço comum, mesmo

que ele não seja formado por subjetividades idênticas. Segundo Arendt, aparecer é primordial à liberdade e, conseqüentemente, à política:

[A *pólis*] Trata-se do espaço da aparência, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros aparecem a mim; onde os homens assumem uma existência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas. [...] Privar-se dele significa privar-se da realidade que, humana e politicamente, é o mesmo que a aparência. (ARENDR, 1991, p. 212)

Assim, a esfera pública é o espaço da aparição dos sujeitos; o lugar onde eles se reúnem e estabelecem uma relação entre si; o lugar dos acontecimentos que ocorrem entre e para os seres humanos. E esse próprio mundo comum é feito pelos indivíduos. Ainda segundo Hannah Arendt, o poder garante aos sujeitos o acesso a esse espaço da aparência, no qual ação e discurso se conjugam.

Seguindo o pensamento de Arendt, podemos compreender que, para terem voz no jogo político, os sujeitos que travam uma luta (como a simbólica) precisam difundir e propagandear sua verdade, fazer com que ela seja testemunhada no mundo comum. Assim, podemos entender como a disputa de sentido em torno da tática *black bloc* e, conseqüentemente, da violência, é também uma disputa de acesso ao espaço de aparência. Nas ruas e no ambiente midiático (especialmente na internet), observamos tal ação tentando se conjugar ao discurso em um espaço de aparência, onde nós tivemos a oportunidade de presenciar o embate simbólico.

Dessa forma, percebemos também que para alcançar tal espaço de visibilidade é preciso lutar por um tipo específico de poder – o simbólico, que trataremos posteriormente. Por ora, é necessário apontar como a política em Arendt acontece muito mais nas interações sociais do que nos palácios governamentais. O filósofo francês Jacques Rancière também comunga com tal visão, apesar de sua abordagem ser um pouco distinta da de Arendt, como veremos a seguir.

2.3.2. A política em Rancière: irrupção e questionamento

O segundo autor que ilumina nossa discussão é o francês Jacques Rancière. No entanto, antes de apontarmos sua visão a respeito de política, outros tópicos do pensamento do filósofo precisam ser destacados.

O primeiro ponto que devemos observar é que Rancière, ao falar da vida social, diz de um mundo inscrito nas dimensões da percepção de comum. Uma expressão-chave no pensamento do autor é justamente a *partilha do sensível*: a noção de que tal mundo comum é sempre uma distribuição polêmica das maneiras de ser e perceber dos indivíduos e das ocupações em um espaço de possíveis. Nas palavras do próprio autor:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2005, p. 15)

A partilha do sensível pode ser entendida como a partilha que “delimita o horizonte do dizível e determina as relações entre ver, ouvir, fazer e pensar” (MARQUES, 2011, p. 2). Quando Rancière utiliza a palavra “sensível” não pretende fazer uma distinção entre os âmbitos da razão e dos sentidos, mas mostrar que a partilha está inscrita na dimensão do perceptível. Ao falar de uma partilha do mundo da ordem do sensível, o autor remete a um mundo da ordem do simbólico e que não se reduz apenas aos sentidos humanos propriamente ditos.

A palavra *partilha* que constitui esse importante conceito no pensamento de Rancière pode remeter a dois significados que, em um primeiro olhar, parecem iguais, mas que trazem sutis diferenças: *repartir* e *tomar parte*.

Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição de quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas. Antes de ser um sistema de formas constitucionais ou de relações de poder, uma ordem política é uma certa divisão das ocupações, a qual se inscreve, por sua vez, em uma configuração do sensível. (RANCIÈRE, 1996, p. 8)

Essa dupla significação faz toda a diferença, pois nos leva a entender que nem sempre o compartilhamento é igualitário e a fazer os seguintes questionamentos: quem pode tomar parte? A quem é dado tal direito? Rancière explica que a tomada de parcela no mundo sensível se dá em função das ocupações, das competências (ou incompetências) para o comum. Assim, entendemos que a partilha do sensível é sempre em um processo tensionado, no qual se estabelecem diferentes relações e distribuições.

2.3.2.1. Dano e política

Pelos motivos expostos acima, a partilha do sensível é, com frequência, dissensual. Segundo Rancière, esse compartilhamento separa, de forma distinta, os modos do estar-junto humano. Assim, os corpos podem estar divididos por visibilidade ou invisibilidade, pela capacidade ou incapacidade de serem falantes. Conseqüentemente, se aplica uma ordem natural de distinção entre os que têm direito à parte do comum e os sem-parte.

Apesar de tal desproporcionalidade, uma pressuposta igualdade mascara a contagem desigual das parcelas de mundo. Recorrendo à *pólis* grega e ao pensamento de Aristóteles, o autor ilustra como tal contagem desigual pode passar muitas vezes como naturalizada. Um cenário como esse pode ser exemplificado com os nobres do passado (e sua dominação naturalizada) e os indivíduos sem títulos, virtudes ou propriedades. Apesar da condição desigual, estes últimos conseguem carregar certo sentimento de pertença: se veem como integrantes de uma comunidade, de uma massa de atenienses livres, unidos em um conjunto dos sem-parte.

A contagem desigual nos leva a entender outro ponto importante na obra de Rancière: o conceito de *dano*. Segundo o filósofo, a palavra *dano*:

[...] nada mais é, que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo 'entre' eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada. (RANCIÈRE, 1996, p. 40)

Portanto, o dano refere-se àquilo que separa duas lógicas diferentes. Mas a mesma parcela que sofre o dano não necessariamente permanecerá sempre apática. Pelo contrário: Rancière explica que ela carrega em si uma valiosa potência. Voltando ao exemplo da *pólis* grega, os pobres de Atena podem vir a existir enquanto entidade política, diz o filósofo.

Citando um relato histórico do século 5 a.C, Rancière traz o exemplo dos escravos pertencentes aos povos citas (linhagem de pastores nômades que viveu na Antiguidade na região da Eurásia) para explicar seu raciocínio.

O relato diz o seguinte: os citas cegavam seus escravos, para que continuassem vivendo em plena subordinação, executando a tarefa imposta de cuidar do gado. Não enxergar, obedecer e trabalhar era a ordem normal das coisas. A situação começou a mudar quando os citas foram para a Ásia e lá permaneceram por um bom tempo. Nesse período, os escravos tiveram filhos que, por ausência dos senhores, conseguiram permanecer com a visão perfeita. Essa segunda geração iria libertá-los da condição naturalizada de dominação. Com os olhos abertos para o

mundo, esses descendentes descobriram que não precisavam continuar para sempre naquela situação, que tinham nascido com os mesmos atributos de seus senhores e, até que se provasse o contrário, poderiam ser como os citas. Não se reconheciam como sem-parte e não queriam continuar a sê-lo. A partir desse posicionamento, uniram-se e conseguiram fugir (RANCIÈRE, 1996, p. 27).

A história dos escravos citas mostra como, na divisão do mundo comum, aqueles que não tomam parte em nada podem tomar consciência de tal fato e expor o dano. E é justamente nesse momento que ocorre o agir político na concepção de Jacques Rancière. A política só é possível a partir do questionamento de uma pressuposta igualdade e, conseqüentemente, do reconhecimento e da exposição do dano. A política, portanto, é um movimento que torna o dano manifesto:

Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo ‘entre’ eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada. (RANCIÈRE, 1996, p.39-40)

A política, no pensamento do autor, é uma ação, uma forma de experiência. É uma irrupção poética, a nova reconfiguração do mundo em comum. Pela sua perspectiva processual, Rancière vê a política em situações. Ela é acontecimental, visto que está ligada ao desejo de ruptura, de alteração de configurações, de tornar discurso o que era apenas ruído, do “arrancar à naturalidade de um lugar” (1996, p. 48).

Por esse motivo, a política em Rancière é mais da ordem do dissenso do que do consenso. Quando os sem-parte se conscientizam do dano sofrido e reivindicam seu espaço como interlocutor no mundo comum, é estabelecida uma cena dissensual e a política acontece.

2.3.2.2. Polícia

Relacionado ao conceito de *política*, Rancière cunha uma definição própria para o termo *polícia*. A lógica policial, segundo o filósofo, diz respeito às configurações e aos dispositivos que definem o lugar no qual os corpos devem permanecer na partilha do sensível, bem como suas respectivas funções. Ela “faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja

visível e outra não o seja; que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído” (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

Diferente da política, a polícia é de ordem consensual. Nessa esfera, os indivíduos estariam adequados às normas e sem questionamentos a elas – assujeitados. Se retomarmos o exemplo dos citas explanado acima, entenderemos como a lógica policial regia a vida dos escravos cegos: eles permaneciam em seus locais, com suas respectivas funções, seguindo a ordem naturalizada (mas imposta) sem qualquer tipo de questionamento. Ainda utilizando o mesmo exemplo, a política, conforme já dissemos, ocorreria no momento em que os filhos dos escravos questionaram a suposta lógica de igualdade, reconheceram e expuseram o dano ao qual seu povo estava submetido.

A lógica da polícia é a da saturação: tudo se encaixa perfeitamente, tudo está costurado, ordenado. Não há brechas. Já a política opera exatamente nos espaços. Política e polícia são mutuamente dependentes; uma não existe sem a outra. Política e polícia são duas formas de partilha do sensível, a partir do momento em que esta é a esfera organizadora que interdita aquela. E só existe política no momento em que há uma recusa dos lugares e obrigações colocados como naturais pela ordem policial.

Não se deve esquecer também que, se a política emprega uma lógica totalmente heterogênea à da polícia, *está sempre amarrada a ela*. A razão disso é simples. A política não tem objetos ou questões que lhe sejam próprios. [...] O que constitui o caráter político de uma ação não é seu objeto ou o lugar onde é exercida, mas unicamente sua forma, a que inscreve a averiguação da igualdade na instituição de um litígio, de uma comunidade que existe apenas pela divisão. A política encontra em toda parte a polícia. Ainda se deve pensar esse encontro como o encontro dos heterogêneos. (RANCIÈRE, 1996, p. 44, grifo nosso)

Jacques Rancière afasta os dois conceitos de qualquer âmbito institucional e os aproxima das dimensões sensíveis da percepção do comum: nem a polícia se define apenas pelo aparato estatal ostensivo (ao qual ele denomina de baixa polícia), nem a política pela esfera burocrática da gestão pública.

É importante destacar que a consciência, a exposição do dano e a irrupção política não podem ser tomadas como algo parecido com uma luta de classes. No pensamento de Rancière, os sem-parte não são um grupo nem movimentos sociais, mas emergem no momento político. Não significa que os sem-parte almejam selar um acordo com os que têm parte. “O conceito

de dano não se liga pois a nenhuma dramaturgia de vitimização” (RANCIÈRE, 1996, p. 51). O dano é a própria impossibilidade de uma unidade.

A persistência desse dano é infinita porque a verificação da igualdade é infinita e porque a resistência de toda ordem policial a essa verificação é principal. Mas, mesmo esse dano que não é solucionável, nem por isso é intratável. [...] O dano político não se regula — por objetivação do litígio e compromisso entre as partes. Mas é tratado — por dispositivos de subjetivação que o fazem consistir como relação modificável entre partes, como modificação mesmo do terreno no qual o jogo é jogado. [...] Só que esse tratamento ultrapassa todo diálogo de interesses respectivos como toda reciprocidade de direitos e de deveres. Ele passa pela constituição de sujeitos específicos que assumem o dano, conferem-lhe uma figura, inventam suas formas e seus novos nomes [...]. (RANCIÈRE, 1996, p.51-52)

Portanto, o dano não pode ser reparado, mas sim tratado como modo de subjetivação política dos indivíduos – até então assujeitados. Ao questionar a suposta igualdade, os sujeitos não reivindicam um novo cenário com a instauração de uma “nova igualdade” ou uma “igualdade diferente” daquela pressuposta. O pensamento político de Rancière não se fundamenta em um ideal de revolução, na qual dois lados não podem coexistir. A política não acontece para tomar o lugar da polícia, mas para que a pluralidade partilhe o mesmo comum. O dano não pode ser sanado (até pelo risco de extinção da polícia), mas tratado a partir da reconfiguração da experiência. Por isso mesmo, a política em Rancière, se aproxima da arte: não no sentido de instaurar uma revolução, mas de reinventar nomes, lugares, categorias.

Assim, entende-se porque Rancière fala de uma dimensão estética da política. Estética aqui pode ser entendida como uma potência criadora, uma reconfiguração do mundo sensível, o dar a ver quem era invisível e o dar a ouvir quem era inaudível. Como modos de percepção e sensibilidade, a estética seria a forma pela qual os indivíduos reinventam o mundo. Nas palavras do filósofo:

É um processo estético que cria o novo, ou seja, desloca os dados do problema. Os universos de percepção não compreendem mais os mesmos objetos, nem os mesmos sujeitos, não funcionam mais nas mesmas regras, então instauram possibilidades inéditas. Não é simplesmente que as revoluções caiam do céu, mas os processos de emancipação que funcionam são aqueles que tornam as pessoas capazes de inventar práticas que não existiam ainda. (RANCIÈRE, 2010)

Para Rancière, a política não possui um terreno próprio; acontece em uma cena dissensual. Esta cena não existe *a priori*, mas deve ser criada pelos próprios sujeitos políticos. E essa cena é o local da aparência, onde emergem os rostos e onde os sujeitos se permitem reinventar.

É importante ressaltar que o sujeito político só é constituído como tal no seio da ação política. O indivíduo se faz sujeito quando aparece nessa cena. Também como já dissemos, os sem-parte não podem ser entendidos como sujeitos em si; não se referem a grupos específicos. Não existem em essência, mas emergem como não contados no próprio ato político, irrompem ao criarem a cena de dissenso.

Percebemos, então, a importância dos sujeitos atuarem em conjunto na cena dissensual – que funciona como um espaço de visibilidade. Se a política acontece na cena, ela é o local da aparência. Como mencionamos anteriormente, também em Hannah Arendt a política não se encontra no nível do indivíduo, mas no entre-eles, na relação entre os atores políticos que se dão a ver, se põem à vista. A cena dissensual de Rancière faz eco com o espaço de aparência no pensamento político de Arendt.

Para que o ato político continue para além da cena dissensual, Rancière discute a importância da linguagem e cunha o conceito de literalidade, como veremos a seguir.

2.3.2.3. O *logos* e os nomes

A linguagem aparece como um elemento privilegiado no pensamento político de Jacques Rancière. O autor resalta que o *logos* é o insumo essencial para a condição política do ser humano. Somos animais políticos porque somos dotados da palavra e, assim, podemos modificar nosso destino por meio da linguagem.

O filósofo também mostra como a linguagem ajuda a configurar e é configurada pelas ordens políticas e policiais. A contagem das partes na partilha do sensível se daria exatamente por meio da palavra. Os que têm parte teriam o discurso em mãos; já a fala dos sem-parte não passaria de ruído (RANCIÈRE, 1996, p.37). Em tal configuração desigual, a discussão estaria impossibilitada.

Também o processo de reconhecimento e exposição do dano é perpassado pela linguagem. Mesmo que os interlocutores não compartilhem de um mútuo reconhecimento, a cena do dissenso é permeada por atos linguísticos. Rancière explica que tais atos não se resumem a argumentos (visto que a proposição do entendimento pode estar em situação assimétrica). Os argumentos estão presentes, mas não apenas. Os atos de linguagem também são estruturados por uma dimensão poética, a dimensão estética “que coloca em comunicação regimes separados de expressão” (*apud* MARQUES, 2011, p. 33). Eles abrangem não apenas

conteúdo, mas a relação entre os que proferem (ou não) o conteúdo, bem como a cena de dissenso na qual tal conteúdo circula.

Outro destaque para a linguagem na obra de Rancière está na relação entre os conceitos de *partilha do sensível* e *ordem do discurso*, de Michel Foucault. Aqui, Ângela Marques nos lembra de como o pensamento de Rancière e Foucault se articulam:

Rancière afirma que a ideia de ‘partilha do sensível’ tem origem no pensamento de Foucault, especificamente em suas considerações a respeito de como as coisas podem se tornar visíveis, dizíveis e capazes de serem pensadas. As ideias de Foucault a respeito das camadas do saber, da subjetivação e do poder presentes na ordem do discurso inspiram Rancière a pensar em ‘um sistema de evidências sensíveis que dá a ver, ao mesmo tempo, a existência de um comum e as divisões que nele definem os lugares e partes respectivas’ (Rancière, 2000, p. 12). De acordo com Rancière, o desafio às ordens discursivas dominantes se constitui em (e, ao mesmo tempo, constitui) uma comunidade política que interage não para alcançar o entendimento, mas para tornar evidente um desacordo sobre a partilha de tempos, espaços e vozes. (MARQUES, 2011, p. 9)

Portanto, na instauração da ação política, os sem-voz questionam a suposta igualdade, o instituído, o arbitrário. Assim, se atentarmos para o pensamento de Rancière e Foucault, veremos como as cenas de dissenso (termos de Rancière) podem provocar reorganizações ou rupturas na ordem do discurso (expressão de Michel Foucault). Rancière, a propósito, formula seu conceito de polícia a partir da noção de formação discursiva de Foucault – que abordaremos mais adiante.

A discussão sobre nomes também é cara ao pensamento de Rancière. Para o autor, os nomes não se referem apenas a palavras, mas designam rótulos e, conseqüentemente, posições, funções e lugares. Ao nomear alguém como operário, atribuo-lhe a função de trabalhador, o lugar do chão da fábrica e a posição de subordinado. Para o filósofo, os nomes conformam e limitam a ação dos sujeitos. Por isso mesmo, cabe à polícia a tarefa de nomeação. Ao impor um nome, a ordem policial delimita o raio de ação e as possibilidades de resistência dentro do sensível.

O trabalho poético da política é justamente o de reinventar categorizações, classificações, modos de dizer sobre alguém, nomeações. A política é o lugar do embaralhamento, da confusão de nomes; o sujeito político deseja transitar por nomes diversos e ver sua resistência se deslocando também por outros campos do sensível além daqueles que lhe foi permitido. Isso não significa romper com o vínculo identitário, mas permitir uma multiplicação de possibilidades dos sujeitos se autoneomarem – dificultando, assim, o cerceamento das

resistências pelo aparato policial. A esse excesso de nomes, Rancière cunha o conceito de literalidade.

Este ‘excesso de palavras’ que eu chamo de *literalidade* perturba a relação entre uma ordem do discurso e sua função social. Ou seja, literalidade refere-se ao excesso de palavras disponíveis em relação à coisa nomeada; [...] Os seres humanos são animais políticos, então, por duas razões: primeiro, porque nós temos o poder de colocar em circulação mais palavras, palavras ‘inúteis’ e desnecessárias, palavras que excedam a função de designação rígida; em segundo lugar, porque essa habilidade fundamental para proliferar palavras incessantemente contestada por aqueles que afirmam ‘falar corretamente’ – isto é, pelos mestres da designação e classificação que, em virtude de querer manter o seu estatuto e poder, claramente negam essa capacidade de falar. (PANAGIA; RANCIÈRE, 2000, p. 115, tradução nossa¹⁷, grifos do autor)

O sujeito político, portanto, nada mais é do que um entrecruzamento de nomes. Aqui fica claro por que Rancière diz que os sem-parte não são um grupo específico, mas uma metáfora para o excesso de nomes. A política é muito mais do que uma tensão entre os sujeitos: é uma tensão entre nomes. As nomeações, as categorizações podem fazer parte do dano e, por consequência, estarem no espectro do questionamento realizado pelos sujeitos políticos. A subjetivação política implica em uma desidentificação e um processo de confluência dos sujeitos em uma diversidade de categorizações.

Se articularmos o pensamento de Rancière ao nosso objeto de estudo, veremos que, ao nomear os participantes de um *black bloc* como vândalos, o discurso já os configura e os conforma em uma determinada posição. Do mesmo modo, nomeá-los como ativistas também é uma maneira de categorizá-los e colocá-los em outro lugar dentro da partilha do sensível.

Assim, percebemos como é instaurada uma cena de dissenso no momento em que tais manifestantes intitulam como dano os males trazidos pelo modo de produção capitalista, como a desigualdade social e econômica, e se recusam a assumir os lugares e os sentidos impostos a eles e aos seus atos. O bloco negro tenta tensionar o que é naturalizado (a violência objetiva de Žižek: estrutural e simbólica) frente a uma ordem policial (a pré-

¹⁷ “This excess of words that I call *literarity* disrupts the relation between an order of discourse and its social function. That is, *literarity* refers at once to the excess of words available in relation to the thing named; Humans are political animals, then, for two reasons: first, because we have the power to put into circulation more words, ‘useless’ and unnecessary words, words that exceed the function of rigid designation; secondly, because this fundamental ability to proliferate words is unceasingly contested by those who claim to ‘speak correctly’—that is, by the masters of designation and classification who, by virtue of wanting to retain their status and power, flat-out deny this capacity to speak”. Disponível em <www.jstor.org/discover/10.2307/1566474?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21105311355363>. Acesso em 1º dez.de 2014.

existência de um suposto consenso, de normas e nomeações até então inquestionáveis). A disputa de sentido é justamente uma tentativa de desorganizar a ordenação policial do mundo sensível – ou de simplesmente mantê-la.

Até este ponto, fica mais claro para nós o fato de que essa particular visão de política de Hannah Arendt e de Jacques Rancière está intimamente ligada a uma intervenção no estado do mundo. E os sujeitos sociais podem se utilizar de diversos insumos para intervir no mundo: da ação e do discurso (para Arendt) ou do direito ao excesso de nomes (de acordo com Rancière).

Essa intervenção pode ser classificada, por outros teóricos, como violência – nesse caso, uma violência política. Para alguns deles, o simples fato de questionar a configuração social já é uma ação de violência política, independentemente de promover danos físicos ou não. Para outros, a expressão remete aos atos que se utilizam da força, como as revoltas armadas de colonos em um território dominado.

Independente disso, a discussão de violência política que faremos agora revisita os dois últimos tópicos discutidos – ela seria uma reação *política* a uma imposição de mundo ou um modelo de sociedade que foi imposto por meio de uma *violência* fundadora e/ou objetiva.

2.4. VIOLÊNCIA POLÍTICA

Definir esse tipo específico de violência – a política – é crucial para a nossa pesquisa. Não podemos nos esquecer de que a disputa de sentido instaurada pela chegada da tática *black bloc* cruza justamente as duas dimensões. As ações configuram-se como uma violência gratuita ou são atos políticos? Existe uma forma legítima de violência política? A política pode ser violenta e a violência pode ser política? São questões presentes na concepção de alguns dos autores que abordaremos a seguir.

O que discutiremos a seguir é a forma como tais autores veem a violência empregada no fazer político. Como dissemos anteriormente, a violência política seria aquela exercida para mudar uma configuração de mundo. Também é preciso lembrar a raiz grega da palavra política (*politiká*), que deriva de *pólis*, designando aquilo que é público. Portanto, não será aleatório o fato de que, ao falar de violência política, as perspectivas abaixo tratem da violência cometida por e em prol de uma coletividade.

Para falar de violência política, Yves Michaud fornece uma categorização bem clara, listando as ocasiões e as aplicações em que essa modalidade de violência aparece. Apesar da classificação, o autor ressalta que essas tipificações acabam por se misturar na prática (MICHAUD, 1989, p. 22-33). Para ele, as formas de violência política são:

1. Violência sociopolítica difusa: uma violência primitiva, espontânea e pouco organizada, como rixas, rivalidade entre grupos, corporações, banditismo.
2. Violência contra o poder ou violência de baixo: visa uma reorganização do poder, como as revoluções e os golpes de Estado.
3. Violência do poder ou violência de cima: mais ampla que a noção de violência do Estado, refere-se àquela acionada para estabelecer, manter e fazer funcionar o poder político. Subdivide-se em:
 - formas despóticas e tirânicas do poder político: exercida pelos tiranos, ditadores e reis das monarquias absolutistas.
 - repressão: resposta do poder às revoltas e desafios de seus dominados.
 - terror: sua intenção básica não é mais estabelecer o Estado, mas renovar a sociedade. Um exemplo fornecido pelo autor é o terror soviético no século 20, como a ameaça stalinista.
4. Terrorismo: assassinato sistemático de inimigos políticos, com o objetivo de ser possível o aniquilamento automático do Estado por meio do desaparecimento daqueles que o dirigem.
5. Guerras civis: para o autor, esse tipo de violência resulta do desmoronamento de todos os fundamentos da comunidade.

Parece-nos que Michaud busca categorizar os tipos de violência política por meio do alcance, potencialidade, autores e objetivos implicados. Apesar da classificação, Michaud não realiza uma crítica sobre a conceituação de violência política. O autor se dispõe apenas a olhar como a questão é tratada por diversos outros teóricos, admitindo a dificuldade de avaliações precisas sobre o assunto.

Como já dissemos, Hannah Arendt prefere não realizar uma ligação entre violência e política. Para ela, atos de violência implicariam na contenção da ação política; provocariam o esvaziamento da nossa humanidade. A violência não seria o caminho para se construir o novo. Ela sempre será um instrumento, cuja eficácia terá curto prazo e cujo desdobramento não se

poderá sempre controlar. Segundo a autora, frente à violência, o poder coercitivo pode ficar ainda mais forte e intolerável do que antes:

Além do mais, o perigo da violência, mesmo se ela se move conscientemente dentro de uma estrutura não-extremista dos objetivos de curto prazo, sempre será o de que os meios se sobrepõem ao fim. Se os objetivos não são alcançados rapidamente, o resultado será não apenas a derrota, mas a introdução da prática da violência na totalidade do corpo político. A ação é irreversível, e um retorno ao *status quo*, em caso de derrota, é sempre improvável. A prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento. (ARENDR, 1994, p. 100-101)

Arendt rejeita a exaltação da violência e explica que está inclinada a pensar que “muito da presente glorificação da violência é causado pela severa frustração da faculdade de ação no mundo moderno” (ARENDR, 1994, p.104). A autora se contrapõe a outros pensadores, como Fanon, ao discordar do fato de que a violência seria um sentimento de potência de vida dentro dos seres humanos. Como já explorado, Hannah Arendt não associa instintos, emoções, potências à violência, mas atribui à prática violenta um caráter racional e, portanto, a serviço de ideologias. Para ela, a violência não pode ser encarada como a manifestação de algo biológico do ser humano.

Franz Fanon, a quem Arendt critica em seu livro “Sobre a violência”, é um aberto defensor da violência política. Na medida em que o autor trata o assunto, percebemos certa aproximação da noção de “violência pura” de Walter Benjamin – já abordada anteriormente. Nascido em Martinica, colônia francesa, Fanon foi militante da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), com a qual compartilhava a causa independentista. Em função disso, o pensamento de Fanon sobre a violência política encontra raízes na questão da opressão, do racismo e da luta anticolonialista.

Em seu livro “Os condenados da terra”, Fanon argumenta que o colonialismo é a violência em estado de natureza. Em outras palavras: os próprios atos do colonizador são a fonte original da violência. “A violência do regime colonial e a contraviolência do colonizado se equilibram e se respondem numa extraordinária homogeneidade recíproca. [...] O desenvolvimento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial contestado” (FANON, 1968, p. 69).

Por isso mesmo, o autor afirma que a “a descolonização é sempre um fenômeno violento” (FANON, 1968, p. 25). O desejo pela libertação justificaria o uso da força pelos dominados.

Segundo Fanon, muito mais do que se tornar independente, esse processo de descolonização via violência política transforma a própria condição existencial do colono: a libertação nacional seria a libertação humana. Para o autor, na condição de subjugado, o colono sente vergonha de sua própria identidade, deslocado em sua própria terra e naturalizado com a humilhação rotineira. A violência política seria também uma violência libertadora. “Ao nível dos indivíduos, a violência desintoxica. Desembaraça o colono de seu complexo de inferioridade, de suas atitudes contemplativas e desesperadas. [...] A violência ergue o povo à altura do líder” (FANON, 1968, p. 74).

Muitos críticos de Fanon o acusam de fazer uma verdadeira apologia à violência. No entanto, o que o autor deseja ressaltar é a importância de entendermos a origem da violência, principalmente nos casos em que ela é cotidianamente vivenciada pelo colonizado.

Porque a violência, e aí é que reside o escândalo, pode constituir, quanto a método, a palavra de ordem de um partido político. [...] É preciso refletir sobre esse problema da violência, que o militarismo alemão decida solucionar seus problemas de fronteiras pela força não nos surpreende de modo nenhum, mas que o povo angolano, por exemplo, decida pegar em armas, que o povo argelino rejeite todo método que não seja violento, é sinal de que alguma coisa aconteceu ou está acontecendo. (FANON, 1968, p. 56)

Já para Slavoj Žižek, associar violência e política parece ser um movimento quase que automático. Ao falar de violência, o autor procura sempre destacar o caráter político dos atos que trazem essa qualidade. “O aspecto da violência política que me interessa não é tanto a violência física, o matar as pessoas etc. Se você realmente deseja mudar o funcionamento básico da ordem existente, isso é, por definição, definido como violência” (ŽIŽEK, 2009). Em outras palavras, o que o autor considera como violência política são os atos que buscam alterar cenários, abalar estruturas, promover a criação do novo na vida social. Aqui, novamente cabe lembrarmos que Žižek considera Mahatma Gandhi mais violento do que Adolf Hitler.

Assim como em Fanon, a violência política em Žižek aparece muito próxima à violência divina de Walter Benjamin – a violência libertadora, sempre se referindo a movimentos que partem de sujeitos oprimidos em direção a um opressor. Ou, se quisermos utilizar os próprios termos do filósofo esloveno, a violência subjetiva age sempre em resposta à violência objetiva:

Os actos desesperados de autodefesa popular violenta são os exemplos daquilo a que Walter Benjamin chamava ‘violência divina’: eles situam-se numa espécie de suspensão político-religiosa do ético. Mesmo se eles aparecem perante uma consciência moral ordinária como actos ‘ímorais’, os

assassínios, não temos o direito de os condenar, uma vez que respondem a anos, ou seja, a séculos de violência e exploração estatal e econômica sistemática. (ŽIŽEK, 2010, p. 141-142)

Já para Luis Felipe Miguel, a relação entre violência e política nasce da compreensão de que essa última possui um caráter conflitivo. Para ele, a relação entre os dois termos nos coloca frente a um conjunto de dilemas, posto que tensiona a busca da efetividade da ação com a existência de princípios normativos. Por isso mesmo, ao tratar a questão, deveríamos ir além de simples linhas divisórias. Nesse sentido, Miguel traz algumas leituras críticas de autores já mencionados nesse trabalho e que podem auxiliar em nossa discussão.

Com relação ao pensamento de Hannah Arendt, Miguel critica o fato de a autora desejar manter certo traço “imaculado” ao seu conceito de política. Para o teórico brasileiro, a perspectiva de Arendt enfoca apenas a violência aberta, visível, e negligencia a violência estrutural ou sistêmica. Segundo Miguel, não há como discutir violência e política sem se levar em conta o âmbito da violência estrutural, com o risco de não a percebemos, mas, em vez disso, rotularmos como violenta apenas a reação à opressão.

A violência estrutural é um componente permanente da política, afirmação que pode ser entendida de três formas complementares. Em primeiro lugar, os constrangimentos que ela impõe afetam diferentemente os diferentes grupos sociais, distribuindo de forma muito desigual os recursos necessários para a ação política. Em segundo lugar, é o poder político que mobiliza as forças da ordem, que simultaneamente buscam impedir a violência aberta e evitar a oposição à violência estrutural. Por fim, os mecanismos que geram tal violência são – a despeito do que gostaria Hannah Arendt – uma das questões centrais da luta política. (MIGUEL, 2014, p. 8)

Outro risco dessa separação radical entre violência e política, segundo Miguel, é reduzir essa última a uma atividade autocentrada e de baixa relevância social. Apesar da leitura crítica sobre alguns pontos da obra de Arendt, Miguel corrobora com a pensadora ao afirmar que a violência tem um papel intermediário, já que em si mesma não produziria a transformação histórica, mas teria um lugar secundário.

Por outro lado, Luis Felipe Miguel também critica a perspectiva seguida por Slavoj Žižek – a quem considera um exaltador da violência e cuja posição classifica como leviana. Segundo Miguel, esse apelo à violência subjetiva que age em resposta à violência objetiva dificilmente contribui para a construção de um mundo em que todas as formas de violência sejam minimizadas. De acordo com ele, reconhecer a positividade da violência política é um movimento que não pode negligenciar a compreensão e a discussão das consequências de tais ações. Outro ponto levantado pelo autor é o fato de que, em muitas ocasiões, o resultado

dessa violência responsiva é justamente o aumento da repressão aos oprimidos que buscavam romper com a ordem vigente – da mesma forma que pensava Hannah Arendt.

Miguel também não acredita que a institucionalização seja um caminho razoável para se tratar a questão da violência, posto que as próprias instituições podem ser percebidas como braços da violência sistêmica ou estrutural. Mediante tudo isso, o autor não busca fornecer respostas prontas sobre a relação entre violência e política, mas, em vez disso, tenta problematizar a questão e levantar algumas indagações interessantes.

Se o conflito é recolocado no centro da nossa compreensão da política, então a violência necessariamente precisa ser levada em conta. [...] A posição de quem condena toda forma de violência é cômoda – e uma posição que ou está cega à violência estrutural ou não se preocupa em indicar como combatê-la. Para uma compreensão mais matizada e complexa da dinâmica que inter-relaciona dominação, violência e política, não há posição confortável. [...] Não existe uma posição normativa absoluta, muito menos uma solução prática. Devemos lidar com essa tensão, reencenando-a permanentemente, mantendo a sensibilidade para as diferentes facetas que se recombina nas conjunturas particulares, sem congelá-las em ‘soluções’ que se mostram ilusórias. (MIGUEL, 2014, p. 20-22)

Percebemos no trecho “conjunturas particulares” que Miguel é outro autor a destacar a definição conjuntural, relacional e acontecimental da violência e da violência política. Não é aleatório que diversas perspectivas abordadas até aqui corroborem com essa leitura, provando como a atribuição de sentido à violência e à violência política não é uma questão sedimentada e muito menos pacífica – mas que, antes, encontra seu significado na dimensão da interação e da relação dos sujeitos entre si e entre os sujeitos e seu mundo.

Shane O’Neill, atuante no espaço acadêmico do Reino Unido, desenvolve uma definição própria para violência política e admite que, ao fazer isso, atribui uma interpretação particular a uma noção complexa. “Eu estarei usando o termo ‘violência política’ para denotar ações que envolvem *o exercício da força física para matar, ferir ou prejudicar outros seres humanos em busca de um fim político*” (2010, p. 128, grifos do autor, tradução nossa¹⁸).

Dessa forma, O’Neill exclui de sua definição danos a animais, propriedades, violência psicológica ou não-física, embora ressalte que eles podem causar prejuízos morais de grande porte para os indivíduos. O autor aplica esse operador conceitual para entender quando o emprego da violência é ou não justificável em um contexto de injustiça. Cauteloso, O’Neill

¹⁸“I will be using the term ‘political violence’ to denote actions that involve the exercise of physical force to kill, injure or harm other human beings in pursuit of a political end”.

destaca que essa opção deve levar em conta diversos fatores, pensando-se não apenas nos ganhos ou consequências políticas dos atos, mas nos dilemas morais envolvidos. Para isso, o autor propõe cinco questões que devem ser levantadas ao se optar pelo emprego da violência para fins políticos. São elas:

1. A injustiça sofrida é verdadeiramente grave?
2. É realmente necessário matar ou prejudicar fisicamente outros seres humanos?
3. A ação violenta evitará um desastre moral?
4. Existe uma perspectiva razoável de sucesso em reduzir enormemente a injustiça?
5. As ações violentas são realizadas de forma justa? (O'NEILL, 2010, p.136-137, tradução nossa¹⁹).

Dessa forma, o autor pretende fornecer um quadro que sirva de ponto de partida para entender as práticas de violência coletivas com propósitos políticos. Notemos que a argumentação de O'Neill também vem realçar o caráter situacional da violência.

Para falar sobre violência política e a tática *black bloc*, Francis Dupuis-Déri relembra mais uma vez que o uso da força não é exclusividade dos ativistas mascarados. Além disso, ele destaca que mesmo os exemplos clássicos de ações políticas não violentas (como as empreendidas por Mahatma Gandhi e Martin Luther King) estão inseridos em movimentos mais amplos que incluíam atos incisivos com uso da força. “Será que os ativistas não violentos teriam triunfado sozinhos, sem a violência dos seus aliados, na expulsão de colonizadores britânicos da Índia ou no fim da segregação racial nos Estados Unidos?” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 94). Dessa forma, o autor tenta mostrar como o uso da força pode resultar em benefícios políticos: mesmo que o resultado alcançado não seja um novo cenário, os ganhos podem ser observados na própria visibilidade e na instauração do debate.

Para os homens e mulheres que nelas se envolvem, as lutas que surgem durante grandes manifestações são microrrevoluções pelas quais é possível sob o risco de ferimento corporal, liberar o espaço (rua) e o tempo (algumas horas) necessários para uma experiência política. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.139)

¹⁹ “Is the injustice that is suffered truly grave? Is it really necessary to kill or to physically harm other human beings? Will the violence action avert a moral disaster? Is there a reasonable prospect of succeeding in greatly reducing injustice? Are the violent actions conducted in a just manner?”

O pesquisador também afirma que as ações políticas estão intimamente ligadas às emoções. E, por isso mesmo, a descarga emocional provocada pelos atos de violência não significa que a depredação seja incompatível com o agir político. “As emoções também entram em jogo na formação de uma comunidade rebelde e no compartilhamento do prazer de finalmente agir e do medo da repressão” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 123).

O que percebemos até aqui é que atribuir sentido à violência política é falar, na maioria das vezes, de seu caráter acontecimental: seu traço de ruptura, de estremecimento visível e identificável em uma realidade. A violência política, para quem a pratica e para os teóricos que a defendem, seria aquela intervenção perceptível que, diferente de outras irrupções violentas, interfere na vida social, age com ou sem o uso da força em direção a um objetivo muito claro: alterar determinado estado do mundo. Mas essa compreensão não é unânime e contrasta com outras que colocariam em xeque a própria definição do que é violência e de como a política pode ou não ser exercida por meio dela.

Assim, quando a tática *black bloc* emerge na cena pública brasileira, sua aparição acontecimental instaura um determinado sentido com o qual já estávamos acostumados a lidar: a violência é sempre um ato físico que causa dano a uma pessoa ou a objetos. À medida que esse acontecimento existencial começa a sofrer um processo de simbolização, novas camadas significativas são descortinadas. O surgimento dos mascarados nos protestos brasileiros “desmascara” um debate sobre o que podemos considerar como ato violento ou não. Por um lado, visões de mundo também entram em duelo e percebemos uma tentativa de hierarquização de ideologias. A coexistência de quadros de sentido desiguais dá origem à disputa de sentido.

Nessa confrontação de pontos de vistas, as categorizações e os enquadramentos agiram na linha de frente da batalha por significações. E perceberam-se claramente as tentativas de detenção de um tipo específico de poder – o poder simbólico. Todas essas questões serão abordadas na seção a seguir, no sentido de tentarmos avançar um pouco mais em nossa discussão. A luta pelo estado do mundo, pelo direito de responder aos questionamentos postos pelo acontecimento se traduz também em uma luta pelo discurso legitimado, pelo poder simbólico.

2.5. PODER SIMBÓLICO E DISCURSO

A expressão “poder simbólico” refere-se ao poder que se encontra no âmbito das significações. Ele age na dimensão dos sentidos, na definição do nosso mundo social. O sociólogo francês Pierre Bourdieu, um dos principais nomes a levantar tal discussão, define a expressão da seguinte forma:

O poder simbólico, como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo o que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização. (BOURDIEU, 2012, p.14)

Assim, o poder simbólico faz os sujeitos crerem. Torna os significados do mundo legítimos. Impõe uma visão de vida. Por isso mesmo, pode ser utilizado como um instrumento de dominação (e frequentemente acaba sendo). Sendo assim, Bourdieu explica como os sistemas simbólicos podem exercer uma função política: a de integração social. Em outras palavras, estamos falando de uma ferramenta que torna possível o consenso no mundo social e a reprodução de uma ordem estabelecida (ou a formatação de uma nova). Recorrendo ao pensamento de Émile Durkheim, o sociólogo destaca como esse processo ocorre:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’. (BOURDIEU, 2012, p. 10)

Se atentarmos para a palavra *consensus* no trecho acima, entenderemos que o poder simbólico age na dimensão da *doxa*, termo grego que se refere aos juízos naturalizados por uma maioria. Ou como Bourdieu bem nomeia: o indiscutível, o que já está dado. Assim, o poder simbólico age sem que se perceba que ele esteja agindo. Ele promove um consenso sobre o mundo, sem que esse mesmo mundo se dê conta de que sustenta tal concordância. Ele só é reconhecido por ser completamente ignorado, tido como natural, visto como óbvio. Ele é, portanto, da ordem do arbitrário.

Bourdieu explica que a destituição do poder simbólico somente será possível a partir da “tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e aniquilamento da crença” (BOURDIEU, 2012, p. 15). É preciso lembrar aos sujeitos de que existe sim um consenso, porém mais do que isso: é necessário revelar que esse consenso não

existe desde sempre, mas que foi construído social e historicamente, podendo ser perfeitamente discutido e até mesmo modificado.

Em função dessa possibilidade, os sistemas simbólicos podem se tornar palco de lutas de grupos que desejam tomar posse ou quebrar o poder vigente de definição do mundo social. Mas como isso ocorre afinal?

2.5.1. Luta pela legitimidade

Uma das ferramentas da luta simbólica ocorre no nível da legitimação dos grupos dentro de um campo²⁰. Para colocar os significados instituídos em xeque, é preciso, antes, colocar à prova quem emite tais significados. Assim, a luta simbólica passa antes pela luta por legitimação dos lados que disputam o papel de dar sentido ao mundo. Tomemos como exemplo um episódio conflituoso dentro de um lar, no qual o pai sempre criara a família dentro dos parâmetros bíblicos. O filho primogênito, ao crescer, começa a questionar os ensinamentos do pai e passa a frequentar um grupo ateu que se reúne semanalmente para discutir questões da existência a partir de premissas estritamente filosóficas. O pai fica furioso e proíbe o filho de sair de casa. Este, por sua vez, reivindica o direito de discordar da família. Na discussão sobre quem estaria com razão, o pai provavelmente irá desqualificar o grupo do qual o primogênito passou a fazer parte e, ao mesmo tempo, enaltecer seu grupo cristão, resgatando o caráter histórico e agregador da Igreja. Suponhamos que o pai até dissesse algo como: “Esses ateus são todos uns pecadores. Um bando de excomungados”. O filho, por sua vez, poderia defender seu novo grupo, ressaltando talvez um caráter progressista. Mostraria a relevância da tradição filosófica e seus feitos desde a Antiguidade, sua importância para a humanidade, destacando que apenas uma visão dessa natureza daria conta de chegar mais perto do entendimento sobre os sentidos da existência. O filho poderia também tentar desqualificar o grupo de seu pai, com dizeres assim: “Os cristãos estão todos cegos. Vocês não passam de uns fantoches, uns manipulados”.

Aqui, temos um exemplo banal de disputa de dois grupos opostos pelos sentidos acerca de um mesmo campo – o religioso. Note-se que o espaço pelo direito de fazer crer é também um espaço de luta pela validação dos grupos que disputam tal ofício dentro do campo. Ao defender seus sistemas simbólicos, os grupos defendem a posição legítima para ter o direito

²⁰ O conceito de campo é central no pensamento de Pierre Bourdieu. Em linhas gerais, pode ser definido como um espaço estruturado por diferentes posições sociais e espécies de poder (capital), regras próprias e relativa autonomia com relação a outros campos. Não se trata de um espaço neutro, mas um palco de jogos de disputas. Exemplos: campo literário, científico, religioso, etc. Para mais, ver BOURDIEU, 2012, p. 59-73.

de definir o que está em jogo. Assim, a luta simbólica anda lado a lado com uma luta por legitimidade, bem como pela deslegitimação de grupos opostos.

2.5.2. Credibilidade

Os integrantes de um campo podem até se esforçar para afirmar e reafirmar sua legitimidade, mas apenas este exercício não é suficiente. Para ser considerado legítimo, um grupo proferidor de sentidos precisa conquistar credibilidade que lhe dê o direito de proferir os enunciados que constituem os significados do mundo. O detentor do poder simbólico precisa, assim, gozar de certa reputação:

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá, àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. *Credere*, diz Benveniste, ‘é literalmente colocar o *kred*, quer dizer a potência mágica, num ser de que se espera proteção, por conseguinte, crer nele’. O *kred*, o crédito, o carisma, esse não-sei-o-quê pelo qual se tem aqueles de quem isso se tem, é o produto do credo, da crença da obediência, que parece produzir o credo, a crença, a obediência. (BOURDIEU, 2012, p. 188)

Assim, o poder simbólico está intimamente ligado à confiança, à crença que sujeitos dispensam a outros sujeitos. Isso nos leva a entender como este tipo de poderio é da ordem da relação. Ele não está *a priori* no sistema simbólico. Em outras palavras: não é intrínseco às palavras, aos discursos. Ele está na relação entre quem profere esses discursos e aqueles que os acatam. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (*idem*, p. 15). Como já dissemos, para ter a posse do poder, é necessário que existam atores que se sujeitem a ele. Uma relação legitimada de dominação e subordinação.

2.5.3. Poder simbólico e discurso

Se o poder é simbólico, ele também está localizado na ordem das representações e no âmbito dos discursos. Por isso mesmo, o filósofo francês Michel Foucault destaca que os grupos, para terem a posse do poder, lutam pela posse do discurso. Antes de entramos no mérito desse embate, vejamos o pensamento do autor sobre o significado dessa palavra.

Em toda a obra de Foucault, a linguagem ocupa um papel central. Apesar de sua abordagem sobre discurso ser vastíssima, podemos, em linhas gerais, sintetizar que o autor define

conceitualmente o vocábulo como um sistema que rege enunciados e que tona possível a institucionalização de sentidos, a representação de objetos. Assim, temos um discurso que é próprio da Medicina; da Matemática; outro da Psicologia, cada qual com sua rede de enunciados particulares.

Apesar de possuir uma lógica própria, o discurso não é algo fechado em si. Trata-se de uma esfera em aberto, em constante mutação e em diálogo com diversos outros discursos. “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2001, p, 52). Para obter coesão e coerência, um discurso tenta encobrir certos enunciados, certas unidades discursivas.

Portanto, antes de se institucionalizarem, os discursos passam por um processo de formação, com múltiplas influências. Tal processo privilegia alguns pontos de vista e exclui outros. E a predominância ou não de uma formação discursiva depende de “um conjunto de condições de existências” (FOUCAULT, 2009, p. 135). Ou seja, o discurso se consolida em um jogo de evidências e exclusões, a partir de interesses e contextos. Portanto, o objeto que ele diz representar não é algo absoluto, uma verdade inquestionável, mas sim um imaginário. Dessa forma, o discurso sobre a loucura nada mais é do que um imaginário construído social e historicamente acerca dos sentidos que envolvem o termo “loucura”. O discurso é uma validação. Possui uma historicidade e uma temporalidade. É próprio de uma época e emerge em função de algumas condições contextuais.

Em função disso, Foucault propõe um exercício ousado: ele nos convida a observar a ordem do discurso, ou seja, a buscar seus processos de fundação, produção, distribuição e validação. Enquanto a epistemologia clássica procura saber qual a ordem das coisas, Foucault propõe saber que *ordem estabeleceu a ordem aceita*. Em outras palavras, quais foram as condições que possibilitaram a determinado discurso ser consagrado, dentro de todas as possibilidades. Por isso mesmo, o autor propõe a metáfora da arqueologia: é preciso escavar, sair da superfície, pois nela não encontraríamos todos os indícios reunidos e necessários.

Assim, para entendermos o discurso da Medicina, por exemplo, não é suficiente olharmos apenas o que regem os saberes dos profissionais ou dos livros. É preciso olhar para os discursos perpassantes, fundadores, influenciadores do saber médico. É preciso olhar para as zonas lacunares e residuais de um discurso que já se cristalizou:

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciados exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar porque não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionando a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. (FOUCAULT, 2009, p.31)

2.5.4. Discurso, verdade e poder

Os sujeitos lutam pelo discurso porque tê-lo em mãos significa possuir também o poder. Assim como Pierre Bourdieu, Michel Foucault destaca que o poder não está em uma pessoa, mas sim enraizado nas relações sociais. Ele não é algo rígido, mas se mantém porque os sujeitos o interiorizam. Portanto, também como Bourdieu, Foucault explica que a eficácia de um poder depende da passibilidade dos que se deixam submeter a ele.

Um exemplo que ilustra esse pensamento do filósofo é sua explicação a respeito do poder que o modelo panóptico exerce sobre os vigiados. A torre localizada no centro das prisões e que vigia os encarcerados nem precisa estar habitada para atuar como ferramenta disciplinadora. Mais importante do que existir alguém vigiando as pessoas é o fato das pessoas saberem da possibilidade de alguém observá-las. Ele usa essa ilustração para marcar como a força de um poderio é internalizada pelos subordinados: há um jogo de relações que sustentam o poder.

Apesar de tal cenário, Foucault não adota uma visão pessimista. O filósofo acredita que os sujeitos podem se emancipar tanto no nível individual quanto no coletivo – e um processo não estaria separado do outro. Para o autor, essa luta pela emancipação é salutar. De acordo com ele, o conflito pode descortinar as lógicas que cristalizaram as ordens vigentes e abrir possibilidades para os sujeitos se libertarem dessas ordens estabelecidas. O embate, portanto, é visto como potência de conhecimento e libertação. Saber e poder caminham juntos. Daí vem a importância que Foucault atribui às resistências, àquilo que é considerado fora do discurso oficial (como, na prisão, escutar o preso e não a administração carcerária, por exemplo).

Mas descortinar as lógicas vigentes não é uma tarefa tão fácil como possa parecer. Na luta pela ordem discursiva, emergem os chamados sistemas de exclusão – que legitimam ou não alguns discursos circulantes. Entre tais sistemas, destacamos a “vontade de verdade”. Apoiada sobre um suporte institucional, ela exerce certa coerção sobre outros discursos e conduz o modo como o saber é distribuído e valorizado na sociedade. Nesse sentido, Foucault acredita

que a verdade também é uma construção social e histórica. E o choque com outras noções de verdade nos faz lembrar que a nossa própria foi construída.

Semelhante ao poder simbólico de Pierre Bourdieu, a vontade de verdade em Michel Foucault é velada, passa despercebida e é mascarada pela própria verdade que apregoa:

Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário. [...] O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la. (FOUCAULT, 2001, p.19-20)

Para manter-se, a vontade de verdade de um discurso faz, por um lado, com que ele dite o que é verdadeiro ou não. Por outro, exclui os enunciados que tentam colocá-la em questão. Neste cenário, são estabelecidas regras de uma verdadeira “polícia discursiva”, com sua lógica, suas regras e imposições: “Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis” (FOUCAULT, 2001, p.37).

Michel de Certeau (2000) pontua uma questão semelhante. De acordo com o historiador francês, a modernidade decretou o fim do Locutor Autorizado (Deus). Como a religião não é mais a detentora do poder de dar sentido ao mundo, outros locutores privilegiados tomaram à frente. Por sua vez, os não autorizados apenas murmuram. Como não têm lugar e espaço, a estes últimos cabe agir por meio da tática. O lugar da tática é o lugar da fala não legitimada.

É impossível negar que o discurso midiático, especialmente o jornalístico, é um dos locutores autorizados de nossa época. E, assim sendo, ocupa também um lugar de difusor de verdades, especialmente pelas promessas de isenção e objetividade que apregoa. Portanto, os grupos que se encontram fora do espaço da chamada mídia tradicional precisam lutar pela possibilidade de proferir seu discurso, ou seja, lutar pela própria posse do discurso.

2.5.5. O jornalismo como campo legitimado para nomear

O poder simbólico se mantém vivo por meio de um tipo específico de capital – chamado também de simbólico. Possuir essa moeda valiosa é ter a propriedade de fornecer sentidos ao mundo. Berger explica qual campo, segundo seu ponto de vista, detém preferencialmente esse tipo de capital:

A nossa hipótese é que o campo do jornalismo detém, privilegiadamente, o capital simbólico, pois é da natureza do jornalismo fazer crer. O capital do campo do jornalismo é, justamente, a credibilidade. É ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está sendo constantemente testada, através de pesquisa, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se firmar, sem, no entanto, nomear-se, com o tal. Credibilidade tem a ver com persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os ‘efeitos de verdade’, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas. (BERGER, 2003, p. 21-22)

Sendo uma das esferas mais importantes de fornecimento de sentidos, o jornalismo promove uma perspectiva de leitura própria dos acontecimentos do mundo. Tal leitura obedece a uma série de normas, modos de fazer e características que são típicas da forma jornalística de falar do mundo. Não é nossa intenção explicar como é essa prática da imprensa, mas é importante entendermos alguns aspectos do manejo do capital simbólico e de procedimentos que o jornalismo realiza para fornecer sua visão dos acontecimentos.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, ao narrar um acontecimento, o jornalismo tenta fazê-lo sob uma égide de objetividade. A ideia de objetividade nesse campo está ligada a um relato verossímil dos fatos, orientando uma visão de mundo “tal qual ele é”. Sabemos que se trata de uma perspectiva ingênua porque todo relato é sempre uma constituição, uma mediação do mundo feita pela linguagem²¹. Apesar disso, ainda paira sobre o fazer da imprensa uma aura de imparcialidade; de estar plena e exclusivamente a serviço do interesse público. O ofício do jornalista é, muitas vezes, assumido como um trabalho cidadão.

Outra condição que marca a prática jornalística é o senso de urgência. Na pressa para fechar o jornal diário, na ânsia por dar o “furo” mais rápido que o portal de notícias concorrente, os jornalistas recorrem aos *fast-thinkers* (pensadores rápidos), como fala Bourdieu especificamente ao dissertar sobre a televisão. Esses pensadores rápidos, segundo o autor, são os especialistas a quem os telejornalistas habitualmente recorrem a fim de explicar e/ou opinar sobre os fatos do mundo. Tais *experts* já estão acostumados ao ritmo e à linguagem televisiva. Para fornecer sentidos aos acontecimentos que atropelam a rotina profissional e viram pauta para uma matéria, os jornalistas acionam tais *experts* que, por sua vez, acabam por repetir leituras de mundo. Nas entrevistas, os “*fast-thinkers*” recorrem a sentidos já cristalizados, de fácil assimilação pelo grande público – o que Bourdieu denomina “ideias feitas”.

²¹ Para mais, recomendamos a leitura de ALSINA, 2009.

As ‘ideias feitas’ de que fala Flaubert são ideias aceitas por todo mundo, banais, convencionais, comuns; mas são também ideias que, quando as aceitamos, já estão aceitas, de sorte que o problema da recepção não se coloca. [...] Os lugares-comuns que desempenham um papel enorme na conversação cotidiana têm a virtude de que todo mundo pode admiti-los: por sua banalidade, são comuns ao emissor e ao receptor. Ao contrário, o pensamento é, por definição, subversivo: deve começar por desmontar as ‘ideias feitas’ e deve em seguida demonstrar. (BOURDIEU, 1997, p. 40-41)

A recorrência às ideias feitas dos *fast-thinkers* ocorre em detrimento de novas fontes que poderiam problematizar ou desconstruir os sentidos cristalizados – o que é ainda menos comum quando ocorrem acontecimentos inesperados. Nestes casos, a urgência da profissão dificulta o fato do jornalista buscar novas leituras. Na imprensa, o profissional acaba incluindo lugares-comuns nas matérias, que são difundidos pela maior parte dos especialistas. Nessa tarefa, muitas vezes precipitada, a imprensa evoca sentidos rasos e o jornalismo acaba por legitimar algumas significações estereotipadas.

Mas a formatação de sentidos realizada pelo jornalismo não é resultado apenas do *modus operandis* da prática profissional. Muitas vezes há uma questão política que influencia – e muito – o fornecimento de leituras dos acontecimentos. Ideologicamente, o discurso jornalístico pode realçar determinados enunciados e/ou encobrir outros. Nesse ponto, voltamos ao pensamento de Foucault. Vimos que a vontade de verdade de um discurso faz, por um lado, com que ele dite o que é verdadeiro ou não. Por outro, exclui os que tentam colocá-la em questão. Porém, o discurso do jornalismo, por seu compromisso de relatar os fatos “como eles são” não deixa transparecer tal escolha. A fala da imprensa é, muitas vezes, vista como mais verdadeira do que as outras. Dessa forma, ocorre uma hierarquização de discursos. O relato jornalístico acaba sendo considerado apto a conduzir os sentidos do mundo, sem que se perceba a vontade de verdade que o perpassa.

Ao evocar as ideias feitas dos especialistas, conforme nomeia Bourdieu, os jornalistas realizam um trabalho de nomeação dos acontecimentos. De acordo com Christa Berger:

A luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. (BERGER, 2003, p. 22)

O jornalismo categoriza os fatos do mundo, fornece uma identidade para os acontecimentos que ocorrem ao nosso redor. Muitas vezes, podemos corroborar com essas identidades

principalmente quando não temos condições de presenciar o evento ou formular por conta própria nossa opinião a respeito dele. Assim, retornando ao pensamento de Pierre Bourdieu, vamos entender como o ato de nomear é um importante braço do poder simbólico. O sociólogo francês destaca que o poder simbólico é “um poder de fazer coisas com palavras”. Em outras palavras, “a descrição faz as coisas” (BOURDIEU, 1990, p. 167). Descrever, classificar e dar nome a um fenômeno orienta o significado do próprio fenômeno, o traz à existência – uma existência não mais da dimensão do sensível, mas sim do inteligível. Assim, classificações diferentes fornecem existências diferentes para pessoas, objetos, eventos:

De facto, este trabalho de categorização, quer dizer, de explicitação e de classificação, faz-se sem interrupção, a cada momento da existência corrente, a propósito das lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social, por meio de todas as formas do bem dizer e do mal dizer. [...] Não é por acaso que *katègorein* de que vêm as nossas categorias e os nossos categoremas, significa *acusar publicamente*. Compreende-se que uma das formas elementares do poder político tenha consistido, em muitas sociedades arcaicas, no poder quase *mágico* de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação. (BOURDIEU, 2012, p. 142, grifos do autor)

Portanto, a luta simbólica passa pela luta por nomeação. De acordo com Bourdieu, o Estado seria a única esfera legitimada, dentro do mundo social, para fornecer nomeações oficiais.

Diferentemente do autor, entendemos que não é (ou não é só) o Estado que tem esse lugar da nomeação legitimada. Não acreditamos que ocorra uma imposição de nomeações (partindo de um lugar externo à sociedade) que seriam injetadas na vida cotidiana dos indivíduos. Bourdieu acentua a propriedade dos meios de comunicação para falar de classe e trata a linguagem sob um estatuto meramente instrumental, com fins de dominação. Do nosso lugar, percebemos a linguagem menos como um instrumento dócil e mais como um campo de disputa, passível do atravessamento de muitas vozes, permeada por consensos e dissensos, constituída pelo dialogismo a que se refere o linguista russo Mikhail Bakhtin.

Percebemos também certa rigidez na abordagem do autor sobre poder simbólico: de um lado, teríamos as esferas autorizadas (e cristalizadas) para dar sentido ao mundo. Do outro, um grupo de agentes sem voz. Bourdieu entende que seria necessário derrubar a estrutura legitimada para então obter a posse do discurso. Já em nosso entendimento, não gostaríamos de negligenciar o próprio processo de busca pelo direito de fornecer significados ao mundo. Pretendemos ir além dessa perspectiva teleológica e olhar como o próprio percurso já nos diz

muito sobre a disputa de sentido e as tensões que envolvem o espectro da ordem do discurso (para usar a expressão de Foucault).

Neste ponto, mais uma vez, gostaríamos de frisar que não acreditamos que a opinião pública seja totalmente moldada pela imprensa. Ao analisar as tentativas de categorização do jornalismo, temos em mente que ele é sim um forte aparato de fazer crer, mas não podemos simplificar o processo nem negligenciar o caráter pensante das vozes que estão fora de seu discurso. A imprensa é uma esfera importante, mas não totalitária na tarefa de dar sentido ao mundo. Como bem pontuam Braga & Gastaldo, os meios de comunicação “assumem um papel central na legitimação de certas definições, mas esse processo não é simples, nem unidirecional” (2009, p. 83).

Falando não especificamente do jornalismo, mas da mídia em geral, Berger & Luckmann também atentam para o cuidado na hora de atribuir aos meios de comunicação o pleno poder de reafirmar os sentidos do mundo. Os autores pontuam o papel mediador do ambiente midiático, mas ponderam que os sujeitos transitam por diversas outras instâncias da vida social na hora de delinear suas concepções de realidade:

[...] há, na maior parte das vezes, grande diferença entre as ‘ofertas morais’ do Estado, das Igrejas e dos outros empresários morais que chegam ao indivíduo. No nível da comunicação cotidiana como, por exemplo, na família, essas ‘ofertas’ não são de forma alguma ‘consumidas’ sem critério. Elas são processadas comunicativamente, selecionadas, rejeitadas e adaptadas às próprias circunstâncias. (BERGER; LUCKMANN, 1995, p. 90)

Portanto, não negligenciamos a existência de diversos espaços de significação. O próprio desenrolar do debate midiático é marcado por uma enquete social mais ampla. Se assim não fosse, não teria sentido falarmos de uma disputa de sentido – objeto de nosso trabalho. Vemos o jornalismo como um ator social, deixando claro que seu relato não contempla a totalidade das redes de significação. Segundo Carvalho, “é possível afirmar, sendo o próprio jornalismo parte da realidade social, que ele é também modificado e tem suas práticas modificadas, com a participação de outros atores sociais” (2012, p. 132).

Além disso, mesmo reconhecendo o âmbito privilegiado do jornalismo, não o entendemos como uma “maquinaria a serviço da manipulação”, como pregam muitas visões pessimistas. Primeiramente porque, como já foi dito, o público leitor/telespectador não é um mero receptáculo de informações difundidas midiaticamente, mas formado por sujeitos aptos a concordarem ou não com o discurso jornalístico, a partir de suas próprias visões de mundo e

experiências pessoais. Em segundo lugar, porque não enxergamos o ambiente da grande imprensa como algo separado da vida social: os jornalistas, os editores, os chefes de redação são sujeitos sociais que, inseridos em uma prática profissional específica, apenas dão origem a relatos típicos de um mesmo modo de fazer. A narrativa jornalística não é algo externo aos sujeitos, ela diz muito dos valores, condutas e redes de significações (e relações) desses mesmos sujeitos implicados na produção da notícia.

A própria compreensão dos modos como as narrativas jornalísticas se apresentam, aliás, é indicativa das inter-relações estabelecidas pelo jornalismo com uma série de atores sociais – como os leitores; as variadas fontes ouvidas para a produção das informações; agentes governamentais e do Estado, assentados em postos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; agentes da sociedade civil; representantes da esfera culturais, religiosas, sindicais e partidárias; dentre outros. (CARVALHO, 2012, p. 121)

O relato jornalístico está em um permanente processo de negociação com os atores implicados. Carvalho ainda acrescenta que as notícias potencialmente trazem as posições desses mesmos atores relacionados à produção jornalística, ao incluir na matéria, por exemplo, depoimentos de entrevistados e/ou organizações de cunho governamental ou não.

Também sabemos que a imprensa segue uma motivação política ao encobrir ou destacar enunciados, mas essa tarefa de privilegiar pontos de vista não é exclusiva dela. Todos nós, até mesmo nos mais ordinários relatos da vida, embutimos julgamentos, privilegiamos opiniões e menosprezamos outras em nossas falas cotidianas, baseando-nos em nossos valores, experiências, contexto de relação etc. É por isso mesmo que compartilhamos da seguinte perspectiva apresentada por França:

[...] a mídia *faz parte* da sociedade, está inserida nela como estão os postos de saúde, as defensorias públicas, os estádios esportivos, por exemplo. É uma das instituições da sociedade e, congrega os múltiplos dispositivos através dos quais essa sociedade produz e faz circular suas informações e representações. [...] A mídia é o espaço privilegiado no qual a sociedade fala consigo mesma, a propósito de si mesma. (FRANÇA, 2012a, p. 11-12)

Portanto, os sentidos do mundo circulam por diversos âmbitos e, mesmo existindo as esferas privilegiadas, sempre há brechas por onde os sujeitos podem formar e compartilhar as diferentes interpretações acerca dos acontecimentos.

2.5.6. Brechas virtuais

Com o advento da internet, o ambiente virtual se configura como uma dessas principais brechas pelas quais as falas dissonantes podem circular. A rede mundial de computadores, em certo nível, altera as relações entre os sujeitos do ato comunicativo na medida em que potencializa o uso de táticas das partes mais fragilizadas – para usarmos novamente os termos de Certeau.

Um exemplo recente disso ocorreu no Brasil e diz respeito às denúncias de assédio sexual e moral envolvendo um renomado intelectual da área das Ciências Humanas. Diversas mulheres se queixaram de terem sido assediadas pelo professor, por meio da internet, durante um longo período de tempo. A saída encontrada por elas foi publicar, também na internet, o conteúdo das conversas entre o intelectual e aquelas que se consideravam vítimas, como uma maneira de comprovar os atos realizados por ele.

Pela posição de autoridade que o professor ocupava, dificilmente elas encontrariam outros ambientes que aceitassem a divulgação das conversas ou que legitimassem as denúncias. Ou, se encontrassem, provavelmente não teriam o mesmo alcance e a mesma rapidez com a qual o fato foi difundido.

Apesar disso, não conferimos um caráter redentor à internet nem acreditamos que ela permita a igualdade de espaços e de vozes. Sabemos que se trata de um terreno tensionado, que está nas mãos de grandes conglomerados de comunicação e permeado por jogos de interesse, disputas de poder e de sentidos. Porém, apesar dessas características, não podemos negar que há mais possibilidades de vozes não legitimadas encontrarem espaço no ambiente virtual. Ou, mesmo que não encontrem, pelo menos há mais brechas para tentarem conquistá-lo. André Lemos usa o verbo desterritorializar para se referir ao movimento dos atores sociais de se moverem pelas fronteiras, de ressignificar o inscrito e o instituído no ambiente virtual.

O que tem feito do ciberespaço um mecanismo de liberação da emissão, de reconfiguração cultural e de sociabilidade coletiva em rede é a potência para a criação de linhas de fuga em um espaço de controle informacional. [...] ele nasce como espaço estriado, território controlado pelo poder militar e industrial e vai sendo, pouco a pouco, des-re-territorializado por novos agenciamentos da sociedade (tensões de controle e acesso informacionais). (LEMOS, 2007, p. 7)

No caso do nosso objeto de estudo, entendemos como os grupos favoráveis à tática *black bloc* buscam ocupar essas brechas por meio dos canais de comunicação mais acessíveis,

principalmente no ambiente da internet, para tentar estabelecer o seu conceito de verdade acerca da prática. Nesse sentido, eles têm buscado destituir o monopólio simbólico das mãos do chamado jornalismo de referência e do senso comum, tentando conscientizar a população em geral do “arbitrário” contido na definição majoritária acerca da modalidade de ação. Bem como das noções de violência e de vandalismo.

...

Feitas as considerações acima e mediante tudo o que já foi exposto até agora, resta para nós um cenário permeado por indagações, mas também com trilhas frutíferas para a pesquisa. Percebemos que, mediante um acontecimento como o surgimento da tática *black bloc*, iniciam-se esforços por parte de diversos atores sociais (incluindo aí o jornalismo) para tentar explicar o ocorrido, em uma tentativa de simbolização do evento que irrompeu em nossa dimensão sensível. Vimos que o desenrolar do próprio debate catalisado pela mídia é marcado por uma enquete social mais ampla, deixando claro para nós que no relato jornalístico não se encontra o todo do fenômeno acontecimental.

É inegável que tal acontecimento suscitou nomeações. A coexistência das classificações desiguais deu origem à disputa de sentido em torno de um conteúdo político. Sim, porque conforme lembra Rancière, a política decorre da necessidade de se libertar de nomes, de ter direito à literalidade.

Além da disputa por nomeações, tal jogo político também contou com diferentes tentativas de defender uma configuração de mundo. E, para Hannah Arendt, o mundo e as disputas que vivificam seu tecido social se dão por meio da ação e do discurso.

Nesse ponto, chegamos ao cerne do nosso trabalho, pois foi justamente na dimensão do discurso que se travou a batalha que pretendemos investigar. A disputa de sentido foi para além da ação e se deu, de forma privilegiada, no âmbito discursivo e, no embate, emergiram tensões entre diferentes verdades e narrativas.

Tais questionamentos nos impulsionam a observar a trincheira onde estiveram posicionadas as falas dispersas dentro da luta simbólica. Em outras palavras, de que maneira a tática *black bloc*, a violência e o vandalismo são tratados nos discursos de diferentes atores sociais? Tentaremos realizar essa observação na análise. Mas, antes de iniciarmos essa tarefa, vamos apresentar a metodologia utilizada em nosso trabalho de investigação.

3. METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é investigar a disputa de sentido que se instaurou em torno da tática *black bloc* a partir de seu aparecimento na cena pública brasileira durante a onda de protestos que ficou conhecida como “Jornadas de Junho”, em 2013. Paralelamente a esse objetivo geral, não podemos escapar de observar a disputa de sentido acerca de questões que tangenciaram o surgimento dessa modalidade de ação direta no cenário do Brasil, a saber, as noções de violência e de vandalismo.

A pesquisa bibliográfica se iniciou com a consulta a textos que se referiam tanto à tática no contexto global quanto à sua chegada à cena pública brasileira. Procuramos detectar origens históricas, transformações ao longo das décadas e expressões pelo Brasil e pelo mundo. Após esse primeiro passo, partimos para a consulta de referenciais teóricos que tangenciassem a temática do bloco negro (como política, violência, violência política) bem como a inscrição particular no caso brasileiro e a consequente disputa de sentido que se deu (acontecimento, poder simbólico, discurso).

Para apresentar nossa pesquisa empírica, detalharemos como foi realizada a tarefa de definição e coleta do *corpus* e apontaremos os procedimentos metodológicos.

3.1. Definição e coleta do *corpus*

De que maneira poderíamos analisar a disputa de sentido em torno da tática *black bloc*? Como capturar os enunciados que deram formato ao embate simbólico? Como observar a postura dos atores, a busca por nomeações, o entrecruzamento de diálogos?

Primeiramente, cogitamos a possibilidade de realizar entrevistas presenciais com os adeptos, bem como com pessoas contrárias à tática *black bloc*. Mas, se assim procedêssemos, os posicionamentos da disputa de sentido estariam praticamente dados. De antemão, já saberíamos quais atores sociais narrariam e de que forma; que ações seriam destacadas e sob quais olhares; que avaliações seriam feitas. Além disso, o anonimato tão caro aos ativistas seria um fator que dificultaria a realização de entrevistas presenciais com participantes do bloco negro. Nos poucos contatos que realizamos com eles, percebemos bastante receio dos ativistas em revelar em que localidades moravam, os rostos por detrás das máscaras, além de grande desconfiança das nossas reais intenções acadêmicas. Ainda que a tarefa de coletar depoimentos presenciais não tenha sido levada adiante em nosso trabalho, conseguimos obter

uma única entrevista por *e-mail* com um adepto à tática e ela será mantida como item do nosso *corpus* por conter elementos enunciativos importantes para a pesquisa.

Outra possibilidade levantada foi visitar os locais onde houve depredação por parte do bloco negro, a fim de ouvir moradores, comerciantes e pessoas que, em geral, foram afetadas pelos atos. Porém, vale lembrar que as intervenções ocorreram em inúmeras cidades do país. E, mesmo em apenas um município, elas não se concentraram em um único local: em Belo Horizonte, por exemplo, o bloco negro atuou na região da Pampulha, na Savassi, na área central e em diversos pontos onde havia uma agência bancária, uma concessionária de veículos ou uma placa sinalizadora da Copa das Confederações e da Copa do Mundo FIFA. Por causa das distâncias entre os pontos depredados e do pouco tempo que tínhamos para buscar esses testemunhos, optamos por também descartar essa possibilidade.

Outro movimento pensado por nós seria o de restringir a coleta de materiais à chamada imprensa de referência: recortes de revistas, jornais impressos, vídeos de telejornais, áudios de programas de rádio e demais meios de grande circulação e influência na sociedade brasileira. No entanto, se assim o fizéssemos, teríamos em mãos apenas o discurso oficial dos grandes conglomerados comunicacionais, a fala de jornalistas e editores já consagrados, o ponto de vista de vozes já legitimadas.

Após todas essas ponderações, definimos que nosso *corpus* seria formado, além da entrevista já mencionada, por enunciados dos grandes veículos de comunicação, bem como por fragmentos discursivos que circularam pela internet – operando, assim, uma tática de “escuta aleatória intensa” tendo em vista a coleta do maior número de materiais ao nosso alcance. Como toda técnica de coleta, essa dinâmica tem limitações, mas nos pareceu a mais próxima possível da “escuta” ordinária de qualquer pessoa interessada em um assunto e que, em seu dia a dia, capta e é interceptada por elementos informativos de natureza diversa. A mídia de referência não poderia faltar, mas optamos também pela coleta da efervescente conversação que se desenvolveu nas redes sociais (dentro de nosso alcance), especificamente o Facebook. Não nos fechamos apenas às páginas de redes sociais e/ou sites de grandes veículos, nem somente aos enunciados proferidos pelos adeptos à tática. Dessa forma, buscamos fugir da dicotomia que ora defendia cegamente a tática ora criminalizava-a sem relativizações.

Como a disputa de sentido não se restringiu a um período de tempo, mas foi alimentada por episódios que ocorreram desde a irrupção das Jornadas de Junho em 2013 até fatos do ano

seguinte, decidimos trabalhar com um recorte temporal extensivo, de junho de 2013 (início das manifestações) até fevereiro de 2014 (morte do cinegrafista Santiago Andrade). Como forma de sistematização deste longo período, identificamos quatro momentos nucleadores, quatro episódios significativos que ativaram as conversações. Os critérios de escolha de tais episódios foram: a alta visibilidade conferida pela mídia; o intenso debate que suscitaram; o fato de se inscreverem em diferentes tempos no desenrolar do acontecimento e em diferentes etapas do embate discursivo. Os episódios e/ou momentos analisados estão relacionados abaixo, com as respectivas fontes consultadas:

Tabela 1 – *Corpus* de análise.

CONJUNTO DE ENUNCIADOS	PERÍODO	MATERIAL COLETADO	FONTE	INSTRUM. DECOLETA
1 – O surgimento: primeiras aparições dos ativistas <i>black bloc</i> na cena pública brasileira, quando ainda não se mencionava o nome da tática.	9 a 24 de junho de 2013.	Postagem de <i>blogs</i> ; vídeo; áudio; imagens de capas de jornais.	<i>Blog</i> Incandescência; Youtube; portais jornalísticos; Facebook.	Download de vídeo por <i>software</i> específico; <i>printscreen</i> ; arquivamento de URL.
2 – A identificação: momento em que os ativistas <i>black bloc</i> passam a ser assim denominados e inicia-se um movimento de caracterização da modalidade de ação direta.	27 de junho a 2 de agosto de 2013.	Imagem; texto de matéria jornalística; postagens em rede social; entrevista.	Facebook; portais jornalísticos; ativistas.	<i>Printscreen</i> ; <i>e-mail</i> ; arquivamento de URL.
3 – A greve dos professores: participação dos ativistas <i>black bloc</i> no movimento grevista dos professores da redes municipal e estadual do Rio de Janeiro.	2 a 9 de outubro de 2013.	Imagem; texto de matéria jornalística; vídeo.	Portais jornalísticos; agências de notícias; Youtube.	Download de vídeo por <i>software</i> específico; <i>printscreen</i> ; arquivamento de URL.
4 – A morte do cinegrafista: Santiago Andrade, funcionário da TV Bandeirantes, morreu em 10 de fevereiro de 2014, atingido por um rojão durante cobertura de um ato <i>black bloc</i> em praça pública no Rio de Janeiro.	9 a 17 de fevereiro de 2014.	Postagens em rede social; imagens de capas de jornais.	Facebook; portais jornalísticos.	<i>Printscreen</i> ; arquivamento de URL.

Como podemos perceber, menos do que elencar um recorte rígido, optamos por coletar fragmentos de diversas fontes e de diversos períodos a fim de encontrar um mosaico de enunciados, um panorama da disputa simbólica que poderia nos ajudar a compreender as redes de sentido que se cruzam no compartilhamento das opiniões (explícitas e implícitas) presentes no *corpus* em questão.

3.2. Instrumentos de Análise

O *corpus* apresentado acima foi analisado por meio de uma metodologia ancorada em uma combinação de instrumentos que forneceram, sucessivamente, subsídios para a utilização da ferramenta seguinte no decorrer do processo de investigação.

Com o *corpus* em mãos, nosso primeiro passo foi realizar uma Análise de Conteúdo. Este instrumento nos proporcionou o mapeamento das reportagens, publicações na internet, imagens e comentários ilustrativos da disputa de sentido. Nesta etapa, coletamos também vídeos publicados no ambiente virtual. Observamos os atos de nomeação, por meio de adjetivos e das imagens mais frequentes. Em resumo, tentamos resgatar os sentidos centrais presentes nos enunciados.

O segundo tratamento dado ao nosso *corpus* foi realizado por meio de uma Análise do Discurso. Observamos o texto inscrito em um discurso maior, os pressupostos implícitos, a relação texto/contexto. Destacamos quais enunciadores falavam, como se posicionavam diante dos fatos e qual formação discursiva era acionada.

Depois, tentamos reconstruir as narrativas centrais, tratando-as como um recurso metodológico: como os fatos marcantes foram enquadrados? Como os novos elementos inseridos reorganizaram os quadros de sentido do acontecimento? Essas foram algumas das perguntas que buscamos responder por meio desse instrumento.

Olhando para essa empiria, e a partir dela, definimos ainda cinco categorias de análise que consideramos serem mais pertinentes para realizar a leitura. Buscamos observar como os enquadramentos encontrados se inseriam em cada uma das categorias elencadas. Após essa tarefa, nos guiamos por alguns conceitos trazidos pela discussão teórica – que foram nossos conceitos operadores.

3.3. Categorias analíticas e conceitos operadores

Como já explicamos acima, realizamos a leitura do nosso material empírico por meio de alguns conjuntos específicos de enunciados. Cada um desses conjuntos é formado por um mosaico de elementos discursivos que nos permitiram explorar cinco importantes pontos, que formaram nossas categorias analíticas. São elas:

Tabela 2 – Descrição das categorias analíticas.

CATEGORIA ANALÍTICA	O QUE FOI OBSERVADO
Narradores	Quem fala em cada um desses conjuntos de informações? Quais são as fontes?
Ação	Qual ação é narrada?
Agentes	Quem faz/conduz a ação?
Imagens	Quais elementos visuais foram utilizados para ilustrar os episódios/momentos? O que eles suscitam?
Avaliação	Como as ações são julgadas? Que nomeações são acionadas para qualificá-las? Para onde elas apontam, na narrativa construída? E qual a narrativa predominante?

É preciso adiantar que essa divisão em cinco categorias analíticas foi realizada apenas para propiciar uma melhor leitura e entendimento do material empírico. De forma alguma elas podem ser consideradas categorias estanques e que não dialogam umas com as outras. Elas foram utilizadas como referência para nosso olhar e não como blocos separados.

A partir da análise propiciada pelas categorias analíticas, tentamos perceber o que cada conjunto de enunciados dizia da disputa de sentido e como eles poderiam nos ajudar a entender o problema de pesquisa. Depois desse passo, realizamos uma nova leitura do nosso *corpus* por meio de conceitos operadores. Para chegarmos até eles, exploramos os eixos conceituais da nossa Fundamentação Teórica (acontecimento, violência, política, violência política, poder simbólico/discurso) e retiramos as ferramentas teóricas que seriam úteis para a investigação do nosso objeto. Tomando a noção de acontecimento como ponto de partida, concluímos que havia três valiosos pilares que poderiam embasar nossa análise: violência, política e poder simbólico/discurso.

Neste ponto, é preciso justificar o motivo de tratarmos poder simbólico e discurso de forma conjugada. Não desconhecemos o fato de que estamos diante de dois conceitos diferentes, com suas especificidades, aplicabilidades e marcações teóricas particulares. No entanto, percebemos que ambos as noções aparecem de forma muito interligada na disputa de sentido. Falar de poder simbólico é falar do âmbito do discurso – sendo que entendemos discurso como uma categoria mais abrangente e o poder simbólico como a sinalização e a

materialização de sua força. Portanto, acreditamos que uma possível separação dos termos poderia esvaziar a potência de dialogicidade dos dois conceitos no momento da nossa análise. Por outro lado, o tratamento sinérgico nos permitiu maior riqueza ao obter as ferramentas analíticas dessas duas noções.

Feita essas considerações, detalhamos abaixo, para fins de melhor compreensão, quais pontos foram explorados de cada conceito operador.

Tabela 3 – Descrição dos conceitos operadores.

CONCEITO OPERADOR	PONTOS EXPLORADOS
Violência	<ul style="list-style-type: none"> - imagens - personagens envolvidos / papéis - “tipos” de violência - quadro problemático instaurado - consequências/resultados - respostas/ações que prometem minimizar o quadro problemático
Política	<ul style="list-style-type: none"> - transformação/manutenção de mundo - coletividade que os atores da disputa de sentido dizem representar - danos e ganhos - estratégias policiais - categorização <i>versus</i> excesso de nomes - estratégias para obter visibilidade e tentar construir um espaço relacional no agir político - pluralidade - ação/discurso
Poder simbólico/Discurso	<ul style="list-style-type: none"> - nomeações/classificações/adjetivos - quem nomeia - legitimação e deslegitimação do ato e dos autores - sentidos acionados / camadas de significação sendo adicionadas no decorrer da individuação

Em resumo, procedemos metodologicamente aplicando as categorias analíticas derivadas da empiria e os conceitos operadores extraídos de nossa exploração teórica. Nas páginas a seguir, detalhamos o percurso, as tentativas exploratórias e as conclusões de tal análise.

4. LEITURAS QUE SE CRUZAM; SENTIDOS EM DISPUTA

Conforme já explicamos na metodologia, tomamos como ponto de partida, neste capítulo 4, as nossas cinco categorias analíticas (narradores, ação, agentes, imagens, avaliação), tratando-as de forma articulada e implícita em nosso texto a fim de ler os dados empíricos que fazem parte do *corpus*. Tais categorias serão eixos norteadores que nos auxiliarão a ver a narrativa construída em cada fase ou episódio emblemático do acontecimento. Ao final, procuraremos entender: qual narrativa central pode ser detectada em cada um desses momentos? É válido lembrar que os enunciados citados nas páginas a seguir podem ser consultados de forma mais detalhada no Apêndice deste trabalho.

4.1. O surgimento

O primeiro conjunto de enunciados que compõe o nosso *corpus* será denominado “o surgimento”. Nesse mosaico de elementos discursivos, veremos a conversação que se deu a partir das primeiras aparições dos ativistas do bloco negronas Jornadas de Junho em 2013. Mesmo que ainda não se mencionasse a expressão *black bloc*, a chegada da tática na cena pública brasileira causou surpresa e repulsa entre diversos atores sociais, mas também angariou simpatizantes à tal modalidade de ação direta.

Nesse instante de estranhamento da tática, várias falas surgiram para entender o que ocorria. Especificamente no ambiente midiático – arena para a qual se direcionará nosso olhar – a busca por respostas partiu de vários lugares. Neste primeiro conjunto de enunciados constam os programas Profissão Repórter e Globo Repórter, ambos da Rede Globo; a coluna de Alexandre Garcia, na Rádio CBN, os jornais impressos Meia Hora (Rio de Janeiro) e Hoje em Dia (Minas Gerais), além do *blog* Incandescência – não muito conhecido no mundo virtual e que aborda algumas questões políticas.

Entre os enunciatários que tentaram narrar essa fase do acontecimento, também temos uma diversidade de sujeitos. Percebemos desde nomes célebres do jornalismo brasileiro, como Sérgio Chapelin, Glória Maria, Alexandre Garcia (todos das Organizações Globo) até indivíduos desconhecidos do grande público, como o autor do referido *blog*, que se identifica apenas como Juno.

É interessante apontarmos a multiplicidade de fontes de informação que tentam explicar o que ocorria nessa fase. Jornalistas que gozam de certa credibilidade; entrevistados anônimos ou

conhecidos acionados, durante as matérias, para falar sobre o acontecimento; blogueiros; veículos de alcance nacional, local ou regional; diversas plataformas de comunicação (rádio, televisão, internet). Múltiplos ainda foram os formatos pelos quais essas informações circularam no ambiente midiático: grande reportagem, colunas, capas de jornais, postagens autorais, entrevistas.

Tanta variedade prova mais uma vez que o acontecimento em questão fez falar. E afetou uma multiplicidade de sujeitos que tentaram apropriá-lo, cada um de seu lugar, à sua experiência, simbolizá-lo, apreendê-lo.

É evidente que não podemos deixar de destacar que a pluralidade de vozes não significa igualdade de alcance/influência de uma determinada leitura de mundo. Tomemos como exemplo, apenas a título de ilustração, dois diferentes narradores do primeiro conjunto de enunciados. De um lado, temos o Globo Repórter, um programa semanal que está no ar desde 1973, veiculado pela emissora de maior prestígio do país, cujos principais jornalistas são os consagrados profissionais Glória Maria e Sérgio Chapelin. Do outro, temos um *blog* na internet criado, em 2009, por um rapaz de 20 anos que se intitula apenas como Juno e que traz reflexões pessoais sobre assuntos diversos. Cada um oferece uma leitura distinta do mesmo acontecimento.

Qual narrativa gozará de maior legitimação? Quais dessas falas serão realmente ouvidas? Qual leitura será mais reverberada? Por mais que o blog Incandescência tenha mais de quatro mil fãs no Facebook, seu alcance é restrito se compararmos com uma atração que tem audiência suficiente para ser mantido por mais de 40 anos no ar em um canal de televisão aberta.

Desde este momento é possível perceber que a disputa de sentido se inscreveu em um prisma assimétrico – o que nos impulsiona a direcionar ainda mais o olhar para as brechas e as vozes isoladas que tentaram, a seu modo, realizar uma leitura de mundo própria.

A assimetria também pode ser verificada no tratamento que esses diferentes enunciados conferiam às ações e seus respectivos agentes naquele momento – os adeptos à tática *black bloc*, os manifestantes não violentos, a polícia militar, o atual governo e o Estado. As ações que mais atraíram atenções e leituras foram, sem dúvida, as ações diretas dos ativistas, que nesse momento foram inscritas principalmente sob o signo da violência.

No sentido majoritário, palavras, imagens e sentidos fortes, que apelavam para emoções e conotações enfáticas foram utilizados para narrar a ação dos ativistas *black bloc*. Os atos são apontados como responsáveis por até mesmo vitimar pessoas. A repórter Paula Akemi, no programa Profissão Repórter, de 18 de junho de 2013, narra: “Sete pessoas ficaram feridas nos protestos [...] Quatorze policiais precisaram de atendimento médico”.

A jornalista Glória Maria, no programa Globo Repórter, do dia 21 de junho de 2013, utiliza termos dotados de um tom que mescla alerta, denúncia e medo:

Momentos de fúria que tomaram uma grande proporção ontem em todo o país. As minorias radicais foram ganhando espaço. Vândalos infiltrados nas manifestações. Depois, eles se separam da multidão e partem para o ataque. Quebra-quebra, saques, cenas que lembram uma guerra. Ruas transformadas em campos de batalha.

Os enunciados dão a ideia de descontrole e de completo caos pelo país. As expressões “momentos de fúria” e “partem para o ataque” emprestam certo caráter animalesco e irracional à ação. Como se, de alguma forma, os manifestantes e as ruas do Brasil estivessem sido atacados por vândalos bestiais que, desenfreadamente, iriam destruir tudo e todos que vissem pela frente. Um verdadeiro apocalipse *black bloc*.

No jornal Hoje em Dia, os atos também são enquadrados como guerra. Na capa do dia 23 de junho de 2013, o veículo mineiro constrói uma clara dicotomia em sua manchete e cria dois polos do acontecimento, utilizando, na mesma frase, as palavras “festa” e “luta”.

Figura 6 – capa do Jornal Hoje em Dia.



FONTE: Jornal Hoje em Dia (23 de jun. de 2013).

É interessante observarmos que, para ratificar o sentido de caos, a capa do jornal traz um mosaico com imagens que mostram sangue, tumulto e vítimas. Em sentido horário, a primeira fotografia mostra a polícia em segundo plano – como se estivesse acuada, vitimizada – e, logo à frente dela, é possível ver um manifestante em um movimento que sugere que algo acabava de ser lançado em direção à tropa de choque. Na segunda foto, um idoso machucado aparece sendo amparado por policiais – também heróis da “luta campal”. Na última imagem, um jovem ferido e deitado no chão está bastante ensanguentado e recebendo os primeiros socorros – outra vítima do “grupo isolado”.

A autoria de tal cenário de guerra é atribuída a uma “minoridade baderneira” de adeptos à ação direta. O jornal Meia Hora, de 19 de junho de 2013, traz, em sua capa, a imagem de um ativista quebrando a porta de um prédio público. Para classificá-lo, o veículo fornece apenas adjetivos pejorativos:

Figura 7 – capa do jornal Meia Hora.



FONTE: Jornal Meia Hora (19 de jun. de 2013).

Além de “bundões”, “cornos” e “otários”, os adeptos aos atos de depredação são também considerados fora da lei. Um dos manifestantes entrevistados pelo programa Globo Repórter declarou: “Cem marginais destruíram a nossa cidade à toa, a troco de nada. A gente só tá aqui para ter um movimento bonito, uma passeata bonita”. Outro entrevistado pelo programa fornece os seguintes adjetivos a esse “grupo isolado”: “Essa galera que faz isso aí deve ser nego infiltrado, nego maluco, nego que não sabe o que é passeata”. Os “baderneiros” não eram sequer considerados brasileiros de verdade, pois, conforme disse um manifestante que concedeu entrevista ao Profissão Repórter, “brasileiro de verdade protesta direito, protesta sem violência, protesta com educação”.

Por outro lado, um segundo tipo de ação foi louvado pelos diversos enunciatários: as manifestações não violentas. Além de formarem uma “marcha pacífica”, elas ainda se configuraram como tentativas de impedir os chamados atos de vandalismo. Essas ações foram protagonizadas pelos manifestantes também denominados pacíficos – sempre tratados como “maioria”. No programa Globo Repórter, a jornalista Glória Maria narra uma dessas intervenções contra os “baderneiros”: “Era preciso impedir e, ali mesmo, rapidamente, uma solução: uma faixa branca pedia paz. No terminal do ônibus, a arma encontrada foi a vaia, um grito de alerta que impediu a invasão [Sem violência!]”. No mesmo programa, o comentarista de segurança pública, Rodrigo Pimentel, também destaca a ação dos manifestantes pacíficos na contenção dos atos de destruição. “Então, a presença de pessoas no grupo que conseguem pensar como indivíduo, essas pessoas seguram o grupo, essas pessoas amenizam aquele momento de fúria”. Essa ação seria, portanto, apaziguadora e necessária para manter a ordem e a pacificidade nas ruas.

Os manifestantes pacíficos são retratados como uma “moçada” audaciosa que está nas ruas para engrossar o grito patriótico e pacífico dos protestos. Um manifestante que foi ouvido pelo programa Profissão Repórter é categórico: possivelmente ao discutir com um ativista adepto à ação de depredação, ele tenta se afirmar: “Nós temos que provar nossa superioridade. Claro que tem, cara! Quem não é violento, é superior!”.

Além de superiores, os manifestantes pacíficos são considerados heróis, que buscam a todo o custo chegar a um acordo sem uso da força. No programa Globo Repórter, Glória Maria narra que “policiais perseguidos, por pouco, não foram linchados e contaram com a ajuda de corajosos manifestantes”. Outro caso emblemático é o da jovem mostrada no programa Profissão Repórter: ela se coloca à frente de um ônibus que seria apedrejado, pedindo que ninguém agisse com violência, pois ali se encontrariam apenas brasileiros trabalhadores.

Heróis, corajosos, valentes. Além dessas características, o Hoje em Dia destaca a pluralidade dos manifestantes não violentos e ainda confere certo tom de fragilidade e inocência a eles: seguindo o veículo, eram formados por “jovens, mulheres e muitas crianças”.

A diferença de tratamento entre as ações não violentas e os atos de depredação, bem como aos seus respectivos autores, pode também ser verificada por duas imagens do programa Profissão Repórter. No primeiro quadro, os manifestantes não violentos aparecem sorrindo, inseridos em um cenário festivo – seguindo um tom carnavalesco que eram muito comum durante os

protestos. Na outra cena, é possível ver uma rua escura, prédios públicos pichados, veículos oficiais queimados e um cenário praticamente deserto – consequência das ações de depredação. De um lado, uma rua em festa. Do outro, uma via em destroços. Na primeira cena, carnaval e luminosidade. Na segunda, destruição e escuridão. Dois polos que mostram uma ação legitimada e outra deslegitimada pelo discurso do programa.

Figura 8 – Duas cenas do programa Profissão Repórter. Na primeira, a narração e a imagem remetem a um tom festivo. No segundo quadro, o contraponto da destruição.



FONTE: Profissão Repórter (18 de jun. de 2013).

Sobre a ação da polícia militar, que também é mencionada nesse conjunto de enunciados, uma observação se faz necessária. Nosso olhar contempla apenas a relação entre a PM e os adeptos à tática *black bloc*. Não elencamos, para o *corpus*, os casos de excesso policial contra manifestantes não violentos e jornalistas, que ocorreram especialmente nos primeiros dias das Jornadas de Junho. Acreditamos que tais fatos se encontram fora do âmbito do que estamos discutindo nesse conjunto de enunciados (o surgimento da modalidade de ação do bloco negro na cena pública brasileira) e ampliaria significativamente nosso campo de análise.

Feita essa ressalva, percebemos que a ação da polícia militar é classificada nesse primeiro conjunto de enunciados apenas como reação e defesa. O jornal Hoje em Dia relata que a intervenção policial foi necessária para responder manifestantes que, primeiramente, teriam lançado pedras nos militares. Os PM's são avaliados como anjos da guarda aptos a manter o clima festivo e de tranquilidade. Assim, a presença deles durante os protestos é classificada como necessária à garantia da ordem e à expulsão dos “baderneiros”. Eles são, portanto, tratados como heróis.

Além disso, os policiais militares são apresentados como vítimas em vários enunciados: “Quatorze policiais precisaram de atendimento médico”, “polícia acuada”, “policiais perseguidos por pouco não foram linchados”, “um grupo isolado passou a hostilizar policiais” e “foram jogadas pedras contra os militares” são expressões que aparecem em contraponto a termos como “partiram para o ataque”, “entrar à força”, “radicais”, “tragédia”, “campos de batalha”.

Neste ponto de nossa análise, destacamos as únicas duas leituras que fugiram da dicotomia “baderna *versus* protestos pacíficos”. No *blog* Incandescência, o autor divulga uma publicação para falar sobre os recentes protestos violentos que ocorriam no país. Na postagem do dia nove de junho de 2013, ele argumenta que “é preciso perceber que a violência possui um papel na história”, inserindo os atos de depredação em um contexto. As ações de depredação foram lidas pelo blogueiro como uma reação por parte de pessoas que sofrem opressão e repressão, classificando-as como “sabotagem” e “ações que ameaçam a ordem vigente”. Juno ainda menciona o Estado como agente detentor do monopólio da violência e convida os leitores a resistirem a essa situação.

Já Alexandre Garcia, em sua coluna, argumenta que o atual governo brasileiro é a principal motivação para as Jornadas de Junho: “É contra eles que a moçada está nas ruas”. O comentarista associa os termos “violência” e “vandalismo” aos gestores públicos que, em sua opinião, oferecem serviços públicos de baixa qualidade à população.

Agora, a grande pergunta quando se fala tanto em vandalismo pra cá, vandalismo pra lá, a grande pergunta é: quem afinal vandalizou o país até agora? Quem vandalizou a educação, quem vandalizou a saúde, a segurança, as leis, a justiça, quem vandalizou o transporte coletivo, as estradas, os portos, quem vandaliza a lavoura, a pesquisa, quem vandaliza os preços, quem vandaliza os nossos impostos? Esses são os piores vândalos. É contra eles que a moçada está nas ruas. [...] ‘Não podemos conviver com essa violência que envergonha o país’ [em referência à fala da presidente Dilma Rousseff em pronunciamento nacional no dia anterior]. Como assim? A que violência ela está se referindo? A que provoca 150 mil homicídios por dia, todos os dias? Seria isso? Só que disso os governos não se envergonham.

O black bloc surgiu. E agora?

Alguns pontos se destacam ao analisarmos todos os elementos discursivos que fazem parte do primeiro conjunto de enunciados. Percebermos que a narrativa não foi unânime e que foi possível detectar algumas discordâncias. No entanto, é perceptível a predominância de uma vinculação entre a ação direta dos ativistas *black bloc* e algo negativo, bem como uma exaltação dos manifestantes que não utilizaram de força para protestar.

É nítida a hierarquização dos dois modelos de ação e dos dois tipos de atores. Os manifestantes pacíficos buscavam o diálogo; os violentos produziram um cenário de guerra – para usar os exatos termos da jornalista Glória Maria. Os primeiros eram maioria e participam de uma festa, sendo tratados como brasileiros, superiores, protetores, corajosos, heróis que buscavam um Brasil melhor. Os demais eram minorias, baderneiros, vândalos, indesejados,

destruidores, provocadores, incitadores da violência e transformaram nossas ruas em campos de batalha.

Os enunciados majoritários tentam construir uma narrativa que apontava o caos como resultado caso nenhuma providência fosse tomada para eliminar o bloco negro. Os manifestantes pacíficos lutavam por um país melhor. Os violentos estavam destruindo nossas cidades. Era preciso impedi-los. Era preciso neutralizá-los. E, para isso, as matérias jornalísticas trouxeram entrevistas de pessoas anônimas que corroboravam com essa visão, representando o que seria o anseio da população, do cidadão, do pai de família, do sujeito ordinário, de todos nós. Não é aleatório o fato de o programa Globo Repórter entrevistar uma mulher que carregava uma criança nos ombros para legitimar a extinção das ações diretas das ruas: “É assim que tem que ser! Pacífico! E assim a gente vai conseguir”, relata a moça indicando qual caminho (familiar, ordeiro, pacífico) de fato poderia levar o Brasil a dias melhores.

Naquele momento, como já mencionamos, ainda não se usava a expressão “*black bloc*”. A discussão girava apenas em torno da temática da violência e do vandalismo. Em geral, os termos serviam para meramente adjetivar atos de depredação. Ser violento significava, neste momento, destruir algo de forma visível: uma ação clara e identificável. Ser pacífico era protestar sem usar a força física, sem destruir nada, sem desrespeitar os limites impostos.

Apesar da narrativa que foi central nesse primeiro momento (criminalizando os atos de depredação e o uso da violência para protestar), já se via o início de uma disputa de sentido tanto em torno da tática de ação direta quanto do próprio sentido dos termos “violência” e “vandalismo”. O interessante é destacarmos que nem a chamada mídia de referência foi unânime em sua opinião – como prova o comentário realizado por Alexandre Garcia, um dos grandes nomes das Organizações Globo, em 24 de junho de 2013, no calor das primeiras manifestações. Esse fato prova que o acontecimento suscitou novos olhares, deslocou pontos de vista e, mesmo que timidamente, começou a se enfileirar em trincheiras até mesmo inesperadas. Vejamos o que os novos conjuntos de enunciados revelam para nós.

4.2. A identificação

Chamamos de “identificação” o segundo conjunto de enunciados do nosso *corpus*. Nessa etapa, que se inicia ainda em junho de 2013 (ápice das Jornadas), os “manifestantes violentos”

enfim ganham um nome. A expressão *black bloc* surge ora para adjetivar os ativistas, ora para nomear um grupo, ou ainda para categorizar uma tática.

Inicia-se, assim, uma discussão mais intensa a respeito dessa modalidade de ação direta. Algumas perguntas surgem: qual o perfil desses ativistas que saem quebrando tudo? Onde surgiu esse tipo de intervenção? O que eles querem e o que devemos fazer frente a tudo isso?

Uma vez identificados, fez-se necessário contar a história dos adeptos e da ação do bloco negro, tarefa que mobilizou diversos locutores. No segundo conjunto de enunciados encontramos esforços dessa natureza realizados pelas revistas Carta Capital e Veja; pelo jornal O Dia; e pela filósofa Marilena Chauí em entrevistas concedidas à revista Cult e ao jornal Folha de S. Paulo. Os próprios ativistas *black bloc* também se inserem em nosso conjunto e suas falas foram captadas em páginas no Facebook que apoiam a tática, além de uma entrevista por *e-mail* concedida a nós por um ativista da cidade de São Paulo.

É interessante observar quais os indivíduos acionados nos veículos jornalísticos para explicar quem são os manifestantes mascarados e no que consiste a modalidade de ação direta. Evidentemente, houve uma tentativa de ouvir os próprios ativistas. Nesse sentido, Carta Capital, Veja e O Dia trouxeram depoimentos de supostos adeptos à tática *black bloc*. No entanto, as falas selecionadas suscitaram sentidos distintos em cada uma das publicações.

Na revista Veja, encontramos o seguinte depoimento: “[O tênis] é ótimo para manifestações”. A fala teria sido proferida por uma ativista que usava um calçado de R\$ 250 da grife Farm durante um protesto. Notadamente, a escolha do depoimento é uma tentativa de ridicularizar os adeptos à tática e mostrar o que a publicação considera como contradições de quem segue uma filosofia anticapitalista. Outra fala aparece na revista, no seguinte trecho:

Mas, ao menos no Brasil, o fato de saberem do que não gostam não quer dizer que saibam o que querem. Exemplo disso ocorreu durante a invasão da Câmara Municipal de São Paulo, quando um black bloc abordou aos berros o presidente da Casa, o petista José Américo: ‘O senhor é a favor da tarifa zero? Quem matou o Amarildo? Abriria mão do seu salário? É contra a Constituição?’

Na escolha desse enunciado atribuído ao ativista, vemos como Veja tenta deslegitimar as motivações políticas da tática ao mostrar certa falta de foco na pauta de reivindicações do rapaz.

O despreparo e a falta de planejamento dos adeptos à tática são destacados pelo jornal O Dia na entrevista que o veículo apresenta aos leitores. “Usamos o que estiver nas mãos (inclusive coquetéis molotov de fabricação caseira) para contra-atacar investidas contra manifestantes pacíficos”.

Já na revista Carta Capital, os depoimentos escolhidos tentam mostrar as motivações políticas dos atos, em vez de meramente criminalizá-los ou ridicularizar seus participantes. A publicação traz uma entrevista com um rapaz que teria 26 anos, “três Black Blocs na bagagem” e que é apresentado sob o nome fictício de Roberto:

O que nos motiva é a insatisfação com o sistema político e econômico. Nossa sociedade vive permeada por símbolos. Participar de um Black Bloc é fazer uso deles para quebrar preconceitos, não só do alvo atacado, mas da ideia de vandalismo. [...] Não me sinto representado por partidos. Não sou a favor de democracia representativa e, sim, de uma democracia direta. Não se trata de depredar pelo simples prazer de quebrar ou pichar coisas, mas de atacar o símbolo representado ali. Quando atacamos uma agência bancária, não somos ingênuos de acreditar que estamos ajudando a falir um banco, mas tornando evidente a insanidade do capitalismo. Política também se faz com as próprias mãos.

Outras fontes de informação também foram acionadas para opinar nessa fase da identificação: os intelectuais. Da mesma forma que ocorreu com os ativistas, os enunciados desses sujeitos foram selecionados de formas distintas pelos veículos de comunicação, a fim de atribuir sentidos específicos à tática que estava sendo conhecida e categorizada. O jornal O Dia trouxe o depoimento de Dário de Sousa, especialista em sociologia urbana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A fala que consta na matéria é a seguinte:

Os integrantes do ‘Black Bloc são consumidores de uma marca descoberta na internet. É ridículo eles dizerem que têm raízes no anarquismo, que, ao contrário deles, é um bloco político e com pauta de reivindicações. Alegar que vão a passeatas para proteger manifestantes, promovendo a violência, é um contra-senso. Não têm um pingão de coerência política e nem social.

A revista Carta Capital trouxe falas de Pablo Ortellado, professor da Universidade de São Paulo; Saul Newman, professor de teoria política da Goldsmiths University, de Londres; Nildo Avelin, professor de teoria política e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Anarquistas da Universidade Federal da Paraíba; e Derrick Jensen, escritor e ambientalista norte-americano. A publicação tenta adotar um tom balanceado, trazendo opiniões tanto favoráveis quanto contrárias à tática. Carta Capital elege a seguinte crítica de Derrick Jensen para compor o texto:

Sua antipatia contra qualquer forma de organização que iniba sua liberdade de ação faz com que eles tentem destruir até organizações lutando pela revolução social. Atos gratuitos de destruição com espírito de carnaval não vão arranhar o capitalismo. É preciso estratégia, objetivos. E certa ética.

Ao mesmo tempo, a revista não dispensa uma leitura diferente, como a de Nildo Avelin: “Mas como protestar pela palavra, se é ela o suporte por meio do qual o Estado de Direito exerce violência? É preciso criar novas formas de comunicar: o Black Bloc pode ser uma delas”.

Marilena Chauí, umas das intelectuais mais conhecidas do Brasil, é acionada tanto pela Folha de S. Paulo quanto pela revista Cult para opinar sobre a tática. Em entrevista aos dois veículos, ela argumenta que os ativistas *black bloc* estão inseridos em uma perspectiva fascista, como ela denomina. “Não é anarquismo, embora se apresentem assim. Porque, no caso do anarquista, o outro (indivíduo) nunca é seu alvo. Com os black’s, as outras pessoas são alvo, tanto quanto as coisas”. Segundo a filósofa, os adeptos à tática não podem ser considerados de esquerda e o fato de se apresentarem mascarados coloca-os como autores da violência.

A revista Veja não traz depoimentos de nenhum intelectual, mas critica o apoio de muitos professores universitários à tática *black bloc*:

Para eles e seus admiradores confessos – entre os quais professores universitários pagos com dinheiro público –, destruir uma agência bancária a marretadas ou golpes de extintor de incêndio não é vandalismo, mas uma ‘ação simbólica’, que, inserida na ‘estética da violência’, simularia a ‘ruína do capitalismo’. Embora haja uma definição mais precisa para isso – e ela pode ser resumida na palavra crime –, quase nenhum black bloc está preso hoje no país.

É interessante perceber como diferentes enunciatários recorrem às mesmas categorias ou classes de atores sociais (ativistas, intelectuais) para corroborar diferentes pontos de vista. Os depoimentos seguem a linha editorial que o veículo deseja adotar e os enunciados são criteriosamente selecionados para esse fim.

Imagens também foram elencadas a fim de privilegiar determinada leitura do acontecimento. Vamos ver, abaixo, três conjuntos de fotos veiculadas pela revista Veja (fig. 9), pelo portal do jornal O Dia (fig. 10) e pela revista Carta Capital (fig. 11).

Figura 9 – imagens que ilustram a matéria da revista Veja.



FONTE: Marcos Arcoverde/Estadão| Fabio Braga/Folhapress | Fernando Cavalcanti (21 de ago. de 2013).

Figura 10 – imagem única que ilustra a matéria do jornal O Dia.



FONTE: João Laet/Agência O Dia (2 de jul. de 2013).

Figura 11 – imagens que ilustram a matéria da revista Carta Capital.



FONTE: Marcos Mendéz/Carta Capital (21 de ago. de 2013).

Se uma imagem vale mais do que mil palavras, a disputa simbólica encontrou nas fotografias uma poderosa ferramenta para estabelecer sentidos. As imagens elencadas pela revista *Veja*, por exemplo, complementam o viés de oposição e criminalização que a publicação adota em relação à tática *black bloc*. Na figura 9, em sentido horário, a primeira foto mostra os ativistas marchando em conjunto, formando uma multidão que se perde de vista. À frente, aparece um cartaz de estética bastante amadora e um ativista encapuzado com uma expressão de raiva. A impressão que nos dá é de que o fotógrafo está diante de uma verdadeira “manada” de manifestantes que, a julgar pela expressão do rapaz mascarado, vão atacar as ruas inspirados por sentimentos de raiva. O quadro ao lado reafirma esse sentido: a fotografia registra o exato momento do “ataque” de um ativista e se configura como uma imagem impactante. O vidro completamente estilhaçado e o ângulo no qual o rapaz foi fotografado dão uma ideia de que nós, leitores, seremos atingidos pelo adepto à tática e pelos cacos da vidraça que ele acaba de quebrar.

A última fotografia é ainda mais reveladora para se entender a posição adotada por *Veja*. De um lado da imagem, uma multidão de ativistas mascarados tenta ultrapassar uma barreira de isolamento. Do outro, um policial praticamente sozinho e com a expressão aterrorizada tenta se defender do bloco negro. À esquerda, o “bando” pronto para atacar. À direita, a vítima indefesa – o policial (ou seriam todos nós?) covardemente sendo ameaçado.

O jornal *O Dia* também escolheu ilustrar a matéria que abordava o bloco negro, mostrando as “vítimas” dos ativistas. A única imagem (fig. 10) presente junto ao texto não mostra nem manifestantes nem ruas tomadas por ativistas. A foto simplesmente registra policiais militares correndo, tentando desesperadamente se livrar de algo que se assemelha a um gás lacrimogêneo – provavelmente lançado pelos adeptos à tática.

Já a revista Carta Capital elencou, para a página principal da matéria, duas fotografias de ativistas (fig. 11). Eles não aparecem imersos em uma multidão nem em momento de ação. São registrados como guerrilheiros: o braço levantado, o olhar firme para o horizonte, dando a entender que “estão no comando”. As fotografias não contam com a mesma carga de impacto nem com os apelos à vitimização de atores, como percebemos nas duas outras publicações.

Outro exemplo de ilustração que fez parte da disputa de sentido foi a capa da edição da revista *Veja* e a consequente sátira idealizada pelos ativistas *black bloc*. Vejamos abaixo o *layout* original e a releitura que circulou pelo Facebook:

Figura 12 – capa da revista *Veja* e sua releitura confeccionada por ativistas *black bloc*.



FONTE: revista *Veja* (21 de ago. de 2013) | página do Facebook *Black Bloc SP* (23 de ago. de 2013).

A capa da edição de 21 de agosto de 2013 da revista *Veja* mostra uma ativista carioca, conhecida como Emma, com o dedo em riste e em primeiro plano. O fundo totalmente vermelho assemelha-se a um mar de sangue e é possível visualizar a sombra de uma caveira ao lado da mão direita da garota. A manchete diz: “O bando dos cara-tapadas: quem são os manifestantes do black bloc, que saem às ruas para quebrar tudo”. Dois dias depois de a revista chegar às bancas, ativistas publicaram uma sátira da capa de *Veja*, trazendo, no lugar da jovem, a fotografia de um policial da tropa de elite carioca, revelando uma oposição às forças militares. Na manchete da releitura, o texto: “O bando dos caras tapadas: quem são os policiais da tropa de choque, que saem às ruas sem identificação para quebrar todos”. O fundo vermelho e a sombra da caveira foram mantidos.

...

Agora que estão sendo fotografados, nominalmente citados e categorizados, os ativistas *black bloc* decidem se inserir explicitamente na disputa de sentido. Na fase do “surgimento”, não

percebemos enunciados de autoria declarada dos adeptos ao bloco negro. Já na etapa da “identificação”, eles sentem a necessidade de entrar no jogo simbólico, de defender seus pontos de vista e de mostrar suas versões dos fatos. É nesse sentido que é publicado na página *Black Bloc* BR no Facebook, um documento virtual intitulado “Manifesto *Black Bloc*” – uma espécie de cartilha contendo as diretrizes que regem a modalidade de ação direta. Já que diversos atores sociais se propuseram, nessa fase do acontecimento, a falar sobre eles, os próprios ativistas se viram no direito de expor publicamente a filosofia que seguem, sem o intermédio de jornalistas, intelectuais, imagens ou outras fontes de informação. Se a disputa de sentido já havia iniciado, era hora de um dos principais interessados no embate começar a mover suas peças (ou enunciados?) nesse tabuleiro discursivo.

Vejamos como o Manifesto *Black Bloc* tenta explicar as motivações políticas por trás dos atos de depredação:

O BB não é um grupo deliberadamente e randomicamente hostil. Nossa luta é contra as grandes corporações, instituições e organizações opressoras e em defesa de suas vítimas – de forma ativa. [...] O BB é organizado de forma horizontal e descentralizada – não temos líderes. Todas as decisões são pautadas de forma democrática e autônoma. Acreditamos que a forma mais eficaz de atingir grandes corporações, instituições e organizações opressoras dá-se no âmbito financeiro – daí o caráter hostil de nossas ações contra multinacionais e semelhantes.

Do mesmo modo, o ativista do estado de São Paulo, em entrevista concedida a nós, ressalta a inclinação política dos atos do bloco negro:

Podemos dizer que não existe tática BB sem os partidos anarquistas de orientações revolucionárias e internacionalistas. Por tal motivo, a motivação do BB é o Anarquismo como objetivo e a estratégia é se constituir em um braço direito do anarquismo, gerando movimentos anarquistas anticapitalistas.

Por outro lado, os veículos de comunicação abordam de diferentes maneiras a ação *black bloc* nesse momento. O jornal Hoje em Dia relata que adeptos ao bloco negro atacaram policiais militares violentamente. Citando um suposto depoimento de um ativista, O Dia afirma que o vandalismo é realizado para chamar a atenção. A revista Veja explica que a tática *black bloc* se afastou do objetivo inicial – o de servir de escudo humano para manifestantes. A Carta Capital narra a seguinte cena para dar uma ideia de como funciona esse tipo de ação: “Com um martelo em punho, uma jovem de rosto coberto vestida de preto tenta destruir um Chevrolet Camaro (de 200 mil reais) em uma concessionária na Avenida Rebouças, São Paulo”.

Como podemos ver, é o caráter destrutivo da tática – sua característica mais impactante – que se destaca nos enunciados identificadores. No entanto, é interessante notar a diferença de sentidos atribuídos a essa destruição. Quando evocada por seus defensores, a intervenção *black bloc* aponta para um cenário de lutas e reivindicações que trarão, ao final, importantes mudanças na estrutura social e econômica e, conseqüentemente, melhorias na vida da população. Quando criticada, aponta para um horizonte incerto e temido: “Integrantes dos *black blocs* já anunciaram que o pior ainda está por vir”, relata a revista *Veja*.

Diferenças também são detectadas no tratamento dado aos agentes de tais ações. Tratando os ativistas como um grupo, a revista *Veja* faz uma descrição dos participantes do bloco negro, detalhando origem, gostos, hábitos e até modos de se vestir.

Por trás dos lenços [...] estão principalmente moradores de periferia. Mas punks e egressos de movimentos sociais decadentes, como o MST, engrossam as fileiras do bando. Nessa combinação, a adesão dos primeiros – com suas calças justas e coturnos de cadarços pretos, vermelhos ou amarelos (os brancos são abominados pela associação com os inimigos neonazistas) – contribuiu para aumentar o grau de violência do grupo e levar para dentro dele outros elementos deletérios, como vinho barato e cocaína. Em São Paulo, completam a babel social estudantes de universidades como USP, PUC e Faap. Na semana passada, uma aluna de ciências sociais da USP engrossava o bloco do quebra-quebra calçando tênis da grife Farm, em média 250 reais o par. ‘É ótimo para manifestações’, justificava.

Bando, babel social, baderneiro, arruaça, tolerância a crimes, subproduto do anarquismo. Os adjetivos utilizados por *Veja* comprovam a intenção do texto de criminalizar os adeptos à tática. Postura muito semelhante à do jornal *O Dia*, que trata os ativistas como suspeitos que estão sendo investigados da polícia. Além disso, a matéria relata que, no Facebook, “a maioria dos *posts* na página [dos adeptos] incita a violência”. Carta Capital, apesar das críticas que faz, tenta aproximar a adjetivação dos ativistas ao que realmente caracteriza a tática. Vejamos dois enunciados encontrados na revista: “nem grupo nem movimento” e “jovens anarquistas anticapitalistas e antiglobalização, cujo lema passa por destruir a propriedade de grandes corporações e enfrentar a polícia”.

Para falar de si, os ativistas *black bloc* adotam um tom messiânico, redentor, qualificando-se como sujeitos aptos a lutar por quem acreditam precisar de libertação. No Manifesto *Black Bloc*, eles se colocam como defensores de vítimas de organizações e instituições que consideram opressoras: “Reconhecemos o pequeno empresário como vítima do sistema. Repudiamos e tentamos a toda força coibir atos que visam prejudicá-lo”.

...

Nesse segundo conjunto de enunciados, três outros atores aparecem. Os policiais militares são apontados ora como inimigos, ora como vítimas. De acordo com o Manifesto *Black Bloc*, as forças de policiamento só são vistas como rivais em ocasiões específicas. “A corporação policial torna-se nossa inimiga somente a partir do momento em que suas ações tomam caráter opressor ou repressor”. Já o ativista anônimo que entrevistamos é enfático: “A polícia no Brasil é violenta e corrupta [...] levou esta máfia armada na bandeira do brasão dos Bragança Paulista, chamada polícia militar, a dar um show de aviso a FIFA, realizando denúncias e prisões que só ocorreram porque eles não ganharam um troco”. A revista *Veja* critica a ação policial, por considerá-la ineficaz frente ao bloco negro: “a contar pela intensidade da ação policial e da disposição do grupo, inversamente proporcionais, isso [se livrar dos ativistas] não ocorrerá tão cedo”. Carta Capital menciona o fato de que pode haver policiais infiltrados entre os manifestantes *black bloc*. O jornal *O Dia* coloca os policiais como vítimas dos ataques dos ativistas.

As organizações/instituições globais são mostradas como grandes conglomerados inimigos dos ativistas *black bloc* e responsáveis pelas mazelas que o mundo capitalista causaria à sociedade. “Somos contra o monopólio de riquezas e a exploração das massas”, declara o Manifesto *Black Bloc*. A imprensa também é outro ator considerado inimigo pelos adeptos à modalidade de ação direta. O ativista anônimo entrevistado por nós opina sobre isso e concentra sua crítica nas Organizações Globo.

A mídia globo sionista, partidária dos opressores e das classes econômicas no poder, cumpre o seu papel manipulador e debocha da ética profissional e da neutralidade jornalística, levando o povo a usar de termos, como o vandalismo, e nem explica à população quem foram os povos vândalos, jogando com princípios da alienação para aplicar a discórdia e fragmentar o movimento social.

O a[ini]migo agora tem nome

Na fase da identificação, a disputa de sentido ganha novos contornos. Quando se conhece o inimigo, fica mais fácil apontar seus defeitos – ou qualidades, no caso do amigo.

Em primeiro lugar, devemos notar como a maior parte dos enunciados utiliza a expressão *black bloc* para adjetivar os adeptos e não à tática em si. A insistência em rotulá-los como um grupo revela a tendência em criar uma regularidade entre os atores sociais. Isso ajuda a entender objetivos e hábitos dos ativistas e também a prever comportamentos e ações –

especialmente porque estamos tratando de algo desconhecido pela maior parte dos enunciatários.

O principal caminho encontrado pelos locutores explicitamente contrários à tática para deslegitimá-la foi o da criminalização. Para *Veja*, os adeptos *black bloc* são criminosos, constituem um bando. Para *O Dia*, atacam policiais, são investigados, incitam a violência. Para Marilena Chauí, atacam pessoas e não objetos. Outra trilha seguida pelos enunciatários foi a da desqualificação dos ativistas. Chauí classifica-os como fascistas, sem visão revolucionária. A revista *Veja*, por sua vez, afirma que eles “não chegam a duas centenas por aqui”, “não sabem o que querem” e são consumidores de “vinho barato”. É interessante o uso dessa última expressão de *Veja* – uma tentativa curiosa de hierarquizar seres humanos pelo valor da bebida que consomem, algo que reflete bem o tom elitista comumente adotado pela revista. Paradoxalmente, a revista oscila entre ridicularizar os ativistas pelo alto padrão de consumo (o tênis caro) e pelo consumo barato (o vinho).

Por outro lado, os ativistas tentam satirizar o discurso que os condena – como na releitura da capa de *Veja* – e deslegitimar aqueles que denunciam como opressores do povo. Prova disso é o modo pelo qual eles se referem ao atual sistema capitalista, midiático e policial: sempre de forma bastante negativa.

Assim como ocorreu na fase do “surgimento”, também não encontramos uma narrativa linear na etapa da “identificação”. Apesar disso, como também percebemos no tópico anterior, a diferença do alcance e da influência das narrativas distintas é gritante. Um manifesto *black bloc*, divulgado no ambiente virtual, certamente não conseguirá ser ouvido da mesma forma que *Veja*, a revista semanal mais vendida no país.

Apesar disso, é interessante observarmos um grande veículo, como *Carta Capital*, dando lugar para um debate mais equilibrado. A revista, a propósito, chama a atenção para a recorrência, dentro da imprensa, de uma “abordagem simplista diante de um fenômeno complexo”. Mesmo assim, não deixa de explicar suas críticas, mas não da forma como fizeram *Veja* e *O Dia*.

[Invalidar ganhos de manifestações pacíficas é] um veredicto temerário, não só por instaurar o embate físico em detrimento do debate político como regra, mas por alimentar justamente a opressão combatida. Não sendo possível separar ativistas encapuzados de policiais infiltrados e com a expansão da tática, seria possível realizar no futuro ações diretas de massa

não violentas, sem embates violentos televisionados e criticados por setores amplos da sociedade?

Nesse trecho, a revista aponta o que considera algumas falhas da modalidade de ação direta: o esvaziamento do debate argumentativo, o incentivo à violência, a participação de manifestantes infiltrados e a ampla crítica da sociedade.

Essa possibilidade de um debate saudável dentro de um veículo de grande circulação é o primeiro ponto que gostaríamos de destacar após a análise desse conjunto de enunciados. O segundo é a importância de percebermos como, nessa fase do acontecimento, a discussão sobre a temática da violência continua tangenciando a disputa de sentido em torno da ação *black bloc*. Além de Carta Capital citar a violência policial como uma das causas para o surgimento da tática, o ativista anônimo que entrevistamos busca complexificar o sentido dessa palavra:

Quebrar vidros de bancos como um cenário de propaganda anticapitalista é ação direta; atirar contra manifestantes é violência. E te digo: estão atirando com armas de verdade e temos fotos e vídeos como prova disto. [...] Somos as vítimas e não os vitimadores.

Identificados, nomeados, contextualizados. Agora que os “manifestantes mascarados” ganharam um nome, resta para nós saber se a disputa de sentido seguirá revelando novos desdobramentos e penetrando novas camadas no debate público. Nesse sentido, os próximos conjuntos de enunciados materializam o embate simbólico em ações e consequências da presença do bloco negro pelo país afora.

4.3. A greve dos professores

Em oito de agosto de 2013, os professores da rede pública estadual e municipal do Rio de Janeiro iniciaram uma greve em busca de melhores salários, mudanças nos planos de carreira e em suas cargas horárias, além de redistribuição das disciplinas. Em setembro, os docentes chegaram a ocupar alguns prédios públicos e, nessas ocasiões, se queixaram de violência policial utilizada durante as operações de desocupação. A partir dos últimos dias de setembro e durante o mês de outubro, a situação se tornou mais tensa e os confrontos mais frequentes entre policiais e professores acampados em frente à Câmara de Vereadores – em um movimento que ficou conhecido como “Ocupa Câmara”.

Durante o Ocupa Câmara, ativistas *black bloc* decidiram se unir aos grevistas e permaneceram no acampamento com a intenção de apoiar os docentes. Com a presença dos adeptos ao bloco

negro, vieram também suas intervenções habituais: ataques a agências bancárias, depredação de empresas multinacionais e do patrimônio público.

Em 25 de outubro de 2013, a greve dos professores chegou ao fim. Mas a presença dos ativistas *black bloc* durante todo o movimento se tornou pauta para inúmeras matérias jornalísticas, dividiu opiniões e engrossou ainda mais a disputa de sentido acerca da tática bem como do que pode ou não ser considerado violência e vandalismo.

Neste terceiro conjunto de enunciados, vemos uma polarização de enunciatários que se dispõem a falar sobre a participação dos ativistas *black bloc* na greve dos professores do Rio de Janeiro. De um lado, os próprios docentes fornecem sua visão dos fatos. Do outro, textos jornalísticos tentam explicar para o público o que se passava na ocasião.

O primeiro grupo apoia e chega a agradecer a participação dos ativistas. O segundo constrói uma narrativa de oposição à inserção do bloco negro no movimento grevista, dando destaque para os atos de depredação e considerando essa participação como invasiva e danosa. Desse modo, temos grandes veículos de comunicação (Veja e TV Brasil) e os próprios protagonistas da greve (os professores) defendendo diferentes sentidos acerca do mesmo fenômeno.

O programa Repórter Brasil, da TV Brasil, de oito de outubro de 2013, insere a participação *black bloc* em uma narrativa de violência e destruição. Detalhando as intervenções dos ativistas, a matéria classifica a participação dos adeptos à tática como um desvio a um ato que começou pacífico.

Nas ruas ao redor da Câmara de Vereadores do Rio, hoje é dia de contabilizar os prejuízos provocados pelos atos de vandalismo que aconteceram no fim da manifestação de ontem à noite. [...] A Câmara de Vereadores amanheceu com as paredes pichadas e com várias janelas quebradas. [...] Do lado de fora, o grupo continuou atirando pedras e galões de gasolina na direção das janelas do prédio histórico. [...] A manifestação de ontem, organizada pelo Sindicato dos Professores, começou pacífica. Eles caminharam pela Avenida Rio Branco e exigiram melhorias salariais. No fim da passeata, cerca de 300 mascarados começaram a praticar atos de vandalismo.

A matéria da TV Brasil classifica os ativistas *black bloc* como vândalos e narra uma lista extensa de intervenções para mostrar as consequências da presença do bloco negro: “agências bancárias foram invadidas”, “o Clube Militar foi outro alvo”, “no momento de maior tensão, cerca de 200 pessoas arrombaram aquele portão”, “este homem pichou a fachada da Câmara dos Vereadores”, “um ônibus foi incendiado”, “lixeiros também foram queimadas” e mais

detalhamentos da passagem dos manifestantes pelo local onde se concentravam os grevistas. Os adeptos à tática são tachados como infiltrados no protesto pacífico dos professores e também como provocadores da polícia.

A matéria ainda aciona um transeunte para legitimar o discurso de oposição às intervenções *black bloc*. Mais uma vez, a intenção é mostrar a dicotomia entre um movimento legitimado (o dos professores) e outro não (do bloco negro).

A [manifestação] dos professores foi relevante; eu acho que os professores têm que manifestar mesmo. Agora, a destruição que houve dos vândalos que estavam infiltrados nessa manifestação não deveria ter ocorrido porque nem patrimônio público nem o patrimônio privado têm que ser depredado daquela maneira. Aquilo não é uma manifestação. Aquilo é um atentado até à segurança das pessoas que estavam perto.

Reinaldo Azevedo, colunista da revista *Veja* e do portal *Veja Online*, também destaca o “rastros de destruição” deixado nos protestos. O jornalista recorre ao contexto histórico do regime militar para defender a violência policial que os professores sofreram e ainda levanta dúvidas sobre as verdadeiras motivações dos grevistas: “É negociação o que quer essa gente? É evidente que não”, indaga o jornalista. Azevedo trata professores e ativistas *black bloc* como cúmplices do que ele considera vandalismo.

Tomei borrachada da ditadura porque queria democracia. Se há gente tomando borrachada da democracia, é muito provável que queira uma ditadura. E, vamos ser claros, é o que quer a miríade de esquerdistas que comanda o Sindicato dos Professores do Rio e que promoveu a baderna desta terça, em parceria com os vândalos do *black blocs*.

Do ponto de vista dos docentes, a interpretação dos fatos foi distinta. Enquanto os dois textos jornalísticos acima deram destaque apenas para o “rastros de destruição” deixado pelos ativistas, as falas dos professores presentes neste terceiro conjunto de enunciados exaltam a presença dos adeptos à tática *black bloc*. Dois líderes do movimento grevista que não foram identificados destacam a ação defensiva do bloco negro frente à repressão policial. Do alto de um carro de som, uma docente afirma: “Uma outra questão é os *black blocs*. No momento que a gente estava sendo atacado, eles tomaram uma atitude de solidariedade. Isso é muito importante”.

Percebemos, portanto, uma polarização dos discursos. Para ilustrar tal conclusão, trouxemos abaixo quadros da matéria veiculada na TV Brasil e fotografias de docentes presentes no Ocupa Câmara:

Figura 13 – quadros extraídos da matéria da TV Brasil.



FONTE: Programa Repórter Brasil, TV Brasil (8 de out. de 2013).

Figura 14 – professores demonstram apoio aos ativistas *black bloc*.

FONTE: Tânia Rego/Agência Brasil (9 de out. de 2013)| Carlos Ivan/Agência O Globo (1º de out. de 2013).

Em sentido horário, o primeiro quadro retirado da matéria da TV Brasil (fig. 13) mostra o protesto dos professores seguindo “ordeiramente”. No segundo quadro, como contraponto, há um ativista *black bloc* depredando uma das paredes da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro – um atentado ao prédio histórico, conforme o próprio repórter narrou. A última imagem mostra o que teria sido o resultado da presença do bloco negro: no dia seguinte, foi preciso muito trabalho de limpeza nos locais depredados. Em nenhum momento, a matéria da TV Brasil mencionou o apoio dos professores aos ativistas *black bloc*.

Tal apoio pode ser comprovado pelo segundo conjunto de imagens (fig. 14). Na primeira foto, uma docente exhibe um cartaz com os dizeres: “Prefiro ser black-prof do que ser apanha-prof”, em uma referência à violência policial sofrida pelos docentes durante a greve. Na segunda

fotografia, outra participante do movimento segura um cartaz com a mensagem: “A nossa luta unificou. É black bloc. É professor”.

Novamente, a polícia militar aparece em nossos conjuntos de enunciados. No episódio da greve dos professores, ela é classificada como vítima pelo colunista Reinaldo Azevedo: “Polícia violenta? Cinco pessoas se feriram nos confrontos — quatro são policiais”. No programa Repórter Brasil, a ação policial é narrada como uma reação: “O grupo invadiu agências bancárias. A polícia reagiu com bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo”.

Por sua vez, os docentes acusam a PM de agir de forma violenta e desproporcional contra os participantes do movimento grevista. Exaltando a intervenção defensiva do bloco negro, um dos professores que discursava no carro de som compara os militares a soldados nazistas que, à época, alegavam estar apenas cumprindo ordens quando matavam os judeus.

E para a galera que tem coragem de defender os policiais que bateram nos professores, eu vou pedir para vocês pensarem numa coisa: os soldados nazistas também só cumpriam ordens, como os policiais. Policiais militares, vocês também vão eximir de culpa os nazistas? Também vão dizer que eles só seguiam ordens? Eu espero que, depois de sábado, todos entendam que a polícia não reprime vândalo, não reprime arruaceiro; reprime o povo.

Black bloc: anjo da guarda ou infiltrado?

Como podemos ver até agora, em praticamente todos os episódios protagonizados pelo bloco negro um mesmo fato é visto, entendido, interpretado e explicado de formas distintas. As camadas de significação se chocam e não são capazes de formatar um sentido único a respeito tanto dos adeptos à tática quanto da sua atuação. Mas, dentre os episódios que analisamos até agora, talvez a greve dos professores tenha sido o que apresentou um discurso mais polarizado: a participação *black bloc* foi condenada ou foi exaltada, sem nuances intermediárias de interpretação, sem relativizações encontradas por nós.

Para os que desaprovaram a participação dos ativistas no movimento grevista, um recurso narrativo já conhecido foi novamente acionado: nas Jornadas de Junho, era comum ouvir frases como “os protestos começaram pacíficos, mas acabaram em confusão ao final por causa de uma minoria de vândalos”. No caso da greve docente no Rio de Janeiro, a semântica elencada foi semelhante: “no movimento legítimo de professores, vândalos se infiltraram para promover o caos nas ruas cariocas”.

O que nos chama a atenção é como as narrativas que condenaram o bloco negro desconsideraram totalmente os episódios em que ativistas defenderam professores dos excessos policiais. Este fato foi simplesmente deixado de lado para a construção de enunciados afirmando determinada posição na disputa de sentido.

Outro ponto que merece destaque nesse conjunto de enunciados é a tentativa dos dois professores que discursaram do carro de som em desconstruir a imagem que alguns têm a respeito dos ativistas e de complexificar os sentidos acerca do termo “vândalo”.

Eu espero que, depois de sábado [28 de setembro de 2013, quando professores foram expulsos pela polícia da Câmara dos Vereadores], vocês tenham entendido que o inimigo de vocês não é o mascarado, não é o black bloc, não é o cara que, pela mídia, é chamado de vândalo, de arruaceiro. O inimigo do povo não está entre o povo.

A seguir, veremos um último episódio que fez crescer ainda mais o debate discursivo em torno da tática e dos temas que a tangenciam. A morte do cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Andrade, atingido por um rojão enquanto cobria um ato *black bloc*, foi, sem dúvida, o fato que mais acirrou o embate simbólico, intensificou o debate público e impôs caráter de urgência ao processo de nomeação, categorização e enquadramento dos atores e ações envolvidos na disputa de sentido, bem como da resolução do quadro problemático instaurado pelo acontecimento.

4.4. A morte do cinegrafista

No dia 6 de fevereiro de 2014, o centro da cidade do Rio de Janeiro foi palco de uma manifestação contra o reajuste da tarifa do transporte público. O protesto começou na Candelária e, de lá, os participantes partiram em direção à Central do Brasil. Na praça localizada bem em frente à estação, o ato continuou em meio a focos de incêndio, bombas de gás lacrimogêneo e o costumeiro confronto entre polícia militar e ativistas *black bloc*.

Nessa mesma praça, o cinegrafista Santiago Andrade captava imagens para a TV Bandeirantes, emissora para a qual trabalhava. Um rojão disparado em meio ao tumulto atingiu a cabeça do profissional. Santiago foi hospitalizado e, quatro dias depois, teve sua morte cerebral declarada.

O falecimento de Santiago de Andrade suscitou uma ampla cobertura da imprensa. Diversos veículos de comunicação lamentaram a morte do profissional e consideraram o fato como um grave atentado à liberdade e ao direito de exercer a função jornalística. Pressionados pela

intensa visibilidade midiática, as forças policiais rapidamente prenderam dois rapazes que teriam transportado e acendido o rojão que vitimou o cinegrafista – Caio Souza e Fábio Raposo, que permaneciam presos até o momento em que essa dissertação era escrita.

Caio e Fábio estavam com os rostos cobertos durante o protesto na Estação Central do Brasil e, automaticamente, foram categorizados como adeptos à tática *black bloc*. A partir desse episódio, praticantes dessa modalidade de ação direta se tornaram inimigos nacionais. Ganharam força os projetos de lei que versavam sobre a proibição do uso de máscaras em manifestações, sobre crimes de terrorismo e coibição da “violência nos protestos”.

A disputa de sentido que vinha se desdobrando desde as Jornadas de Junho do ano anterior tomou uma guinada em fevereiro de 2014 com a morte de Santiago. A questão não era mais discutir a legitimidade ou não da tática, mas sim frisar o fato de que os ativistas carregavam, no currículo, a morte de um trabalhador.

Enquanto o discurso de criminalização da tática ganhava força, ativistas e outros atores sociais tentavam se defender e complexificar as circunstâncias que levaram ao ocorrido com Santiago. O episódio da “morte do cinegrafista” talvez tenha sido o que originou mais elementos narrativos de todo o *corpus* que elencamos para analisar a disputa de sentido – provavelmente pelo choque causado na população, pela intensa cobertura midiática e pela consequência tão trágica.

...

Criminosos. Assassinos. Destruidores de família. Lixos. Os termos acionados para classificar os ativistas (por quem os consideravam culpados pela morte de Santiago) foram fortes. Essa postura foi adota por veículos jornalísticos, mas também por cidadãos comuns que se expressaram por meio da rede social Facebook.

O Correio Braziliense, de 11 de fevereiro de 2014, trata a atuação do bloco negro utilizando um termo impactante: selvageria. A palavra remete à irracionalidade, animalidade. Não é à toa que o texto completo diz que “a selvageria que expulsou das ruas manifestantes pacíficos atingiu o ápice ontem...”, remetendo a uma narrativa que mostra, de um lado, sujeitos “selvagens” que atacam e, do outro, vítimas “pacíficas” que precisam sair dos protestos para fugir de tal ameaça.

Quando o jornal Correio Braziliense utiliza a palavra “ápice”, ele tenta inserir a presença dos ativistas *black bloc* nas ruas brasileiras em uma narrativa, recorrendo a fatos passados, realizando uma retrospectiva da atuação do bloco negro – e de suas consequências – para dizer que, mais certo ou mais tarde, algo dessa natureza iria ocorrer. Tal recurso narrativo também foi utilizado por um internauta que deixou um comentário na página do Facebook *Black Bloc* RJ: “Assassinos, vocês precisam de um cadáver para entender que isso nunca foi um movimento legítimo? Vocês são moleques, irresponsáveis, vândalos, e agora criminosos”. A costura discursiva revela que o resultado trágico se deve ao modo como a ação *black bloc* vinha até então se desenrolando pelo Brasil. A morte de Santiago parece ter consolidado o caráter de ilegitimidade da tática que alguns atores sociais já atribuíam a ela há algum tempo.

O jornal Tribuna da Bahia e a revista *Época* tentam criar uma espécie de opinião coletiva, uma mobilização de brasileiros contra a tática. O veículo baiano traz, em sua capa de 11 de fevereiro de 2014, o seguinte texto: “Repulsa aos Black Blocs. Indignação toma conta das ruas do país contra a violência e a truculência dos Black Blocs...”. A tática é declarada inimiga do Brasil e até mesmo da democracia. Precisaria, definitivamente, ser extinta das ruas. A *Época*, em 17 de fevereiro de 2014, traz o seguinte argumento:

Eles [os ativistas] transformaram em meta o vandalismo contra governo, polícia, imprensa, bancos, estabelecimentos comerciais, monumentos – e tudo aquilo que possa estar associado às instituições democráticas. [...] Para interrompê-la, os abusos precisam ser punidos de todos os lados – e eles têm sido pouco castigados, apesar dos muitos flagrantes.

As imagens também foram outro elemento discursivo bastante utilizado pelos veículos que acabamos de citar, a fim de construírem sentidos específicos sobre o fato. Por se tratar de uma morte violenta, as imagens nesse conjunto de enunciados são fortes, impactantes e muitas delas mostram Santiago bastante ferido. Abaixo, mostraremos como as capas dos jornais Correio Braziliense, Tribuna da Bahia e uma publicação no Facebook da página *Black Bostas* ilustram o ocorrido.

Figura 15 – capa do jornal Correio Braziliense.



FONTE: Correio Braziliense (11 de fev. de 2014).

Figura 16 – capa do jornal Tribuna da Bahia.



FONTE: Tribuna da Bahia (11 de fev. de 2014).

Figura 17 – publicação da página “Black Bostas” no Facebook.



FONTE: página “Black Bostas” (11 de fev. de 2014)

A manchete do Correio Braziliense (fig.15) traz a expressão *Black Blood* (sangue negro) e a foto do momento exato em que a cabeça de Santiago é atingida pelo rojão. A palavra *blood* foi inscrita em vermelho, por meio de uma grafia e uma estética que se assemelha ao sangue escorrendo. Assim, o bloco deixa de ser negro e passa a ser o bloco do sangue – o mesmo responsável pela explosão que acomete Santiago no registro da foto.

Tribuna da Bahia (fig. 16) elegeu a cor preta para sua edição de 11 de fevereiro – o que nos faz lembrar tanto do bloco negro quanto de um momento de luto. É interessante observar a composição de imagens que o veículo elege para essa capa. À esquerda da capa, vemos ativistas em ação, pulando catracas do metrô. O registro realizado de baixo para cima coloca os adeptos à tática em um ângulo que lembra a posição de ataque. Como contraponto, a imagem à direita mostra Santiago no chão, vitimado, sagrando, desacordado e sendo socorrido por algumas pessoas.

Na publicação da página *Black Bostas* (fig. 17), a imagem é ainda mais reveladora da posição na disputa de sentido: a fotografia impactante mostra Santiago completamente ensanguentado, sendo carregado por policiais e outros indivíduos que têm uma expressão de completo pavor. Na legenda, a frase: “Black Bloc assassinos”.

Após a morte de Santiago, o sentimento de representatividade daqueles pelos quais os ativistas dizem lutar foi arranhado. “Seus lixos, ninguém do povo outorgou procurações a vocês para virem nessa página e dizerem que ‘estamos agindo em nome do povo, o povo está revoltado’”, comentou um internauta na página do Facebook *Black Bloc RJ*.

Por sua vez, os ativistas e defensores da tática *black bloc* tentaram inserir a tragédia em um contexto maior, retirando seu aspecto de fato isolado e traçando uma narrativa que evocava

outras mortes ocorridas durante os protestos. Para eles, o falecimento de Santiago foi uma fatalidade, mas que estava inserida em um enredo que continha elementos diversos, como abuso policial, assassinatos não esclarecidos e diferença no tratamento das vítimas. Para compor o enredo, até mortes ocorridas fora do âmbito das manifestações foram lembradas. Vejamos o que a página do Facebook *Black Bloc RJ* publicou no dia em que a morte cerebral do cinegrafista foi anunciada:

Minhas condolências! Quero deixar minhas condolências à família do repórter cinegrafista da Band, Santiago! Quero também deixar minhas condolências às famílias dos dois protestantes mortos pela polícia que já não lembramos mais os nomes. Quero deixar minhas condolências aos jornalistas, ativistas e transeuntes que ficaram cegos pelas balas de borrachas e bombas da polícia de junho para cá, que já esquecemos os nomes e a quantidade. Quero deixar minhas condolências ao manifestante que desapareceu, e que até hoje, assim como o Amarildo, ninguém sabe do corpo, mas que neste caso, nem há responsáveis ainda. Quero deixar minhas condolências às mulheres de famílias de mortos pela polícia, inocentes que se vão todo ano, somente nas comunidades do Rio de Janeiro! Por fim, quero deixar minhas condolências a esse país, por seu povo ignorante e alienado, que agora discute um caso isolado como se fosse o todo da questão!

Dias depois, na mesma página, os ativistas também tentaram utilizar recursos visuais para defender sua posição na disputa de sentido:

Figura 18 – publicação na página “Black Bloc RJ” no Facebook aborda a questão da morte de Santiago.

URGENTE
Descoberto os assassinos do cinegrafista da Band.

- são as mesmas pessoas que permitem que sejam assassinadas mais de **50 mil** pessoas por ano no Brasil...
- são as mesmas pessoas que permitem que mais de **50 mil** pessoas morram no trânsito caótico do Brasil...
- são as mesmas pessoas que transformaram a saúde pública do Brasil em um verdadeiro **CORREDOR DA MORTE..**
- são as mesmas pessoas que **roubam bilhões** do Brasil desviando dinheiro da Saúde, Educação, segurança, infra estrutura Etc.

são as mesmas pessoas que atreves de sua influencia, desinformam, tiram a atenção do que realmente esta acontecendo no pais e iludem o povo a eleger sempre os mesmos políticos..

Black Bloc RJ
Curtiu · há 9 horas

Algo mais a declarar (!?)

Curtir · Comentar · Compartilhar

551 pessoas curtiram isso. Principais comentários

286 compartilhamentos

Os "vândalos" que aterrorizam as ruas brasileiras são os mesmos "terroristas" que aterrorizam as famílias americanas... (Farça midiática, estatal)
Curtir · Responder · há 9 horas

eu queria que respondessem pelo menos algumas dessas questões, se for possível, agradeço antecipadamente:
Não vi nenhum black bloc protestando junto com os Sem Teto ou junto com os Sem Terra... Ver mais
Curtir · Responder · há 6 horas · Editado

2 Respostas · há ± 1 hora

Um rojao. 242 mortos. Ninguem punido. Santa maria RS
Curtir · Responder · há 7 horas

vdd ...
Curtir · há 2 horas

FONTE: página *Black Bloc RJ* (17 de fev. de 2014).

Na imagem acima, podemos ver uma composição de imagens contendo a foto de Santiago ferido, uma pessoa morta no chão, um acidente de trânsito e pacientes deitados no chão de hospital. Na legenda, está escrito:

Urgente. Descoberto os assassinos do cinegrafista da Band. São as mesmas pessoas que permitem que sejam assassinadas mais de 50 mil pessoas por ano no Brasil. São as mesmas pessoas que permitem que mais de 50 mil pessoas morram no trânsito caótico no Brasil. São as mesmas pessoas que transformaram a saúde pública do Brasil em um verdadeiro corredor da morte. São as mesmas pessoas que roubam bilhões do Brasil, desviando dinheiro da saúde, educação, segurança, infraestrutura etc. São as mesmas pessoas que através de sua influência, desinformam, tiram a atenção do que realmente está acontecendo no país e iludem o povo a eleger sempre os mesmos políticos.

Em outra publicação no Facebook, o professor Pablo Ortellado, da Universidade de São Paulo, deixa claro que não é a favor da tática *black bloc*. Mas, para construir sua narrativa a respeito da morte de Santiago, recorre às origens históricas da modalidade de ação a fim de minimizar a culpa dos ativistas no episódio. O intelectual ainda acrescenta ao seu enredo uma possível ação orquestrada que estaria, primeiramente, criminalizando o bloco negro para, posteriormente, permitir que a polícia endureça a reação junto aos adeptos à tática.

Gostaria também de deixar registrada minha solidariedade ao Black Bloc, que está sofrendo um massacre [...] enquanto a polícia prepara uma reação que promete ser muito dura. Até onde sei, o rapaz que soltou rojão não utilizava a tática Black Bloc, não apenas porque declaradamente não o fazia, como porque a tática Black Bloc tem regras que ele não seguia: não agredir pessoas e limitar a destruição de propriedade a grandes empresas. [...] A tática Black Bloc tem uma história e um propósito e não há nada de irracional nela – e mais: é uma tática que, na sua roupagem americana, é integralmente não violenta, já que é orientada à destruição de objetos e não de pessoas.

Alguns internautas sugerem melhorias para a modalidade de ação direta. Em tom um pouco mais ameno, uma pessoa aponta na página do Facebook *Black Bloc RJ* a sequência de erros que teria culminado na tragédia que acometeu Santiago:

Há muito tempo, venho falando que se perdeu aquele espírito de equipe, que alguns BBs fazem coisas que comprometem a tática, os companheiros... sei que não tem comando, mas tem que ter organização, separar o joio do trigo, black blocs deveriam ser heróis e não serem taxados de marginais, continuo tendo orgulho da tática black bloc, mas vocês têm que atentar para os desvios de conduta, para os infiltrados... agirem para defesa de reais manifestantes, BBs não são manifestantes!!! Eles são a proteção, os anjos da guarda dos manifestantes contra a truculência da PM... se não tem manifestante sofrendo qualquer tipo de violência, a função da tática deixa de existir. [...] Há de se pensar o que fazer a partir de agora e como agir.

Na mesma página, outro internauta comenta:

Acho que tudo isso é uma lição para vocês pensarem alguns aspectos da sua atuação. Horizontalidade não significa falta de organização ou treinamento. Espontaneísmo pode ser divertido ou emocionante, mas, para quem quer algo mais que diversão, precisa desenvolver o trabalho coletivo. Quem quer sinceramente fazer revolução, precisa ter disciplina, estratégia e não apenas uma tática.

Percebe-se que ambos os comentários apontam para a urgência de reformulações na tática e na sua condução para que ela continue existindo dentro dos moldes originais e não ofereça novos riscos em suas atuações.

...

Nesse mosaico de enunciados, a polícia militar também aparece como ator social. Os ativistas e administradores da página do Facebook *Black Bloc* RJ e alguns internautas que deixaram comentários no espaço destacam o caráter violento da corporação. Já a revista *Época*, em tom crítico, publicou que “o despreparo policial realimenta a violência dos ativistas”. Como dissemos acima, o professor Pablo Ortellado acredita que uma ação policial mais dura estaria sendo preparada para acabar de vez com a atuação do bloco negro nas ruas. A atitude governamental também é destacada pelo jornal *Correio Braziliense* e pela página do Facebook *Black Bloc* RJ. Pelo primeiro enunciatário, a conduta do governo é considerada ineficiente ao não garantir a segurança da população durante os protestos. No segundo caso, a publicação dá a entender que os governantes são assassinos quando não conseguem evitar mortes no trânsito, no sistema de saúde pública, entre outros – em uma tentativa de complexificar as noções de violência e vandalismo.

O rojão, o mártir e o inimigo do povo

Um fato pode ser observado nesse quarto e último conjunto de enunciados do nosso *corpus*: se, até então, a tática *black bloc* vinha sendo tratada por alguns atores sociais como uma ameaça, após a morte de Santiago de Andrade ela se materializou na figura do mal.

Mesmo que o discurso dos ativistas e de outros indivíduos tentassem complexificar as circunstâncias que levaram à tragédia e mostrar que Caio Souza e Fábio Raposo não seguiam o que caracteriza a tática *black bloc* (vestimentas, alvos, comportamento), os elementos que compõem o lado oposto da disputa de sentido são demasiadamente mais fortes: temos agora um mártir das manifestações, a morte de um homem inocente. Não há discurso que consiga

deslocar o sentimento de comoção (e ódio, ao mesmo tempo) que tomou conta do imaginário social mediante as fotografias do rojão explodindo na cabeça do cinegrafista ou da vítima completamente ensanguentada no chão.

Certamente, inúmeros sujeitos concordaram e adotaram uma postura menos criminalizatória e mais problematizadora, mas, pelo menos em nosso conjunto de enunciados, o discurso que expressa essa posição não encontrou igual espaço ao que sentenciou a modalidade de ação direta como inimiga número 1 do Brasil naquele momento. Sem dúvidas, as imagens – mesmo as igualmente impactantes – e os argumentos acionados pelo bloco negro não obtiveram o mesmo peso do que uma capa da revista *Época*, de um jornal *Correio Braziliense* e da reverberação de uma tragédia que ocupou, por dias, os principais veículos jornalísticos do país.

Mesmo que de forma não planejada, esse episódio revela elementos discursivos propícios à narrativa religiosa. É possível perceber a figura do bem (a busca por um país melhor, manifestantes “pacíficos” marchando em união e o mártir Santiago) e do mal (os ativistas e sua tática). Na disputa de sentido sobre a morte do cinegrafista, os enunciatários também acionaram valores amplamente aceitos pela sociedade brasileira. Vejamos:

Tabela 4 – enunciados referentes à morte do cinegrafista revelam valores socialmente aceitos no Brasil.

VALOR	ENUNCIADO	AUTOR
Família	<p>“Ele são destruidores de família”.</p> <p>“Meu nome é Vanessa Andrade, tenho 29 anos e acabo de perder meu pai”.</p>	<p>Página “<i>Black Bostas</i>”</p> <p><i>Correio Braziliense</i></p>
Trabalho	<p>“Bora arranjar emprego... arrumar uma ocupação e deixar o povo em paz”.</p> <p>“Vocês são uns desocupados”.</p> <p>“Ser os olhos de todos nós era o trabalho do jornalista e cinegrafista Santiago Andrade, da Rede Bandeirantes de Televisão”.</p>	<p>Internauta que comentou na página <i>Black Bloc RJ</i></p> <p>Internauta que comentou na página <i>Black Bloc RJ</i></p> <p><i>Revista Época</i></p>
Ordem	<p>“Quem quer sinceramente fazer revolução, precisa ter disciplina...”</p> <p>“A selvageria que expulsou das ruas manifestantes pacíficos [...] O caso põe em xeque a capacidade dos governos federal e estadual de garantir a segurança da população em manifestações”.</p> <p>“Para interrompê-la, os abusos precisam ser punidos de todos os lados – e eles têm sido pouco castigados, apesar dos muitos flagrantes”.</p>	<p>Internauta que comentou na página <i>Black Bloc RJ</i></p> <p><i>Correio Braziliense</i></p> <p><i>Revista Época</i></p>

Apesar da desproporcionalidade dos lados da disputa de sentido, nosso quarto conjunto de enunciados revelou que, mais uma vez, as abordagens sobre a tática *black bloc* invariavelmente suscitam uma discussão a respeito dos sentidos de violência e vandalismo – o que pode ser visto em vários dos enunciados acima.

Neste ponto do nosso trabalho, percebemos como a disputa de sentido em torno da tática *black bloc*, bem como dos termos “violência” e “vandalismo”, contou com várias nuances, diversas camadas de significação, elementos discursivos distintos e estratégias as mais variadas. Alguns episódios deram novo fôlego ou novos rumos para esse embate simbólico. Acreditamos que a riqueza dessa empiria que até aqui destrinchamos ainda tem muito a oferecer.

Por isso mesmo, após realizar a leitura dos conjuntos de enunciados concernentes à disputa de sentido por meio das cinco categorias analíticas, partiremos, agora, para outro passo, a fim de responder as indagações que ainda pairam sobre o problema de pesquisa. Para tal, utilizaremos como norte três conceitos operadores que guiarão o foco da nossa análise: violência, política e poder simbólico/discurso.

5. PARA ALÉM DA DISPUTA DE SENTIDO

Vimos até aqui que o aparecimento da tática *black bloc* na cena pública brasileira pode ser compreendida como um acontecimento. O fenômeno chegou e desestabilizou a ordem, especialmente a ordem vigente (afinal, não fomos sempre um país cordial, onde o consenso prevalece?), mas também a ordem tão almejada pelos manifestantes considerados pacíficos. O bloco negro surgiu como um incômodo que abriu para diversas frentes e nos fez parar para pensar em possíveis futuros cenários.

Frente ao acontecimento, narrativas totalizantes já não davam conta de contemplar a multiplicidade do evento e de percepções que os atores tinham a respeito dele. E é nesse sentido que nasceu a disputa de sentido em torno da modalidade de ação direta e de seus autores.

Ao longo do embate simbólico, percebemos várias tentativas de construções semânticas tanto sobre a tática *black bloc* quanto sobre pontos que a tangenciavam – especialmente a violência e o vandalismo. No desenrolar do debate público ocorreram novos episódios e elementos diversos foram acrescentados, forçando-nos a reorganizar a narrativa sobre o quadro que se colocava à nossa frente.

A disputa simbólica balançou o espectro de sentidos da violência. Se, em certo grau, posturas que criminalizavam a tática *black bloc* ficaram ainda mais duras, isso apenas comprova que, certamente, as coisas não permaneceram como antes. Nosso exemplo pessoal citado no começo deste trabalho ilustra bem isso. Não que nós tenhamos nos tornado defensores cegos da tática, mas, com certeza, ela abriu novas possibilidades de interpretação.

Uma dessas novas possibilidades merece destaque: inscrito na cena pública sob o rótulo da violência, o acontecimento suscitou a discussão do próprio sentido dessa palavra. Do mesmo modo, foi permeado por um cenário político que colocava em jogo distintos projetos de mundo. Frente a essas discordâncias e perspectivas diversas, o acontecimento fez falar e, nesse cenário, percebemos o atravessamento de vozes que almejavam deter a legitimidade do discurso a fim de dar sentido ao fenômeno e aos seus desdobramentos. Em resumo: almejavam o poder simbólico.

Consideramos três conceitos da nossa exploração teórica como aspectos importantes para pensar tal fato: a violência, a política e o poder simbólico/discurso. Em razão disso,

buscaremos agora continuar nossa análise, complementando a leitura desenvolvida a partir do uso das cinco categorias (narradores, ação, agentes, imagens, avaliação). Resgatando os achados trazidos até aqui, acreditamos que, no intuito de continuarmos respondendo às indagações do nosso problema, os três conceitos operadores poderão abrir frestas para novas descobertas nos conjuntos de enunciados do nosso *corpus*.

Gostaríamos de iniciar destacando alguns resultados que dizem respeito à temática da violência. Como foi possível observar, os enunciados contidos nos quatro conjuntos de fragmentos discursivos explorados não contêm um quadro semântico uniforme a respeito desse assunto. Na disputa de sentido, encontramos, basicamente, três tipificações da violência.

O tipo de violência mais recorrente nos enunciados e que gostaríamos de apontar primeiramente é aquele que se refere ao uso da força física, provocando danos inesperados em pessoas e em objetos. Sem dúvida, essa foi a semântica majoritária acionada, principalmente para se referir à modalidade de ação direta *black bloc* – revelando que este ainda é um sentido central na sociedade brasileira quando acionamos o vocábulo.

Esse tipo de violência é conceituada por Yves Michaud como aquela que expõe um traço material (um elemento de força identificável); Maffesoli classifica-a como dissidente, ilegal, anômica, uma postura de recusa. Slavoj Žižek chama-a de subjetiva, ou seja, “percebida como uma perturbação do estado de coisas ‘normal’ e pacífico”, notada pelas outras pessoas como “explosões irracionais” (ŽIŽEK, 2014, p. 18).

Gostaríamos de chamar a atenção para duas palavras elencadas por Žižek neste trecho: “percebida” e “explosões”. Os dois vocábulos dizem muito do modo como essa modalidade de violência foi tratada na disputa de sentido que analisamos.

A violência material ou subjetiva é considerada violência apenas devido à existência de uma *percepção* social que corrobora com isso. A pichação do muro de um prédio público, a quebra da vidraça de uma agência bancária e a depredação de um carro estacionado no meio da rua pelos ativistas da tática *black bloc* são rotulados como violência pois consta no consenso social que essa é a categorização que lhes cabe. É socialmente, juridicamente e moralmente compartilhado o sentido de que há determinados limites normativos e comportamentais – não destruir uma coisa que não é sua, por exemplo – que devem ser seguidos para conseguirmos viver em sociedade. Atos que ultrapassem tal delimitação são, portanto, denominados violência. “[...] Nem patrimônio público nem o patrimônio privado têm que ser depredados

daquela maneira”, opinou um cidadão entrevistado pelo programa Repórter Brasil, da TV Brasil. É uma semântica cultural e coletivamente aceita e *percebida* com elementos muito consolidados de repúdio e condenação.

No sentido socialmente aceito sobre a violência, a palavra “explosões” também é muito significativa. Atos de violência são sempre acontecimentos (irrompem em uma normalidade) e classificados como irracionais (inaceitáveis, já que somos animais dotados de capacidade argumentativa). Não é à toa que apareceram palavras e expressões, nos conjuntos de enunciados, próximas ao significado de animalidade para falar dos ativistas e de suas ações diretas – selvageria, momentos de fúria, bando, ataque – e de imprevisibilidade – quem são, contra a vontade da maioria, pegou carona nos protestos.

Sendo elemento indesejado, a presença da violência na cena pública suscitava projeções de consequências caóticas por parte da maioria dos enunciatários. “Cem marginais destruíram a nossa cidade”, dizia em tom de revolta um manifestante entrevistado pelo Globo Repórter. No mesmo programa, o comentarista de segurança pública, Rodrigo Pimentel, alertava: “Esse grupo faz toda a diferença no protesto. O protesto pode virar uma tragédia...”.

Para corroborar com esse sentido, as imagens mostravam as vítimas desse tipo de violência: policiais acuados que fugiam ou tentavam se defender, o cinegrafista Santiago de Andrade completamente ensanguentado, ruas e prédios totalmente destruídos.

A presença dessa violência instaurou um quadro problemático que mobilizou diversos sujeitos sociais no sentido de sanar a situação. Era preciso retornar aos parâmetros e limites circunscritos pelo que é socialmente aceito. Primeiramente, coube à polícia militar tentar normalizar o quadro e excluir o elemento indesejado dos protestos. A imprensa também se empenhou bastante na tarefa. “Será que o movimento consegue se afastar desse vandalismo? A grande maioria repudia a destruição”, atestava Sergio Chapelin, no programa Globo Repórter. Outros atores – até mesmo não institucionais – se envolveram na tarefa. A manifestante Jaqueline Toledo, no programa Profissão Repórter, afirmou: “Nós fizemos uma comissão para [...] que não depredassem monumento histórico, para que não agredissem a imprensa e para que não envolvessem os civis ao redor”.

Ao mesmo tempo, essa violência que irrompeu nas ruas brasileiras deu origem à discussão e complexificação do termo. Paradoxalmente, as mesmas ações *black bloc* receberam outro tipo de conotação. Alguns atores sociais defenderam uma semântica para esse tipo de ato que

remete ao que Walter Benjamin chama de “violência divina” ou libertadora, ou ainda aquela que contém um componente imaterial, conforme argumentou Yves Michaud.

Esse tipo de violência seria uma reação, uma forma de provocar ou ao menos almejar mudanças, seja “em um aumento de 20 centavos no preço da passagem, seja na instauração de um novo regime”, de acordo com a publicação do blogueiro Juno. O que os agentes dessa violência reivindicam é a deslegitimação, exposição ou destituição daquilo que consideram como configurações de mundo opressoras. Essa configuração – ou instituição arbitrária de mundo – se aproxima da noção de violência fundadora (Michaud; Maffesoli), violência mítica (Benjamin) ou violência objetiva (Žižek).

Nos conjuntos de enunciados, a violência objetiva é personalizada nas figuras do aparelho repressor do Estado (detentor do monopólio da violência), do sistema capitalista ou do atual governo brasileiro (por não oferecer serviços públicos de qualidade). Por isso mesmo, ao tentar desconstruir o rótulo de assassinos de Santiago Andrade, os ativistas *black bloc* recorreram à divulgação de imagens de pessoas deitadas em corredores de hospitais ou fotografias de políticos que, na opinião deles, roubariam recursos do povo brasileiro. Até então, falar de violência no Brasil nos remetia, principalmente, à criminalidade urbana. Talvez essa tenha sido a primeira vez na história do país que o assunto foi debatido tão intensamente na cena pública e tenha apontado para novas camadas conotativas para além do sentido hegemônico.

Por isso mesmo, a violência simbólica também apareceu na disputa de sentido. Essa tipificação proposta por Žižek refere-se a um dos braços da violência objetiva e reúne todas as imposições de linguagem, de sentido e de nomeações. E o que não foi a disputa de sentido se não, basicamente, uma disputa a respeito de rótulos – tanto a respeito da ação *black bloc*, de seus adeptos e das palavras violência e vandalismo? De um lado, alguns atores sociais tentavam expor a arbitrariedade que consideravam fazer parte das nomeações dadas aos ativistas, da conotação fornecida a um ato ou a quem é violento. Do outro, o sentido majoritário tentava ser reafirmado por aqueles que corroboravam com ele. Para uns, a nomeação era violenta. Para outros, era justamente nomeando que conseguiríamos nos livrar da violência que pegou todos de surpresa.

Nesse jogo de interesses e pontos de vista, a política se fez presente no sentido que temos adotado para o termo neste trabalho – uma ação que reúne esforços a fim de transformar ou

manter determinada configuração de mundo. Acreditamos que, nesse ponto do trabalho, está claro o ideal político de sociedade que os ativistas *black bloc* compartilham: fundados nos pressupostos anarquistas, são contra o Estado, seu aparelho repressor (polícia), o sistema capitalista, bem como as grandes corporações midiáticas. Conseguimos identificar também outro tipo de configuração de mundo almejada e presente nos fragmentos discursivos dos conjuntos de enunciados: mesmo não propondo alterações tão radicais, vários atores sociais almejavam serviços públicos de melhor qualidade e uma coletividade amparada na ordem, na união e na pacificidade. Enquanto o primeiro grupo utilizou prioritariamente a violência como ferramenta, o segundo recorreu a argumentos no espaço midiático e ocupação das ruas por meio dos protestos.

Se nos inspirarmos na perspectiva de Jacques Rancière, veremos que o bloco negro se enquadra perfeitamente na noção de política do autor. Para o filósofo francês, a política tem caráter acontecimental: é o lugar da ruptura, da exposição do dano, opera nas brechas da forma suturada do consenso e da ordem policial. A tática *black bloc* propõe justamente expor o que considera danos do capitalismo e do Estado e segue uma estética que rompe com a forma instituída de protestar. Na disputa de sentido, vimos os adeptos a essa modalidade de ação e seus simpatizantes assumirem o que, para Rancière, é o próprio sujeito político: um entrecruzamento de nomes, uma recusa dos lugares e das nomeações que lhes são atribuídas. “Eu espero que, depois de sábado, vocês tenham entendido que o inimigo de vocês não é o mascarado, não é o *black bloc*, não é o cara que, pela mídia, é chamado de vândalo, de arruaceiro”, dizia o professor integrante do movimento grevista. O ativista que entrevistamos destaca exatamente a recusa de lugares, funções e rótulos: “... nós não aceitamos morrer de joelhos rezando [...] somos as vítimas e não os vitimadores”. Se de um lado da disputa de sentido observamos esforços para afirmar categorizações, do outro percebemos uma busca pela literalidade, pelo direito de gozar do excesso de nomes.

Porém, se observarmos a reflexão arendtiana, a disputa de sentido não levou à política. Para Hannah Arendt, a política pressupõe a coexistência dos iguais – e isso não era admitido por nenhum dos dois lados que protagonizaram nosso *corpus*, a saber, os grupos de atores favoráveis e o grupo contrário à tática *black bloc*. Os dois lados não admitiam os ideais de mundo e formas para alcançá-lo que fossem diferentes dos seus. Eles não estavam dispostos a aceitar tal pluralidade.

Também, na visão política de Hannah Arendt, a ação deixa de ter caráter construtivo sem a presença do discurso. Conforme a autora diz:

Sem a ação para por em movimento no mundo, o novo começo de que cada homem é capaz por haver nascido, ‘não há nada que seja novo debaixo do sol’; sem o discurso para materializar e celebrar, ainda que provisoriamente, as coisas novas que surgem e resplandecem, ‘não há memória’; sem a permanência duradoura do artifício humano, ‘não haverá recordação das coisas que têm que suceder depois de nós’. E sem o poder, o espaço da aparência produzido pela ação e pelo discurso em público desaparecerá tão rapidamente como o ato ou a palavra viva. (ARENDR, 1991, p. 216)

Percebemos que os atores implicados na disputa de sentido não conseguiram chegar a um ponto de alinhamento dos dois âmbitos: o do discurso e o da ação – a ação *black bloc* não era considerada uma forma legítima de argumentação por todos. Na verdade, chegamos a perceber, no *corpus*, certa hierarquização valorativa do discurso em relação à ação. No programa Globo Repórter, Glória Maria diz: “Mas nem os manifestantes contavam com os vândalos produzindo um cenário de guerra *entre quem buscava o diálogo*”. Na revista Carta Capital, a matéria alerta para o perigo da tática “instaurar o embate físico *em detrimento do debate político* como regra”.

Além disso, os ativistas diziam agir politicamente em nome de uma coletividade oprimida. No entanto, eles não gozavam dessa característica representativa entre todos os atores sociais inseridos no sistema capitalista e estatal: “Seus lixos, ninguém do povo outorgou procurações a vocês para virem nessa página e dizerem que ‘estamos agindo em nome do povo, o povo está revoltado’”, comentou um internauta em uma página da tática no Facebook.

Independentemente da posição assumida na disputa de sentido, o interessante foi observar os inúmeros esforços dos sujeitos para obterem visibilidade e tentarem se comunicar com o outro, na tentativa de construir um espaço relacional – outra característica fundamental do agir político, segundo Hannah Arendt. Se, tanto para a autora quanto para Rancière, a política é a capacidade de sermos falantes, nada é mais importante no embate simbólico do que usar os espaços legitimados (no caso dos veículos jornalísticos já consagrados) ou buscar arenas alternativas (para quem não possui um cenário consolidado) a fim de proferir e de possibilitar comunicação com o outro.

Essa busca por espaços de fala revela uma disputa pelo direito ao discurso legitimado. E porque os atores sociais protagonistas dos conjuntos de enunciados almejavam tanto obter o discurso? Porque, como nos mostrou Foucault, ter a posse do discurso é ter também a posse

do poder. E que tipo de poder estava em jogo durante toda a disputa de sentido? Notadamente, o poder simbólico, ou como já definiu Bourdieu, “o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo” (2012, p. 14).

O poder simbólico faz os sujeitos crerem e, como vimos em nossa exploração teórica, os sistemas simbólicos exercem uma função política: a de integração social. Essa integração é válida tanto para uma causa quanto para outra na disputa de sentido: tanto para a manutenção da ordem como para a alteração social radical por meio da violência política. O embate simbólico, portanto, obedeceu à seguinte lógica: era preciso legitimar o discurso para, conseqüentemente, deter ou destituir alguém do poder simbólico. Assim, seria possível integrar uma coletividade, mobilizar atores que corroborassem com os projetos de mundo em jogo e com as ferramentas utilizadas para alcançar tais cenários.

É nesse sentido que as nomeações, classificações ou categorizações ganham tanta importância. Ao dizer que uma tática é violência, vandalismo, fascismo, quebra-quebra ou baderna, acabamos enquadrando-a em um determinado lugar socialmente aceito e que goza de significados socialmente compartilhados. Mas se dissermos que essa mesma tática é uma performance política, uma reação, uma resistência ou uma atitude de proteção, deslocamos sentidos e acionamos outros valores, suscitando novos posicionamentos dos sujeitos.

Por isso mesmo, de um lado, atores sociais tentaram reforçar o instituído, a *doxa*, constituir o dado pela enunciação – para usar as palavras de Bourdieu. Exemplos da enunciação de sentidos cristalizados podem ser percebidos na matéria de Veja:

Para eles e seus admiradores confessos – entre os quais professores universitários pagos com dinheiro público –, destruir uma ‘agência bancária a marretadas ou golpes de extintor de incêndio não é vandalismo, mas uma ação simbólica’, que, inserida na ‘estética da violência’, simularia a ‘ruína do capitalismo’. Embora haja uma definição mais precisa para isso – *e ela pode ser resumida na palavra crime...*

Para tal tarefa, os especialistas, ou *fast-thinkers*, também foram acionados, recorrendo a sentidos compartilhados e de fácil assimilação pelo grande público. Podemos lembrar, como exemplo, das entrevistas com o comentarista de segurança pública e ex-comandante do Bope, Rodrigo Pimentel, e dos inúmeros intelectuais chamados para falar sobre a tática *black bloc* e seus adeptos.

Mas também foi possível perceber justamente o movimento inverso: indivíduos tentando expor a existência do arbitrário (Bourdieu), os sistemas de exclusão e o fato de que nossas noções de verdades são construídas socialmente (Foucault). Vimos esforços que buscaram complexificar os sentidos instituídos e mostrar a vontade de verdade que rege alguns discursos. O ativista que entrevistamos afirmou:

A mídia globo sionista, partidária dos opressores e das classes econômicas no poder cumpre o seu papel *manipulador* e debocha da ética profissional da neutralidade jornalística, levando o povo. Usa de termos como o vandalismo e nem explica a população quem foram os povos vândalos, *jogando com princípios da alienação* para aplicar a discórdia e fragmentar o movimento social.

A fala acima mostra um artifício do ativista e que esteve bastante presente na disputa de sentido: as tentativas de deslegitimação dos grupos opostos no embate simbólico, bem como os esforços para obter ou arranhar a credibilidade dos atores sociais. Do mesmo modo que nosso entrevistado tenta por em xeque a legitimidade do discurso de um veículo de comunicação, alguns destes mesmos veículos tentaram ridicularizar ou desqualificar a modalidade de ação direta, bem como os adeptos à tática. No mesmo sentido, a revista *Época* tenta reafirmar a posição legítima que a imprensa ocupa e assim, manter a validade do discurso que ela adota.

Qualquer ataque à imprensa é um ataque a esses olhos, ouvidos e vozes. Quem ataca a imprensa ataca olhos, ouvidos e vozes que trabalham para si próprio, que estendem sua própria visão, sua própria audição e sua própria voz. Quem ataca a imprensa não quer apenas cegar o outro – quer também ficar cego.

Não podemos deixar de apontar que vários atores sociais, ainda que não institucionalizados, fizeram parte da disputa de sentido e proferiram enunciados que ajudaram a formar o embate simbólico. No entanto, é preciso reconhecer que os papéis de protagonistas ficaram mesmo a cargo dos veículos jornalísticos e dos ativistas da tática *black bloc* – os principais enunciatários nos conjuntos de informações do nosso *corpus*.

O interessante foi perceber os esforços de tais atores para estabelecer significados ao longo da disputa de sentido. É preciso destacar que as camadas de significação foram sendo adicionadas no desenrolar do acontecimento. No começo do embate simbólico, havia um cenário discursivo. Ao final, novas nuances foram aparecendo e o debate público se tornou cada vez mais rico. Isso mostra o poder ativo dos sujeitos sociais de não comprarem qualquer versão dos fatos, de buscarem novas interpretações, de trazerem novos elementos para sua

experiência dando origem a diferentes apropriações de um mesmo fenômeno. Enriquecedor também é o fato de percebermos como esses novos elementos discursivos foram surgindo com e no próprio interior do debate. Não encontramos apenas atores *da* disputa de sentido, mas atores *em* disputa de sentido – para lembrar o título do texto de França (2006) – sujeitos *da* comunicação; sujeitos *em* comunicação.

Olhar para os sujeitos em comunicação é olhar para o caráter interacional da prática comunicativa. E, de fato, a interação ocupou um lugar central em todo o nosso trabalho. Na exploração teórica que realizamos, diversos autores discutiram violência, ressaltando o caráter situacional e relacional do termo. Também as abordagens sobre política que evocamos destacam o espaço relacional entre os indivíduos do agir político. Do nosso lugar de comunicadores e comunicólogos, sabemos que o espaço relacional constitui e é constituído pelas trocas comunicativas.

Aqui, nos lembramos do interacionista simbólico e pragmatista George Herbert Mead, para quem o ato social é permeado por gestos. Segundo o autor, alguns desses gestos são classificados como *significativos*, ou seja, possuem um sentido comum e são partilhados de forma consciente pelos atores implicados na interação comunicacional. “A contribuição da linguagem consiste em um conjunto de símbolos comuns que, correspondendo a certos conteúdos, são idênticos na experiência dos diferentes indivíduos” (MEAD, 2006, p 141, tradução de Vera França).

Portanto, a interação é costurada por atos comunicativos. E um ato comunicativo só o é se for constituído de gestos mútua e conscientemente compartilhados. No trabalho de pesquisa que realizamos, observamos como os sentidos estiveram tão demasiadamente em conflito. Por mais que alguns indivíduos tentassem legitimar a tática e que outros buscassem condená-la, os sentidos nunca deixariam de ser conflituosos – a disputa de sentido jamais chegaria ao fim. E isso se explica por um motivo muito simples: os gestos significantes não eram inteiramente partilhados pelos atores implicados no embate comunicativo. Tínhamos apenas um referente – uma vidraça quebrada, um carro incendiado – mas sobre o qual recaíam inúmeros significados, para lembrarmos a noção de signo linguístico.

Os ativistas *black bloc* têm consciência de que não vão acabar com o sistema capitalista apenas depredando uma agência bancária. O que fazem, ao atingir esses locais, é simbolizar sua hostilidade. A violência física é o significante de um questionamento simbólico – mas

eles não se deram conta de que esse significado só era partilhado entre eles e que não conseguiram comungá-lo com grande parte da sociedade.

Por maior que fosse a busca por visibilidade, por mais intensas que fossem as tentativas de detenção do poder simbólico, o ato comunicativo não se costurou rumo a um entendimento porque os sujeitos implicados não falavam a “mesma língua”. E os esforços para trazer à tona novos sentidos ocorreram em gramáticas discursivas diferentes demais para permitir uma interação comunicacional apaziguadora entre os sujeitos. Se para uns, o signo “destruição” apontava para exposição de um dano, para outros não podia remeter a outra coisa senão algo indesejado. Em tal configuração, a troca discursiva nunca estaria no mesmo patamar. A comunicação ocorreu de maneira fragmentada. Faltou um discurso claro em circulação que suscitasse união e fizesse resplandecer a possibilidade do novo, por meio da ação – para recuperar o pensamento arendtiano.

Nessa disputa de sentido, não houve vencedores. Tampouco podemos apontar perdedores. O que ficou provado é que as interações comunicacionais desse embate simbólico nunca chegariam a um consenso ou a uma “rendição” de uma das partes. E é aí que reside a beleza da comunicação: ela própria é uma arena pulsante de disputa. O campo comunicacional é formado por permanentes cruzamentos simbólicos. É um tecido em movimento no qual se chocam sujeitos, situações e sentidos. Por isso mesmo, a comunicação é tão viva, tão estimulante. E, por isso mesmo, revela-se sempre tão instigante e tão desafiadora para nós, pesquisadores, estudantes e demais interessados que nos propomos a estudá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- _____. **A dignidade da política**. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- _____. **Compreensão e política e outros ensaios**. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água. 2001a.
- _____. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001b.
- _____. **O que é política?** Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- AZEVEDO, Mario L. N. de. Espaço social, Campo Social, Habitus e Conceito de classe social em Pierre Bourdieu. **Revista Espaço Acadêmico**, ano III, n. 24, maio de 2003.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BENJAMIM, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, Walter; GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Escritos sobre mito e linguagem: (1915-1921)**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2011.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2003.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. São Paulo: Vozes, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- _____. **Sobre a televisão**. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- BRAGA, Adriana; GASTALDO, Édison. O legado de Chicago e os estudos de recepção, usos e consumos midiáticos. **Revista FAMECOS – Mídia, Cultura e Tecnologia**, v. 1, n. 39, 2009.
- CASTRO, E. **Vocabulário Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000.

COLLECTIVE, Green Mountain Anarchist. *The Black Bloc Papers*. Baltimore: Black CloverPress, 2002. Disponível em <www.infoshop.org/amp/bgp/BlackBlockPapers2.pdf>. Acesso em 15 de mai. 2014.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. Trad. Guilherme Miranda. São Paulo: Veneta, 2014.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**. ISSN 1982-2553, v. 12, n. 24, 2012a.

_____. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. (orgs). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 39-51, 2012b.

_____. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio-Revista de Comunicação e Cultura**, n. 10, p. 79-72, 2013.

_____. Sujeitos da comunicação, sujeitos em comunicação. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 61-88, 2006.

LEMONS, André. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Livro da XV COMPÓS. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LUDD, Ned. **Urgência das ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

MAFESSOLI, Michel. **A violência totalitária: ensaios de antropologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Dinâmica da violência**. Trad. Cristina M. V. França. São Paulo: Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.

MARQUES, Ângela. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 25-39, 2011.

MEAD, George. Herbert. **The philosophy of the present**. La Salle, Illinois: Open Court Publishing Company, 1932.

_____. **L'esprit, le soi et la société**. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DAYAN, Daniel *et al.* **A história em directo: os acontecimentos mediáticos na televisão**. Coimbra: Minerva, 1999.

_____. **O terror espetáculo: terrorismo e televisão**. Lisboa: Edições, v. 70, 2009.

MICHAUD, Yves. A violência. Trad. L. Garcia, São Paulo: Ática, 1989.

MIGUEL, Luis Felipe. Violência e política. IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. **Anais**. Brasília, 2014.

MIRANDA, José A. Bragança de. O acontecimento como invenção necessária da história. In: **Trajectos**, nº 6. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias, p. 113-121, 2005.

MOULLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo, v. 15, p. 305-19, 1997.

O'NEILL, Shane. Struggles against Injustice: Contemporary Critical Theory and Political Violence?. **Journal of Global Ethics**, p. 127-139, 2010.

PANAGIA, David; RANCIÈRE, Jacques. Dissenting words: A conversation with Jacques Rancière. **Diacritics**, v. 30, n. 2, p. 113-126, 2000.

PONTE, Cristina. Media e acontecimentos (com) sentidos. In: **Trajectos**, nº 6. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias, p. 101-104, 2005.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. (orgs). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.21-38, 2012.

_____. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: **Trajectos**, nº 6. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias, p. 59-75, 2005.

_____. L'espace public comme forme et comme événement. In: JOSEPH, I. (org.) Prendre place. Espace public et culture dramatique. **Colloque de Cerizy**. Ed. Recherches, 1995.

_____. L'événement. Introduction. In: BEUD, M. et al. (orgs.). **Sociologie de la communication**. Paris: Réseaux / CNET, 1997.

_____. L'individuation des événements dans le cadre de l'expérience publique. In: BOUDON, P. (org.). **Processus du sens**. Paris: L'Harmattan, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. A associação entre arte e política segundo o filósofo Jacques Rancière.[14 de julho, 2010]. São Paulo: **Revista Cult**. Entrevista concedida a Gabriela

Longman e Diego Viana. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/>>. Acesso em 07 de mai. 2014.

_____. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora, v. 34, 2005.

_____. **La mésestante: politique et philosophie**. Editions Galilée, 1995.

_____. **O desentendimento**. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora, v. 34, 1996.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: DE CAMPOS DIONÍSIO, Luís. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, p. 27-33, 1993.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, p. 06-12, 2013.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, v. 4, 2009.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: CAMPOS DIONÍSIO, Luís. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, p. 167-176, 1993.

TUCHMAN, Gaye. Making news by doing work: routinizing the unexpected. **American Journal of Sociology**, vol. 79, nº 1. Chicago, p. 110-31, 1973.

_____. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity. **American Journal of Sociology**, vol. 77, nº 4. Chicago, p. 660-79, 1972.

VEYNE, Paul. **Comment on Écrit l’Histoire**. Paris: Seuil, 1971

ŽIŽEK, S. De la democracia a la violencia divina. In: BROWN, W. et al. **Democracia, en qué estado?** Traducción de Mathew Gajdowsky. Buenos Aires: Prometeo Libros, p. 105-124, 2010.

_____. **Entrevista concedida ao programa Roda Viva**. São Paulo: TV Cultura, 2009, Disponível em <www.youtube.com/watch?v=YRLkt5uadWA>. Acesso em 1º dez. de 2014.

_____. **Violência: seis reflexões laterais**. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

APÊNDICE

Descrição dos conjuntos de enunciados do *corpus*.

Descrição do primeiro conjunto de enunciados do *corpus*: "o surgimento".

VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Blog Incandescência	Postagens	9 de jun. de 2013	http://migre.me/nByjO
Fala			Autor
É preciso perceber que a violência possui um papel na história, e este papel é o de resistir às mudanças que contrariam os interesses das massas, seja em um aumento de vinte centavos no preço da passagem, seja a instauração de um novo regime. [...] Enquanto houver opressão, haverá, eventualmente, reação violenta a ela da parte de quem está sofrendo a opressão. [...] Isto é, não se trata de apontar todos os dedos para manifestantes que usam de violência, mas de perceber que o Estado possui um monopólio sobre a violência. Ações radicais, que utilizam de violência, sabotagem, vandalismo; são ações que ameaçam a ordem vigente. Não se engane: é por este motivo, e não por causa dos ínfimos prejuízos (ressarcidos no dia seguinte com o dinheiro de quem trabalha) que o conservadorismo tanto se alarma com a depredação do patrimônio público e privado para fins políticos.			Proprietário do blog que se identifica simplesmente como "Juno".
PROGRAMA	EMISSORA	DATA	FONTE
Profissão Repórter	Rede Globo	18 de jun. de 2013	http://migre.me/nByeR , de 15'53" a 19'20"
Fala			Autor
Contra a vontade da maioria dos manifestantes, um pequeno grupo entrou em confronto com a polícia. [...] Os organizadores do protesto tentaram impedir o vandalismo. [...] Sete pessoas ficaram feridas nos protestos [...] Quatorze policiais precisaram de atendimento médico.			Paula Akemi, repórter
Eu acho isso errado. A gente vem para um tipo de manifesto desse, a gente tá querendo conseguir pessoas que não queiram violência, tanto que a gente grita: 'Não violência'.			Saru Albuquerque, manifestante
Nós fizemos uma comissão para que não depredassem monumento histórico, para que não agredisse a imprensa e para que não envolvesse os civis ao redor.			Jaqueline Toledo, manifestante
Nosso protesto é pacífico. Sem violência! É trabalhador!			Manifestante que se coloca na frente de um ônibus que seria depredado.
Trabalhador tinha que estar aqui!			Provável manifestante (voz ao fundo) em resposta à autora da fala acima e justificando os motivos para a depredação.
Nós temos que provar nossa superioridade. Claro que tem, cara! Quem não é violento, é superior!			Manifestante
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Jornal Meia Hora (RJ)	Capa	19 de jun. de 2013	http://migre.me/nSC9p
Fala			Autor
Quem faz quebra-quebra na passeata é: () otário; () corno; () bundão; () todas as opções acima.			Jornal Meia Hora (sem assinatura de repórter)
PROGRAMA	EMISSORA	DATA	FONTE
Globo Repórter	Rede Globo	21 de jun. de 2013	http://migre.me/nBy9H , de 10'25" a 17'56"
Fala			Autor
Os protestos que se espalharam pelas capitais e por dezenas de outras cidades deixaram também uma grande interrogação: 'De onde vem tanta violência?' Será que o movimento consegue se afastar desse vandalismo? A grande maioria repudia a destruição.			Sérgio Chapelin, apresentador
Uma multidão ganhou voz [o povo unido jamais será vencido!] Que surpreendente Brasil estamos descobrindo? [...] Um movimento de muitas caras. Mas nem os manifestantes contavam com os vândalos produzindo um cenário de guerra entre quem buscava o diálogo. Expressão política ou baderna? As cenas decepcionaram a grande maioria pacífica. [...] Prédios públicos foram atacados. A polícia, acuada. E estudantes, divididos. Uma minoria agressiva tentava entrar à força na prefeitura de São Paulo. Era preciso impedir e, ali mesmo, rapidamente, uma solução: uma faixa branca pedia paz. No terminal do ônibus, a arma encontrada foi a vaia, um grito de alerta que impediu a invasão [Sem violência!]. [...] Policiais perseguidos, por pouco,			Glória Maria, repórter

não foram linchados e contaram com a ajuda de corajosos manifestantes. [...] Momentos de fúria que tomaram uma grande proporção ontem em todo o país. As minorias radicais foram ganhando espaço. Vândalos infiltrados nas manifestações. Depois, eles se separam da multidão e partem para o ataque. Quebra-quebra, saques, cenas que lembram uma guerra. Ruas transformadas em campos de batalha.			
É assim que tem que ser? Pacífico! E assim a gente vai conseguir.			Manifestante (com uma criança nos ombros)
Essa galera que faz isso aí deve ser nego infiltrado, nego maluco, nego que não sabe o que é passeata. Não é brasileiro de verdade. Brasileiro de verdade protesta direito, protesta sem violência, protesta com educação.			Manifestante
Cem marginais destruíram a nossa cidade à toa, a troco de nada. A gente só tá aqui para ter um movimento bonito, uma passeata bonita.			Manifestante
Esse grupo faz toda a diferença no protesto. O protesto pode virar uma tragédia ou ele pode ser pacífico. Então, a presença de pessoas no grupo que conseguem pensar como indivíduo, essas pessoas seguram o grupo, essas pessoas amenizam aquele momento de fúria.			Rodrigo Pimentel, comentarista de segurança pública.
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Hoje em Dia	Capa	23 de jun. de 2013	http://migre.me/o6NLJ
Fala			Autor
<u>Festa democrática de 100 mil vira luta campal.</u> Marcha que começou pacífica pelas ruas de BH acaba em guerra com a polícia perto do Mineirão. Jovens, velhos e muitas crianças aderiram à manifestação pacífica que começou na Praça Sete e seguia pela avenida Antônio Carlos. Segundo os relatos, um grupo isolado passou a hostilizar policiais que impediam o acesso ao estádio na avenida Abrahão Caram. Depois, foram jogadas pedras contra os militares, que reagiram com gás lacrimogêneo e spray de pimenta.			Jornal Hoje em Dia (sem assinatura de repórter)
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
CBN	Coluna Alexandre Garcia	24 de jun. de 2013	http://migre.me/nByyo
Fala			Autor
Agora, a grande pergunta quando se fala tanto em vandalismo pra cá, vandalismo pra lá, a grande pergunta é: quem afinal vandalizou o país até agora? Quem vandalizou a educação, quem vandalizou a saúde, a segurança, as leis, a justiça, quem vandalizou o transporte coletivo, as estradas, os portos, quem vandaliza a lavoura, a pesquisa, quem vandaliza os preços, quem vandaliza os nossos impostos? Esses são os piores vândalos. É contra eles que a moçada está nas ruas. [...] ‘Não podemos conviver com essa violência que envergonha o país’ [em referência à fala da presidente Dilma Rousseff em pronunciamento nacional no dia anterior]. Como assim? A que violência ela está se referindo? A que provoca 150 mil homicídios por dia, todos os dias? Seria isso? Só que disso os governos não se envergonham.			Alexandre Garcia, comentarista das Organizações Globo.

Descrição do segundo conjunto de enunciados do *corpus*: "a identificação".

VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Facebook	Página <i>Black Bloc</i> BR	27 de jun. de 2013	http://migre.me/o1sdE
Fala			Autor
<u>Manifesto <i>Black Bloc</i></u> 1. O BB não é um grupo deliberadamente e randomicamente hostil. Nossa luta é contra as grandes corporações, instituições e organizações opressoras e em defesa de suas vítimas – de forma ativa. 2. O BB repudia infiltrações e tentativas de desmoralização e corrupção de movimentos sociais. Frente a infiltrados e provocadores, o BB irá coibir a ação através da conversa e da denúncia. Caso necessário, empregará outras técnicas. 3. O BB é organizado de forma horizontal e descentralizada – não temos líderes. Todas as decisões são pautadas de forma democrática e autônoma. 4. Acreditamos que a forma mais eficaz de atingir grandes corporações, instituições e organizações opressoras dá-se no âmbito financeiro – daí o caráter hostil de nossas ações contra multinacionais e semelhantes. 5. Reconhecemos o pequeno empresário como vítima do sistema. Repudiamos e tentamos a toda força coibir atos que visam prejudicá-lo. 6. Repudiamos toda forma de política extremista – somos contra o monopólio de riquezas e a exploração das massas. 7. Somos contra veículos de comunicação tendenciosos e mentirosos. 8. Declaramos inimigos quaisquer meios de repressão e/ou opressão, sejam essas de caráter físico ou psicológico. 9. A corporação policial torna-se nossa inimiga [somente] a partir do momento em que suas ações tomam caráter opressor ou repressor.			Anônimo

VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Jornal O Dia	Rio	2 de jul. de 2013	http://migre.me/nEO2t
Fala			Autor
<p><u>Polícia investiga grupo suspeito de ataques.</u></p> <p>Intitulados Black Bloc, integrantes admitem vandalismo para chamar atenção [...] A eles são atribuídos ataques violentos contra PMs nas manifestações do Rio, segundo a corporação [...] Em entrevista a O Dia, pela internet, um homem que se identificou como Manored e se disse co-fundador do grupo no Rio, garantiu que os membros da organização são a “tropa de choque” dos manifestantes [...] A maioria dos ‘posts’ na página incita a violência. Para Dário de Sousa, especialista em sociologia urbana da Uerj, os integrantes do ‘Black Bloc’, porém, não passam de “consumidores de uma marca descoberta na internet”. “É ridículo eles dizerem que têm raízes no anarquismo, que, ao contrário deles, é um bloco político e com pauta de reivindicações. Alegar que vão a passeatas para proteger manifestantes, promovendo a violência, é um contrasenso. Não têm um ping de coerência política e nem social”, diz Dário.</p>			Athos Moura (repórter)
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Revista Carta Capital	Capa/Reportagem de Capa	21 de ago. de 2013	http://migre.me/nENSZ
Fala			Autor
<p><u>Capa:</u> Black bloc: depredação nas ruas</p> <p><u>Reportagem:</u> O Black Bloc está nas ruas Nem grupo nem movimento, essa tática de guerrilha urbana anticapitalista pegou carona nos protestos atuais. Como esse fenômeno pode impactar o Brasil [...] Sem cara: o bloc não é centralizado nem permanente. São desconhecidos com anseios similares unidos para uma única ação. E, por isso, incontroláveis. [...] Com um martelo em punho, uma jovem de rosto coberto vestida de preto tenta destruir um Chevrolet Camaro (de 200 mil reais) em uma concessionária na Avenida Rebouças, São Paulo. Outros trajados da mesma forma, paus e pedras nas mãos, estilhaçam a parede de vidro de uma agência bancária. Uma faixa pede a saída do governador Geraldo Alckmin – o A do nome traz o símbolo de anarquia. [...] “O que nos motiva é a insatisfação com o sistema político e econômico”, diz Roberto (nome fictício), 26 anos e três Black Blocs na bagagem. Ele não se identifica por razões óbvias: o que faz é ilegal. Roberto já havia ido às ruas contra a alta da tarifa, sem depredar nada. Conheceu a tática e decidiu pelas vias de fato. “Nossa sociedade vive permeada por símbolos. Participar de um Black Bloc é fazer uso deles para quebrar preconceitos, não só do alvo atacado, mas da ideia de vandalismo”, diz. As ações de depredação não seriam violentas por não serem contra pessoas. “Não há violência. Há performance”. Roberto confia em coletivos como o MPL e a Marcha das Vadias. Mas não em partidos políticos. “Não me sinto representado por partidos. Não sou a favor de democracia representativa e, sim, de uma democracia direta”. Estudar política e quebrar bancos caminham juntos. “Não se trata de depredar pelo simples prazer de quebrar ou pichar coisas, mas de atacar o símbolo representado ali. Quando atacamos uma agência bancária, não somos ingênuos de acreditar que estamos ajudando a falir um banco, mas tornando evidente a insanidade do capitalismo. Política também se faz com as próprias mãos.” [...] Black Bloc foi o termo surgido de forma confusa na imprensa nacional. Seriam jovens anarquistas anticapitalistas e antiglobalização, cujo lema passa por destruir a propriedade de grandes corporações e enfrentar a polícia. Nas capas de jornais e na boca dos âncoras televisivos, eram “a minoria baderneira” em meio a “protestos que começaram pacíficos e ordeiros”. Uma abordagem simplista diante de um fenômeno complexo. [...] A denominação surgiu na Alemanha nos anos 80, com uma pauta (ecologia radical) e uma função específica: isolar manifestantes e polícia, evitando cassetetes e agitadores infiltrados. Em 1999, manifestaram-se com violência em Seattle (EUA), quando a Organização Mundial do Comércio ali se reuniu. Protestos terminaram com pichações e depredação de empresas como Starbucks. [...] Um veredicto temerário, não só por instaurar o embate físico em detrimento do debate político como regra, mas por alimentar justamente a opressão combatida. Não sendo possível separar ativistas encapuzados de policiais infiltrados e com a expansão da tática, seria possível realizar no futuro ações diretas de massa não violentas, sem embates violentos televisionados e criticados por setores amplos da sociedade?</p>			<p><u>Capa:</u> revista Carta Capital (sem assinatura de repórter)</p> <p><u>Reportagem:</u> Piero Locatelli; Willian Vieira</p>
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Revista Veja	Capa / Reportagem Especial	21 de ago. de 2013	http://migre.me/o1sif
Fala			Autor
<p><u>Capa:</u> O bando dos caras tapadas. Quem são os manifestantes black bloc, que saem às ruas para</p>			<p><u>Capa:</u> revista Veja (sem</p>

<p>quebrar tudo.</p> <p><u>Reportagem:</u> O bloco do quebra-quebra</p> <p>Com slogans anarquistas na cabeça e coquetéis molotov na mão, os black blocs se espalham pelo Brasil e transformam protestos em arruaça. Jovens da periferia, punks e até universitárias de tênis Farm compõem o bando. [...] Virou rotina: mascarado destrói vitrine de loja de carros em São Paulo. A cena se repete há mais de dois meses também no Rio de Janeiro, sem que haja quase nenhum baderneiro preso. [...] No começo, quase ninguém notou a chegada deles. Em 20 de abril de 2001, o mesmo dia em que grupos anarquistas no Canadá protestavam contra a criação da Alca, em Quebec, na Avenida Paulista, em São Paulo, um bando de arruaceiros com o rosto coberto destruía a marretadas agências bancárias e uma loja do McDonald's. Era a primeira arruaça black bloc no Brasil. Embora, àquela altura, pouca gente soubesse o que era isso, o bando de inspiração anarquista, defensor da “destruição consciente da propriedade privada” e autodeclarado inimigo do capitalismo, começava a se organizar no país. Hoje, os militantes, por assim dizer, não chegam a duas centenas por aqui. É um grupo pequeno, mas que, engrossado por vândalos de ocasião, em algumas capitais tem transformado a baderna e a violência em uma assustadora rotina. [...] Por princípio herdado dos seus precursores europeus, muitos dos black blocs desprezam qualquer movimento político organizado, à direita ou à esquerda, o que inclui até os, atualmente em voga, Fora do Eixo e Mídia Ninja. Mas, ao menos no Brasil, o fato de saberem do que não gostam não quer dizer que saibam o que querem. Exemplo disso ocorreu durante a invasão da Câmara Municipal de São Paulo, quando um black bloc abordou aos berros o presidente da Casa, o petista José Américo: “O senhor é a favor da tarifa zero? Quem matou o Amarildo? Abriria mão do seu salário? É contra a Constituição?”. [...] Por trás dos lenços – pretos, na versão original; de qualquer cor que estiver à mão, na versão brasileira – estão principalmente moradores de periferia. Mas punks e egressos de movimentos sociais decadentes, como o MST, engrossam as fileiras do bando. Nessa combinação, a adesão dos primeiros – com suas calças justas e coturnos de cadarços pretos, vermelhos ou amarelos (os brancos são abominados pela associação com os inimigos neonazistas) – contribuiu para aumentar o grau de violência do grupo e levar para dentro dele outros elementos deletérios, como vinho barato e cocaína. Em São Paulo, completam a babel social estudantes de universidades como USP, PUC e Faap. Na semana passada, uma aluna de ciências sociais da USP engrossava o bloco do quebra-quebra calçando tênis da grife Farm, em média 250 reais o par. “É ótimo para manifestações”, justificava. [...] Ele surgiu nos anos 80, na Alemanha da Guerra Fria sacudida por protestos antinucleares. Naquele tempo, os black blocs diziam ter um objetivo diferente do atual: o de servir de “escudo humano” para os manifestantes que desafiavam a polícia e apanhavam dela. [...] Para eles e seus admiradores confessos – entre os quais professores universitários pagos com dinheiro público –, destruir uma agência bancária a marretadas ou golpes de extintor de incêndio não é vandalismo, mas uma “ação simbólica”, que, inserida na “estética da violência”, simularia a “ruína do capitalismo”. Embora haja uma definição mais precisa para isso – e ela pode ser resumida na palavra crime –, quase nenhum black bloc está preso hoje no país. [...] O anarquismo, do qual derivam os black blocs, prega a organização da vida em sociedade fora da moldura do estado – segundo creem, a fonte de todos os males. Os black blocs, no entanto, assimilam apenas o subproduto desse ideário: a improvisação, a baderna e a tolerância para com certos crimes. Tudo aquilo de que o Brasil está louco para se livrar. A contar pela intensidade da ação policial e da disposição do grupo, inversamente proporcionais, isso não ocorrerá tão cedo. Integrantes dos black blocs já anunciaram que o pior ainda está por vir – e deram até a data, 7 de setembro, quando estão previstas, em dezenas de cidades brasileiras, manifestações de nome preciso e autoexplicativo: Badernaço.</p>	<p>assinatura de repórter)</p> <p><u>Reportagem:</u> Bela Megale; Alexandre Aragão</p>								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>VEÍCULO</th> <th>SEÇÃO</th> <th>DATA</th> <th>FONTE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Facebook</td> <td>Página <i>Black Bloc</i> SP</td> <td>23 de ago. de 2014</td> <td>A página não se encontra mais no ar.</td> </tr> </tbody> </table>	VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE	Facebook	Página <i>Black Bloc</i> SP	23 de ago. de 2014	A página não se encontra mais no ar.	
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE						
Facebook	Página <i>Black Bloc</i> SP	23 de ago. de 2014	A página não se encontra mais no ar.						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Fala</th> <th>Autor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>O bando dos cara-tapadas. Quem são os policiais da tropa de choque, que saem às ruas sem identificação para quebrar todos.</td> <td>Anônimo</td> </tr> </tbody> </table>	Fala	Autor	O bando dos cara-tapadas. Quem são os policiais da tropa de choque, que saem às ruas sem identificação para quebrar todos.	Anônimo					
Fala	Autor								
O bando dos cara-tapadas. Quem são os policiais da tropa de choque, que saem às ruas sem identificação para quebrar todos.	Anônimo								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>VEÍCULO</th> <th>SEÇÃO</th> <th>DATA</th> <th>FONTE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Entrevista concedida à autora</td> <td>--</td> <td>23 de ago. de 2013</td> <td>Email</td> </tr> </tbody> </table>	VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE	Entrevista concedida à autora	--	23 de ago. de 2013	Email	
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE						
Entrevista concedida à autora	--	23 de ago. de 2013	Email						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Fala</th> <th>Autor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BB é um método de ação direta, aplicado a uma tática que na Inglaterra e na Alemanha já se tornaram um movimento de massas, com milhões vestindo preto nas manifestações, então o método se transforma em tática, a tática se transforma em estratégia. Podemos dizer que não existe tática BB sem os partidos anarquistas de orientações revolucionárias e internacionalistas.</td> <td>Anônimo</td> </tr> </tbody> </table>	Fala	Autor	BB é um método de ação direta, aplicado a uma tática que na Inglaterra e na Alemanha já se tornaram um movimento de massas, com milhões vestindo preto nas manifestações, então o método se transforma em tática, a tática se transforma em estratégia. Podemos dizer que não existe tática BB sem os partidos anarquistas de orientações revolucionárias e internacionalistas.	Anônimo					
Fala	Autor								
BB é um método de ação direta, aplicado a uma tática que na Inglaterra e na Alemanha já se tornaram um movimento de massas, com milhões vestindo preto nas manifestações, então o método se transforma em tática, a tática se transforma em estratégia. Podemos dizer que não existe tática BB sem os partidos anarquistas de orientações revolucionárias e internacionalistas.	Anônimo								

<p>Por tal motivo, a motivação do BB é o Anarquismo como objetivo e a estratégia é se constituir em um braço direito do anarquismo, gerando movimentos anarquistas anticapitalistas. [...] O BB nasceu com a repressão policial na chamada primavera brasileira. [...] Por tal motivo, é cedo para o BB avaliar seu desempenho nas seções nacionais, como a do Brasil, pois ainda está de fraudas aqui. [...] O motivo da adesão ao BB é clara, um basta à violência policial, pois violência gera mais violência, e nós não aceitamos morrer de joelhos rezando, enquanto as máfias se apoderam do Brasil. A polícia no Brasil é violenta e corrupta ao ponto que os caciques da Polícia Federal, ao não ganharem um troco na Copa enquanto muitos se tornam milionários, levou esta máfia armada na bandeira do brasão dos Bragança Paulista, chamada polícia militar, a dar um show de aviso à FIFA, realizando denúncias e prisões que só ocorreram porque eles não ganharam um troco. [...] A mídia globo sionista, partidária dos opressores e das classes econômicas no poder, cumpre o seu papel manipulador e debocha da ética profissional da neutralidade jornalística, levando o povo. Usa de termos como o vandalismo e nem explica a população quem foram os povos vândalos, jogando com princípios da alienação para aplicar a discórdia e fragmentar o movimento social. [...] Quebrar vidros de bancos como um cenário de propaganda anticapitalista é ação direta, atirar contra manifestantes é violência, e te digo: estão atirando com armas de verdade e temos fotos e vídeos como prova disto. [...] Já descrevi violência acima e acredito que sua pergunta bate muito em cima desta tecla, já que somos as vítimas e não os vitimadores. [...] Sim, preferimos o termo Anonymo em qualquer apresentação do que falamos.</p>			
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Folha de S. Paulo	Rio	27 de ago. de 2013	http://migre.me/nEObi
Revista Cult	Literatura	28 de ago. de 2013	http://migre.me/nETvj
Fala			Autor
<p><u>Entrevista à Folha de S. Paulo:</u> 'Black blocs' agem com inspiração fascista, diz filósofa a PMs do Rio. Temos três formas de se colocar. Coloco os black's na fascista. Não é anarquismo, embora se apresentem assim. Porque, no caso do anarquista, o outro (indivíduo) nunca é seu alvo. Com os black's, as outras pessoas são alvo, tanto quanto as coisas. [...] Ela [violência revolucionária] só se realiza se há um agente revolucionário que tem uma visão do que é inaceitável no presente e qual a institucionalidade futura se pretende construir.</p> <p><u>Entrevista à revista Cult:</u> Marilena Chauí no Espaço Cult / Violência fascista e o <i>black bloc</i>. Eles são um elemento disruptor, mas não no sentido de que trazem uma alternativa de organização ou ação, mas porque estão destruindo, por dentro, as formas existentes de ação através do ataque à pessoa do outro. [...] Ao se apresentar sem rosto, você se apresenta como um autor de violência. Não dá para pautar isso pela esquerda.</p>			Marilena Chauí, filósofa

Descrição do terceiro conjunto de enunciados do *corpus*: “a greve dos professores”

VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Agência O GLOBO	--	1 de out. de 2013	http://migre.me/o7P60
Fala			Autor
A nossa luta unificou. É black bloc. É professor.			Professora manifestante não-identificada
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Veja Online	Blog Reinaldo Azevedo	2 de out. de 2013	http://migre.me/nFQqE
Fala			Autor
<p>Tomei borrachada da ditadura porque queria democracia. Se há gente tomando borrachada da democracia, é muito provável que queira uma ditadura. E, vamos ser claros, é o que quer a miríade de esquerdistas que comanda o Sindicato dos Professores do Rio e que promoveu a baderna desta terça, em parceria com os vândalos do black blocs. [...] Polícia violenta? Cinco pessoas se feriram nos confrontos — quatro são policiais. Os protestos deixaram um novo rastro de destruição. [...] É negociação o que quer essa gente? É evidente que não! Ao longo da vida, meus caros — e sei que não é diferente com vocês —, a gente acerta e erra. Sempre tenho um grande receio de ver a história a se fazer debaixo do meu nariz, sem me dar conta da real natureza dos eventos a que assisto. Assim, procuro sempre tomar um imenso cuidado.</p> <p>Um dos meus acertos, contra o que parecia ser uma soma de evidências e obviedades, foi jamais ter caído de encantos pelas “jornadas de junho”. Achava, como acho, que ela acabaria submetendo o processo político a uma torção à esquerda e por exacerbar a violência e a intolerância política.</p>			Reinaldo Azevedo, colunista
VEÍCULO	PROGRAMA	DATA	FONTE
TV Brasil	Repórter Brasil	8 de out. de 2014	http://migre.me/nQQuL
Fala			Autor
Protesto de professores inicia pacífico e termina com confusão no Rio.			

<p><u>Repórter:</u> Nas ruas ao redor da Câmara de Vereadores do Rio, hoje é dia de contabilizar os prejuízos provocados pelos atos de vandalismo que aconteceram no fim da manifestação de ontem à noite. Várias agências bancárias foram invadidas e depredadas. O Clube Militar foi outro alvo dos ataques. Pedras foram lançadas nas janelas do edifício. A fachada do prédio da justiça federal também foi destruída. Os vândalos ainda quebraram os vidros da entrada desse estacionamento e jogaram pedras no prédio onde fica o escritório do empresário Eike Batista. A Câmara de Vereadores amanheceu com as paredes pichadas e com várias janelas quebradas. No momento de maior tensão, cerca de 200 pessoas arrombaram aquele portão e tentaram invadir a Câmara dos Vereadores do Rio, mas foram contidos pela guarda municipal. Do lado de fora, o grupo continuou atirando pedras e galões de gasolina na direção das janelas do prédio histórico. Houve um princípio de incêndio, mas o fogo foi controlado. A manifestação de ontem, organizada pelo Sindicato dos Professores, começou pacífica. Eles caminharam pela avenida Rio Branco e exigiram melhorias salariais. No fim da passeata, cerca de 300 mascarados começaram a praticar atos de vandalismo. Este homem pichou a fachada da Câmara dos Vereadores. Um ônibus foi incendiado. Lixeiras também foram queimadas. O grupo invadiu agências bancárias. A polícia reagiu com bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. Manifestantes enfrentaram os policiais e o tumulto só foi controlado no fim da noite.</p>			Maurício de Almeida, repórter
<p><u>Entrevistado:</u> A [manifestação] dos professores foi relevante; eu acho que os professores têm que manifestar mesmo. Agora, a destruição que houve dos vândalos que estavam infiltrados nessa manifestação não deveria ter ocorrido porque nem patrimônio público nem o patrimônio privado têm que ser depredados daquela maneira. Aquilo não é uma manifestação. Aquilo é um atentado até a segurança das pessoas que estavam perto.</p>			Adriano Gonçalves, entrevistado
VEÍCULO	PROGRAMA	DATA	FONTE
Agência Brasil	--	9 out. de 2013	http://migre.me/nTgpH
Fala			Autor
Prefiro ser black-prof do que apanha-prof!			Professora manifestante não-identificada
VEÍCULO	CANAL	DATA	FONTE
Youtube	Multidão Web	09 de out. de 2013	http://migre.me/nFRe0 , a partir de 32"
Fala			Autor
Uma outra questão é os black blocs. No momento que a gente estava sendo atacado, eles tomaram uma atitude de solidariedade. Isso é muito importante. [...] Eu espero que, depois de sábado, vocês tenham entendido que o inimigo de vocês não é o mascarado, não é o black bloc, não é o cara que, pela mídia, é chamado de vândalo, de arruaceiro. O inimigo do povo não está entre o povo. São o governo estadual do Sergio Cabral, o governo municipal do Eduardo Paes. E para a galera que tem coragem de defender os policiais que bateram nos professores, eu vou pedir para vocês pensarem numa coisa: os soldados nazistas também só cumpriam ordens como os policiais. Policiais militares, vocês também vão eximir de culpa os nazistas? Também vão dizer que eles só seguiam ordens? Eu espero que, depois de sábado todos entendam que a polícia não reprime vândalo, não reprime arruaceiro, reprime o povo.			Professores manifestantes não-identificados

Descrição do quarto conjunto de enunciados do *corpus*: "a morte do cinegrafista"

VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Facebook	Página <i>Black Bloc</i> RJ	9 de fev. de 2014	http://migre.me/nFCtr
Fala			Autor
Há muito tempo, venho falando que se perdeu aquele espírito de equipe, que alguns BBs fazem coisas que comprometem a tática, os companheiros... sei que não tem comando, mas tem que ter organização, separar o joio do trigo, black blocs deveriam ser heróis e não serem taxados de marginais, continuo tendo orgulho da tática black bloc, mas vocês têm que atentar para os desvios de conduta, para os infiltrados...agirem para defesa de reais manifestantes, BBs não são manifestantes!!! Eles são a proteção, os anjos da guarda dos manifestantes contra a truculência da PM... se não tem manifestante sofrendo qualquer tipo de violência, a função da tática deixa de existir. [...] Há de se pensar o que fazer a partir de agora e como agir.			Internauta seguidor da página <i>Black Bloc</i> RJ
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Facebook	Página <i>Black Bloc</i> RJ	10 de fev. de 2014	http://migre.me/nFCvG
Fala			Autor
Minhas condolências! Quero deixar minhas condolências à família do repórter cinegrafista da Band, Santiago! Quero também deixar minhas condolências às famílias dos dois protestantes			Lucks de Oliveira Junior

mortos pela polícia que já não lembramos mais os nomes. Quero deixar minhas condolências aos jornalistas, ativistas e transeuntes que ficaram cegos pelas balas de borrachas e bombas da polícia de junho para cá, que já esquecemos os nomes e a quantidade. Quero deixar minhas condolências ao manifestante que desapareceu, e que até hoje, assim como o Amarildo, ninguém sabe do corpo, mas que neste caso, nem há responsáveis ainda. Quero deixar minhas condolências às mulheres de famílias de mortos pela polícia, inocentes que se vão todo ano, somente nas comunidades do Rio de Janeiro! Por fim, quero deixar minhas condolências a esse país, por seu povo ignorante e alienado, que agora discute um caso isolado como se fosse o todo da questão!			
VEÍCULO Facebook	SEÇÃO Página <i>Black Bostas</i>	DATA 10 de fev. de 2014	FONTE http://migre.me/nFCBO
Fala			Autor
<u>Publicação da página:</u> Black Bloc assassinos. Tudo PSOL/PCdoB/PT e idiotas marxistas			Anônimo
<u>Comentários:</u> Prisão para todo integrante dos Black Bostas. Assassinos é pouco. Ele são destruidores de família.			
VEÍCULO Tribuna da Bahia	SEÇÃO Capa	DATA 11 de fev. de 2014	FONTE
Fala			Autor
<u>Repulsa aos Black Blocs.</u> Indignação toma conta das ruas do país contra a violência e a truculência dos Black Blocs que, infiltrados nas manifestações populares, acabaram tirando a vida do cinegrafista da Band, Santiago de Andrade.			Tribuna da Bahia (sem assinatura de repórter)
VEÍCULO Correio Braziliense	SEÇÃO Capa	DATA 11 de fev. de 2014	FONTE http://migre.me/nTgt9
Fala			Autor
<u>Black Blood.</u> A selvageria que expulsou das ruas manifestantes pacíficos atingiu o ápice ontem com o anúncio da morte cerebral de Santiago de Andrade. Cinco dias atrás, o cinegrafista de 49 anos filmava passeata contra aumento de passagens de ônibus no rio, quando rojão disparado por um mascarado o acertou em cheio na cabeça. Um jovem que carregava o artefato está preso. Outro, que acionou o explosivo, teve a prisão decretada pela justiça. [...] O caso põe em xeque a capacidade dos governos federal e estadual de garantir a segurança da população em manifestações. E justamente em ano de Copa do Mundo e de eleições. “Meu nome é Vanessa Andrade, tenho 29 anos e acabo de perder meu pai”.			Correio Braziliense (sem assinatura de repórter)
VEÍCULO Facebook	SEÇÃO Página <i>Black Bloc RJ</i>	DATA 11 de fev. de 2014	FONTE http://migre.me/nFBg4
Fala			Autor
Assassinos...Vocês precisam de um cadáver para entender que isso nunca foi um movimento legítimo? Vocês são moleques... irresponsáveis, vândalos... e agora criminosos. Não adianta a velha história de que “era um imbecil no meio da galera” ou “pode ser um policial infiltrado”, vocês, o movimento mataram aquele homem. Não foi um otário (que evidentemente destruiu o próprio futuro) quem matou o Santiago. Foram todos vocês que encorpam (por interesses cada vez menos escusos e prestes a vir à tona) esse movimento idiota. O que me causa ódio em relação a vocês nem é o radicalismo ou extremismo travestido de causa nobre. É saber que longe da proteção “do grupo” e sem essas máscaras, vocês não agüentam 5 minutos de porrada. Finalmente vocês se mostraram os criminosos que se suspeitava ser desde o início. É o início do fim dessa baderna. Bora arranjar emprego... arrumar uma ocupação e deixar o povo em paz.			Internauta seguidor da página <i>Black Bloc RJ</i>
VEÍCULO Facebook	SEÇÃO Página <i>Black Bloc RJ</i>	DATA 11 de fev. de 2014	FONTE http://migre.me/nFBg4
Fala			Autor
Seus lixos, ninguém do povo outorgou procurações a vocês para virem nessa página e dizerem que “estamos agindo em nome do povo, o povo está revoltado”. Vocês são uns desocupados. Vivem de eufemismos para tentarem blindar a imagem de marginal que esse grupo tem, sim GRUPO! Não adianta vir com eufemismo de que não se trata de um grupo, mas sim de “tática e blá blá blá”.			Internauta seguidor da página <i>Black Bloc RJ</i>
VEÍCULO Facebook	SEÇÃO Página <i>Black Bloc RJ</i>	DATA 11 de fev. de 2014	FONTE http://migre.me/nFBg4
Fala			Autor
Acho que tudo isso é uma lição para vocês pensarem alguns aspectos da sua atuação. Horizontalidade não significa falta de organização ou treinamento. Espontaneísmo pode ser divertido ou emocionante, mas para quem quer algo mais que diversão, precisa desenvolver o			Internauta seguidor da página <i>Black Bloc RJ</i>

trabalho coletivo. Quem quer sinceramente fazer revolução, precisa ter disciplina, estratégia e não apenas uma tática.			
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Facebook	Página Pablo Ortellado	11 de fev.de 2014	http://migre.me/nFBjI
Fala			Autor
<p>Já prestei meus sentimentos à família do cinegrafista morto e minha solidariedade ao deputado Marcelo Freixo, vítima de uma acusação absurda. Gostaria também de deixar registrada minha solidariedade ao Black Bloc, que está sofrendo um massacre dos meios de comunicação, do governo e dos partidos de extrema-esquerda enquanto a polícia prepara uma reação que promete ser muito dura. Até onde sei, o rapaz que soltou rojão não utilizava a tática Black Bloc, não apenas porque declaradamente não o fazia, como porque a tática Black Bloc tem regras que ele não seguia: não agredir pessoas e limitar a destruição de propriedade a grandes empresas. Faço essa declaração pública na condição de alguém que sempre discordou dessa tática, mas que sempre viu em quem a praticava a condição de companheiro. A tática Black Bloc tem uma história e um propósito e não há nada de irracional nela – e mais: é uma tática que, na sua roupagem americana, é integralmente não-violenta, já que é orientada à destruição de objetos e não de pessoas. A trágica morte do cinegrafista que precisa ser condenada, tenha havido ou não a intenção de matar, não deve autorizar uma caça às bruxas direcionada aos ativistas Black Bloc.</p>			Pablo Ortellado, professor da USP
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Facebook	Página <i>Black Bloc</i> RJ	17 de fev. de 2014	A publicação não se encontra mais no ar.
Fala			Autor
<p>Urgente. Descoberto os assassinos do cinegrafista da Band. São as mesmas pessoas que permitem que sejam assassinadas mais de 50 mil pessoas por ano no Brasil. São as mesmas pessoas que permitem que mais de 50 mil pessoas morram no trânsito caótico no Brasil. São as mesmas pessoas que transformaram a saúde pública do Brasil em um verdadeiro corredor da morte. São as mesmas pessoas que roubam bilhões do Brasil, desviando dinheiro da saúde, educação, segurança, infraestrutura etc. São as mesmas pessoas que, através de sua influência, desinformam, tiram a atenção do que realmente está acontecendo no país e iludem o povo a eleger sempre os mesmos políticos.</p>			Anônimo
VEÍCULO	SEÇÃO	DATA	FONTE
Revista Época	Capa Reportagem Especial	17 de fev. de 2014	http://migre.me/nFzS8
Fala			Autor
<p><u>Capa:</u> Basta! De violência nas manifestações de rua. De ataques a outros jornalistas. De leniência com os criminosos. De truculência policial. De anonimato e intolerância nas redes sociais. De políticos que incitam baderneiros.</p> <p><u>Reportagem especial:</u> Qualquer ataque à imprensa é um ataque a esses olhos, ouvidos e vozes. Quem ataca a imprensa ataca olhos, ouvidos e vozes que trabalham para si próprio, que estendem sua própria visão, sua própria audição e sua própria voz. Quem ataca a imprensa não quer apenas cegar o outro – quer também ficar cego [...] Ser os olhos de todos nós era o trabalho do jornalista e cinegrafista Santiago Andrade, da Rede Bandeirantes de Televisão. [...] Desde então, as manifestações minguaram em participação e passaram a ser monopolizadas por grupos de ativistas violentos – entre os quais praticantes da tática anarquista conhecida como black bloc. Eles transformaram em meta o vandalismo contra governo, polícia, imprensa, bancos, estabelecimentos comerciais, monumentos – e tudo aquilo que possa estar associado às instituições democráticas. [...] O despreparo policial realimenta a violência dos ativistas. Para interrompê-la, os abusos precisam ser punidos de todos os lados – e eles têm sido pouco castigados, apesar dos muitos flagrantes.</p>			<p><u>Capa:</u> revista Época (sem assinatura de repórter)</p> <p><u>Reportagem:</u> Guilherme Evelin e Helio Gurovitz</p>